

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 15 | AGOSTO 2010 |

44

**MTE** MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

**ipea** 46  
anos

# mercado de trabalho

## conjuntura e análise

| agosto 2010 |

44

**MTE** MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

**ipea** 46  
anos

**Governo Federal**

**Ministério do Trabalho e Emprego**

**Ministro** – Carlos Roberto Lupi

**Secretário Executivo** – André Peixoto Figueiredo Lima

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República**

**Ministro** – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

**Assessor-Chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

# mercado de trabalho conjuntura e análise

**CORPO EDITORIAL**

**Editor Responsável**

Lauro Ramos

**Membros**

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

**Equipe de Apoio**

Juliana Araújo Dias

Marina Ferreira Fortes Aguas

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

**AGRADECIMENTOS**

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>7</b>
<b>NOTAS TÉCNICAS</b>	<b>17</b>
<b>EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS</b>	<b>19</b>
Janine Berg José Ribeiro	
<b>AVANÇOS NA AGENDA NACIONAL DO TRABALHO DECENTE</b>	<b>29</b>
Observatório do Mercado de Trabalho Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego	
<b>PERMANÊNCIA NA PRECARIIDADE E NO TRABALHO DECENTE: UM MODELO MULTIESTADO PARA AS TRANSIÇÕES SEGUNDO A QUALIDADE DA OCUPAÇÃO PARA O BRASIL METROPOLITANO (2003-2007)</b>	<b>37</b>
Raquel Rangel de Meireles Guimarães Moema Gonçalves Bueno Fígoli Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira	
<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS</b>	<b>45</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>47</b>
<b>UM OLHAR DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>49</b>
<b>UM BALANÇO DA SENAES SOBRE A II CONAES</b>	<b>53</b>
<b>UM OLHAR DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO ESTATÍSTICO</b>	<b>61</b>

## APRESENTAÇÃO

O foco deste número do boletim é a análise do desempenho do mercado de trabalho metropolitano no primeiro semestre de 2010. Em linhas gerais é possível visualizar um bom desempenho no período, com destaque para a diminuição das taxas de desemprego e de informalidade, reforçando uma tendência já presente há alguns anos no mercado de trabalho metropolitano. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para julho, recém-divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o panorama positivo desenhado na análise, e com taxas de desemprego e informalidade mantidas em patamares bem mais baixos do que os registrados para o mesmo mês em anos anteriores.

Uma discussão mais ampla sobre a *performance* do mercado de trabalho brasileiro pode ser baseada no conceito de trabalho decente, desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no final dos anos 1990. Neste sentido, este volume traz três notas técnicas que analisam a evolução desta *performance* sob a ótica do trabalho decente no Brasil. A primeira nota, de Janine Berg e José Ribeiro, é mais fiel à metodologia proposta pela OIT, haja vista ser esta a filiação institucional de ambos os autores. A análise empírica implementada a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e de registros administrativos dos ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social, entre outras fontes mostra que o Brasil registrou notáveis avanços em algumas áreas importantes na promoção do trabalho decente no período analisado.

A segunda nota, elaborada no âmbito do Observatório do Mercado de Trabalho Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aborda como o governo brasileiro, por intermédio deste ministério, vem perseguindo o objetivo de avançar na discussão e implementação do trabalho decente no país. O principal instrumento para tal reside na agenda nacional do trabalho decente, cujo avanço encontra-se relatado na nota, com base em diversos indicadores. A proposta da última nota técnica, assinada por Raquel Rangel de Meireles Guimarães, Moema Gonçalves Bueno Fígoli e Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, é avaliar em que medida as políticas econômicas e sociais favoráveis implementadas no Brasil implicaram redução do tempo de permanência dos trabalhadores em postos de trabalho precários nas regiões metropolitanas (RMs) de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Para tanto, utilizam-se os microdados da PME/IBGE referentes aos anos de 2003 a 2007, e a metodologia das tábuas de vida multiestado.

Além dessas notas, e de uma breve análise centrada nos resultados disponíveis para o primeiro semestre dos principais indicadores do desempenho do mercado de trabalho, este número reúne também três ensaios sobre economia solidária, objetivando discutir os avanços e desafios da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em junho de 2010.

# **ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO**

# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

## 1 INTRODUÇÃO

A fim de balizar os resultados sobre o desempenho do mercado de trabalho, esta análise tem início com um breve panorama do ambiente macroeconômico na primeira metade de 2010.<sup>1</sup> No que se refere ao nível de atividade, os indicadores apontam para uma tendência de expansão da economia. De fato, o último resultado disponível para o produto interno bruto (PIB) referente ao primeiro trimestre de 2010 mostra um aumento de 9% frente ao mesmo período do ano de 2009.<sup>2</sup> Indicadores indiretos do nível de atividade – tais como vendas no varejo e produção industrial – denotam que o nível de atividade continuou a se expandir, ainda que em patamares ligeiramente menores, no segundo trimestre. Por sua vez, os índices de preço vêm apontando taxas de crescimento maiores que as registradas para o período correspondente de 2009. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 3,09% no primeiro semestre de 2010, resultado que ficou acima do observado para o mesmo período de 2009 (2,49%).<sup>3</sup> Portanto, o quadro macroeconômico parece ser de aquecimento do mercado interno, com a possibilidade de se estar iniciando um processo de desaceleração.

A discussão das próximas seções mostrará que em boa medida o mercado de trabalho metropolitano vem refletindo essa realidade da economia.<sup>4</sup> Em linhas gerais, no decorrer do primeiro semestre de 2010 é possível visualizar o bom desempenho da economia na geração de novos postos de trabalho e na melhoria das condições de trabalho. Nos dados divulgados para o primeiro semestre, pode-se destacar a diminuição da taxa de desemprego e da informalidade. A taxa de desemprego médio para o primeiro semestre de 2010 ficou em 7,3%, tendo o último mês de junho apresentado a menor taxa para este mês desde 2003 (7%). A taxa de informalidade média ficou em 37,2%, bem abaixo das verificadas nos anos anteriores. É importante destacar, também, que esta taxa segue uma tendência de queda ao longo dos meses de 2010. Os principais indicadores serão analisados em detalhes a seguir. Pelo fato de o primeiro semestre de 2009 ter registrado um comportamento atípico do mercado de trabalho brasileiro, procura-se evitar a comparação com este período.

---

1. Esse panorama macroeconômico está fundamentado pelos números disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Acessar: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>.

2. Há que se fazer uma ressalva sobre o patamar baixo do PIB no primeiro trimestre de 2009.

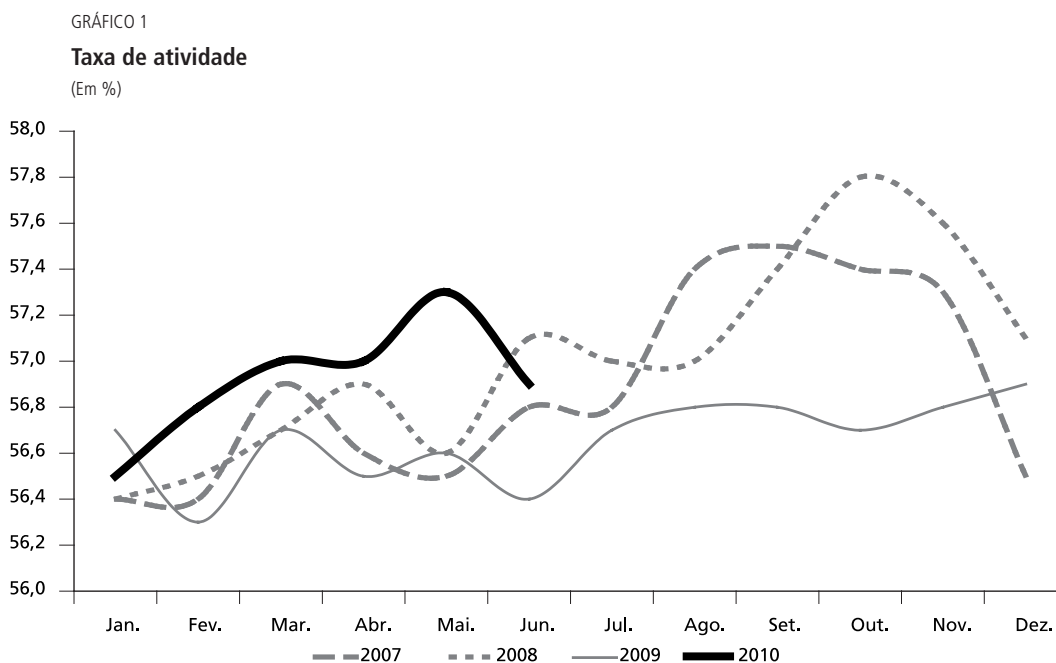
3. De novo, vale ressaltar que no início de 2009 os preços foram comprimidos pelo baixo nível de atividade. Ainda assim, a variação acumulada em 12 meses foi de 4,84%, acima da meta de inflação de 4,5% definida para o ano corrente.

4. Para tanto, serão utilizados os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); e, ainda, do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – este um registro administrativo nacional do emprego formal.

## 2 TAXA DE ATIVIDADE E DESOCUPAÇÃO

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade<sup>5</sup> ao longo dos anos de 2007 a 2010. Nota-se que, em 2010, esta taxa situa-se em um patamar superior ao dos demais anos. Ao se considerar a variação entre os valores médios dos primeiros semestres de 2010 e 2008, a taxa de atividade apresenta um crescimento de 0,2 ponto percentual (p.p.). O indicador apresenta uma forte tendência de alta até maio de 2010, quando assume o maior valor do ano (57,3%) e a maior variação frente ao mesmo mês dos anos anteriores. Em junho, a taxa sofre uma queda de 0,4 p.p., situando-se abaixo da observada para o mesmo período de 2008. Porém, ela ainda é maior que as registradas nos anos de 2007 e 2009.

Para entender melhor a evolução dessa taxa, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho, com o intuito de identificar algum grupo cuja influência sobre a evolução da taxa agregada tenha sobressaído.<sup>6</sup> Na repartição por sexo, não é possível identificar tal grupo, uma vez que tanto as mulheres quanto os homens apresentaram aumentos de magnitude semelhante (0,6 e 0,2 p.p., respectivamente) na taxa de participação nos seis primeiros meses de 2010 *vis-à-vis* 2008.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE).

A situação muda quando se consideram as desagregações por idade e grau de instrução. Com relação à desagregação por idade, indivíduos com mais de 24 anos passam a participar mais da força de trabalho, inclusive aqueles com 50 anos ou mais (1,1 p.p.). As pessoas mais afetadas pela redução no indicador encontram-se na faixa de 10 a 24 anos, com destaque para aquelas entre 15 e 17 anos (-3,5 p.p.). No que diz respeito à partição por grau de instrução, o grupo com instrução inferior ao ensino fundamental completo merece destaque, com um aumento na participação de 1,6 p.p.

5. A taxa de atividade ou participação é obtida pela divisão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA).

6. Os dados estão disponíveis no anexo.



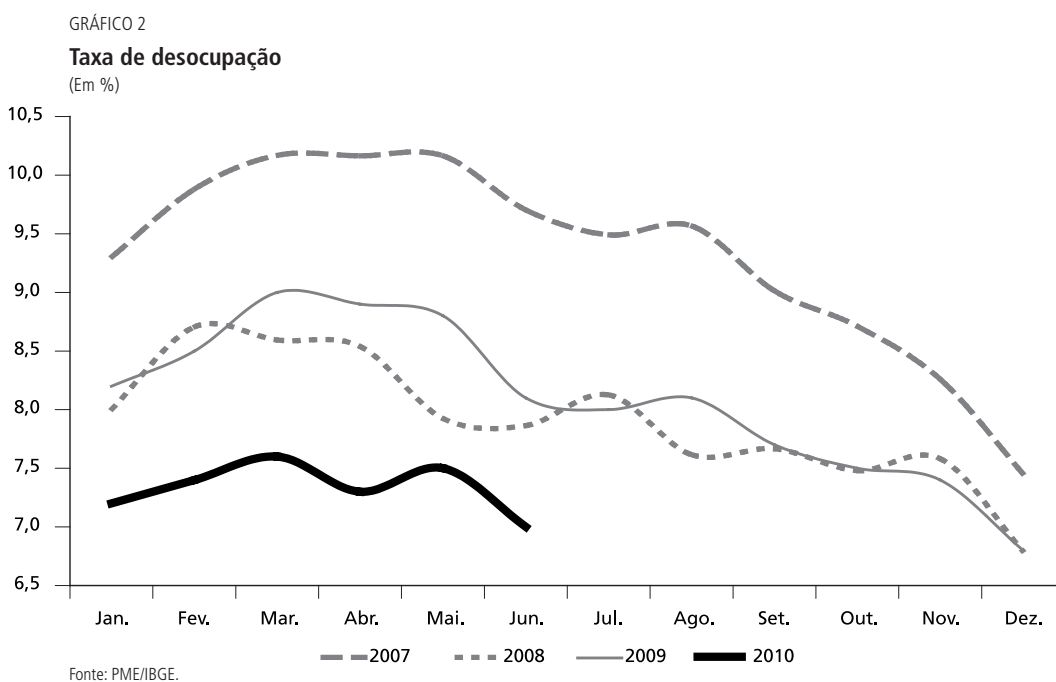
A heterogeneidade também é marcante no recorte por região metropolitana (RM). Consta-se que, entre o primeiro semestre de 2008 e o de 2010, a taxa de atividade cresceu 3 p.p. no Recife, mas diminuiu 1,33 e 0,38 p.p. em Porto Alegre e São Paulo, respectivamente.

O gráfico 2 mostra a trajetória da taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, para o agregado das RMs, entre 2007 e 2010. No primeiro semestre de 2010, a taxa de desemprego apresentou um valor médio de 7,3%. O resultado é bom se comparado com o passado recente, ficando 0,9 p.p. abaixo do verificado para o primeiro semestre de 2008. Pode-se salientar que o mês de junho de 2010 apresentou uma queda forte em relação ao mês anterior, registrando uma taxa de 7%, a menor já vista para este mês desde 2003.

Na tentativa de identificar os determinantes da evolução da taxa de desemprego durante o primeiro semestre de 2010, vale compará-la com a evolução na taxa de atividade dos últimos anos (gráfico 1).

Conforme analisado, notam-se um acréscimo da taxa de atividade até maio, quando atinge seu maior valor, e uma queda em junho. A taxa de desemprego teve um leve aumento até maio e sofreu uma queda maior em junho. Logo, pode-se considerar a hipótese de que estas oscilações na oferta de trabalho foram preponderantes para explicar a evolução da taxa de desemprego.

A PME permite analisar como evoluiu o desemprego de acordo com algumas características individuais. Em 2010, a desagregação por faixa etária merece atenção, em particular a evolução do desemprego para os mais jovens. Tanto o grupo de 15 a 17 anos quanto o de 18 a 24 apresentaram variações expressivas quando se comparam as taxas médias semestrais de 2010 com as de 2008. Estas variações são de -2,7 e -1,8 p.p., respectivamente. Novamente, cabe relacionar este fato com o que foi registrado para a taxa de atividade, na qual o grupo mais jovem também se sobressaiu com uma forte redução na oferta de trabalho. A desagregação por gênero não parece ser tão influenciada pelo comportamento da taxa de participação, na qual havia uma certa homogeneidade entre homens e mulheres. O que se vê na taxa de participação é uma queda de 1,3 p.p. para as mulheres e uma variação negativa (-0,7p.p.) para os homens.

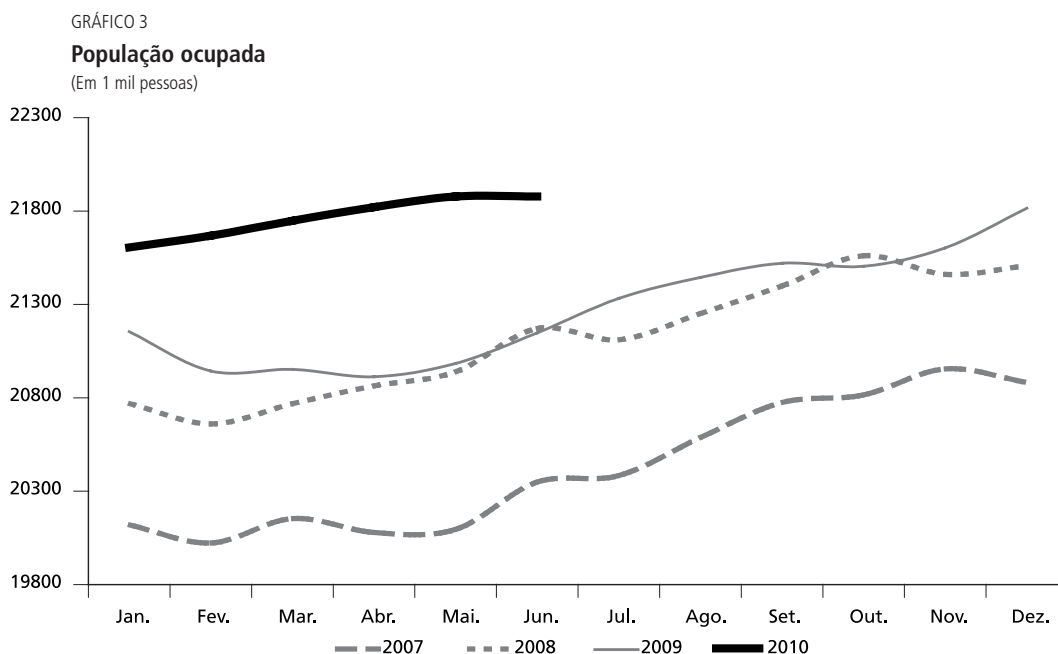


Na comparação da taxa de desemprego entre as RMs no primeiro semestre de 2010 e de 2008, todas as regiões apresentaram queda na taxa. Em três das seis regiões analisadas, a queda supera a marca de 1 p.p., quais sejam: Porto Alegre, com queda de 1,3 p.p.; Belo Horizonte, com 1,2 p.p.; e São Paulo, com 1,1 p.p.

As taxas de desemprego aberto apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), trazem alguns aspectos similares e outros divergentes em relação ao panorama descrito pela PME. Em termos agregados, por um lado a tendência de queda nesta taxa nos últimos anos é confirmada pela PED. Por outro lado, segundo esta fonte, a taxa de desemprego não apresenta a subida em maio de 2010 relatada pela PME. Em termos regionais, das três regiões destacadas na PME por exibirem quedas significativas da taxa de desemprego, apenas Porto Alegre apresenta tal tendência na PED, com queda registrada de 1,2 p.p. Belo Horizonte e São Paulo apresentaram variações bem menos expressivas que as detectadas pela PME (-0,5 e -0,4 p.p. respectivamente). Provavelmente, boa parte destas divergências se deve ao fato de que as estimativas da PED divulgadas consistem em uma média trimestral móvel,<sup>7</sup> o que suaviza as variações de um mês em relação ao outro.

### 3 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A população ocupada nas RMs correspondeu a aproximadamente 21,9 milhões de indivíduos em junho de 2010. A evolução mensal deste indicador entre os anos de 2007 e 2010 é apresentada no gráfico 3. Ao analisar a sua trajetória no primeiro semestre de 2010, observa-se que a taxa média de crescimento mensal foi de 0,05%; projetando-se este ritmo para 12 meses, ter-se-ia um crescimento de apenas 0,6% da ocupação no ano. Para fins de comparação, vale citar que a taxa foi de 0,23 % no primeiro semestre de 2008. Em 2010, não houve muita oscilação desta taxa no primeiro semestre, a não ser no mês de junho, quando a população ocupada manteve-se no mesmo patamar de maio, registrando, portanto, taxa de crescimento nulo.



Fonte: PME/IBGE.

7. Por exemplo, a taxa de desemprego de junho reflete na verdade a média dos meses de abril, maio e junho.

Os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indicam que foram gerados em média 245.553 postos por mês em todo o território nacional no primeiro semestre deste ano.<sup>8</sup> Ao contrário do que se viu na PME, no entanto, os valores mensais mostram uma considerável heterogeneidade no ritmo de crescimento da população ocupada, conforme pode ser atestado pelo gráfico 4. A comparação dos respectivos valores para 2008 também difere do padrão descrito na PME.

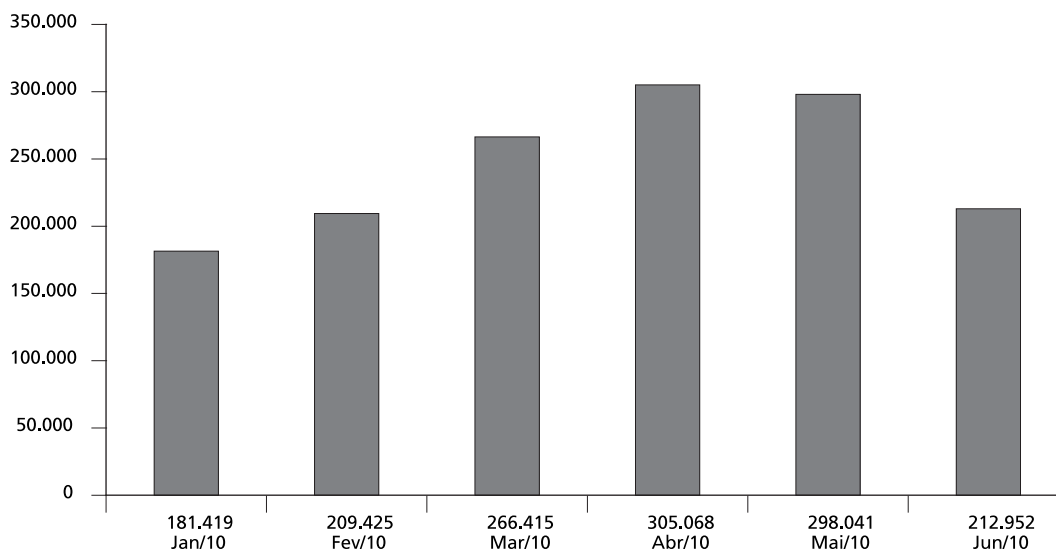
A análise semestral da variação da população ocupada por setor de atividade mostra divergências consideráveis entre as pesquisas (PME e CAGED), sobretudo para a administração pública.<sup>9</sup> No CAGED, este setor registra uma piora considerável no primeiro semestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2008, ao passo que na PME não se verifica este movimento. Na PME, o setor que apresentou o maior crescimento na população ocupada foi o comércio,<sup>10</sup> enquanto no CAGED a indústria<sup>11</sup> foi o setor que mais se destacou. Isto reflete em grande medida a cobertura geográfica diferenciada de cada uma das fontes de informação, uma vez que boa parte do emprego industrial registrado no CAGED concentra-se fora das regiões metropolitanas cobertas pela PME.

Quando se restringe a análise para a evolução no primeiro semestre de 2010, vale destacar na PME a evolução do setor de comércio, que, apesar de ter apresentado o maior crescimento na população ocupada entre os anos 2008 e 2010, acumulou uma queda ao longo do ano de 2010 de 1,4 p.p. No que se refere à comparação com o CAGED, a administração pública novamente se destaca. Enquanto na PME ela é o setor que apresenta a melhor evolução ao longo do ano, com aumento de 5 p.p., no CAGED este setor não apresentou um desempenho favorável no primeiro semestre do ano.

GRÁFICO 4

**Variação mensal do nível de ocupação (2010)**

(Em milhares)



Fonte: CAGED/MTE.

8. Não é possível calcular taxas de crescimento da população ocupada com base nos dados do CAGED, visto que esta fonte carece da informação sobre o estoque de empregados.

9. Esse agrupamento abrange – além da administração pública – educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

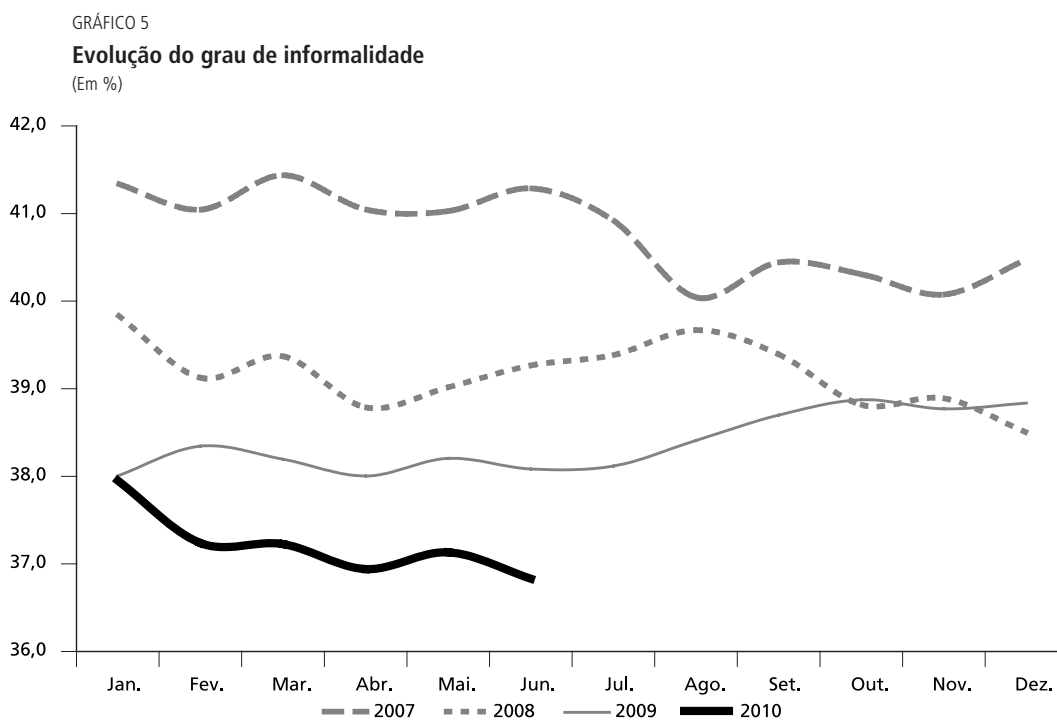
10. Além das atividades de comércio, esse agrupamento engloba reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

11. Nesse agrupamento a atividade considerada é a indústria de transformação.

No que diz respeito à esfera regional, ressalte-se que a absorção da força de trabalho aumentou em todas as regiões metropolitanas. Tanto na PME quanto no CAGED, a região que mais se destacou foi a do Recife, seguida pela de Salvador.

Os dados da PME ainda permitem uma análise por posição na ocupação. Uma comparação baseada nas médias semestrais de 2010 e 2008 revela um contraste entre os empregados do setor privado. Enquanto o contingente de empregados com carteira assinada obteve um crescimento de 9,3%, o emprego sem carteira assinada apresentou uma variação de -3,0%. Este contraste também está presente numa análise ao longo do primeiro semestre de 2010. Neste período, os trabalhadores com carteira assinada registraram um aumento de 2,6 p.p., ao passo que o emprego sem carteira assinada acumulou queda de 3,4 p.p.

O desempenho dos grupos de empregados com e sem carteira permite moldar a evolução do grau de informalidade: o gráfico 5 confirma a tendência de queda na primeira metade de 2010, alcançando em junho a marca de 36,8%, o menor patamar desta variável desde a implantação da atual metodologia da PME em 2002. Nos seis meses iniciais de 2010, o valor médio do nível de informalidade ficou em 37,2%. Ainda que não seja um patamar desejável, o valor passa a ganhar contornos positivos ao se olhar para o passado recente. É possível verificar que a informalidade vem caindo significativa e continuamente. Para se ter uma ideia da magnitude deste movimento, a taxa de 37,2% registrada para a primeira metade de 2010 representa uma queda de 4 p.p. desde 2007, o que significa uma queda anual média de 1,3 p.p. neste período.



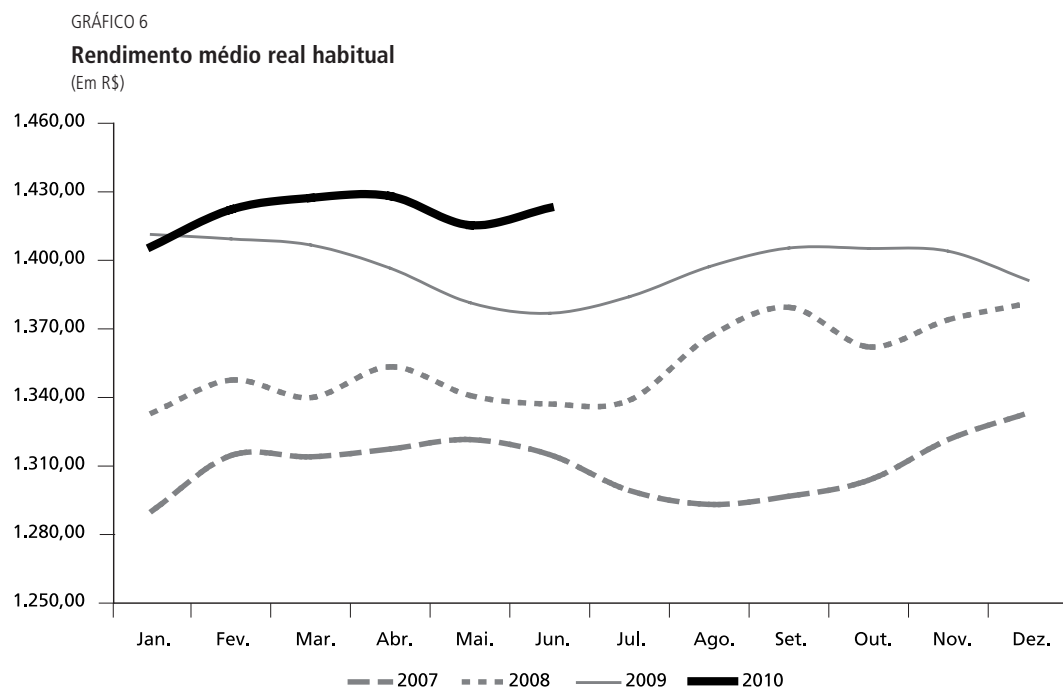
#### 4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

No primeiro semestre de 2010, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$1.420,00. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 6. Nele, constata-se que o rendimento encontra-se em patamares superiores aos dos anos anteriores, com uma diferença de 5,8% em relação à média do primeiro semestre de 2008.

Ao longo do ano de 2010, pode-se notar uma leve tendência de aumento no rendimento médio real. Um ganho de aproximadamente R\$ 17 (ou 1,2%) é registrado ao final do primeiro semestre. No entanto, é possível notar uma oscilação nesta tendência, em particular nos dois últimos meses, quando o rendimento registra primeiro uma queda em maio, para em seguida se recuperar em junho.

Esse fato pode estar corroborando a preponderância de deslocamentos na oferta de trabalho como determinante na evolução dos principais agregados do mercado de trabalho nos últimos meses. Com um aumento significativo na taxa de participação em maio, mais trabalhadores buscaram emprego, muitos dos quais não conseguiram ser absorvidos entre os ocupados, gerando um excesso de oferta, que por sua vez contribuiu para um aumento do desemprego, e possivelmente também para uma queda no rendimento. Em junho, verificou-se reversão nesta trajetória, em função de um recuo na taxa de participação.

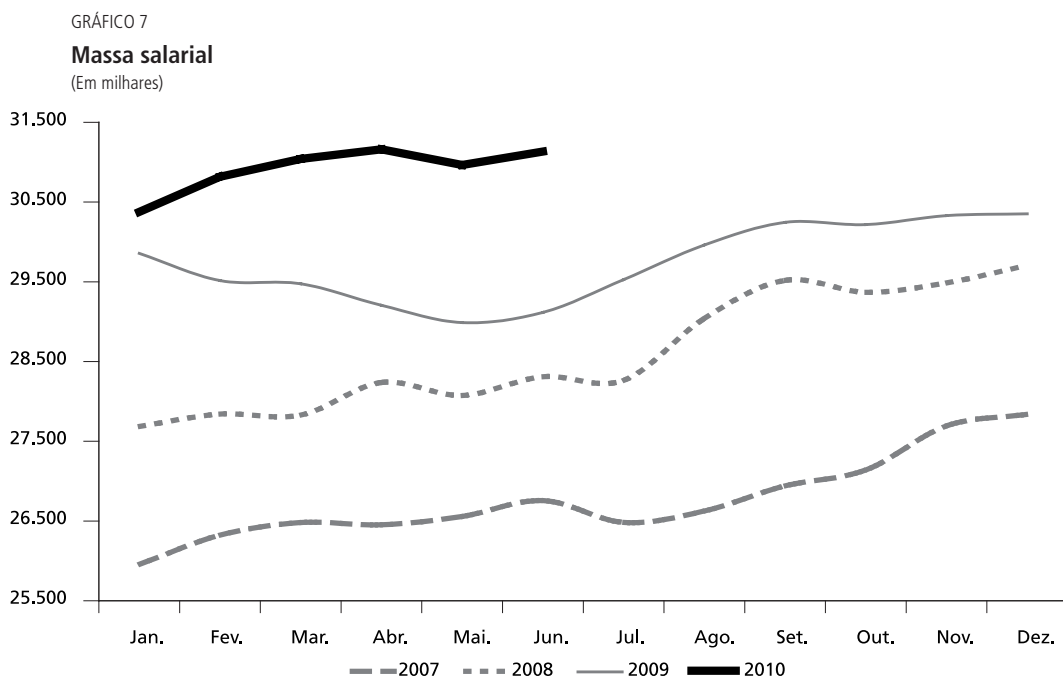
Na desagregação por RM, a queda nos rendimentos registrada no mês de maio foi influenciada principalmente por Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentaram variações de -2,4 e -1,2 p.p., respectivamente. As regiões que mais se destacaram, ao longo de 2010, foram Recife, com aumento de 9,9%, e Salvador, que registrou crescimento de 5,5%.



Fonte: PME/ IBGE.

Voltando à comparação entre o primeiro semestre de 2010 com o de 2008, observa-se que os dados de rendimento por posição na ocupação trazem uma heterogeneidade digna de nota. Por um lado, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada registraram uma variação positiva de 12% nos rendimentos neste período. Por outro lado, os trabalhadores com carteira assinada e autônomos tiveram ganhos de 4,7% e 4,8%, respectivamente. Pode ser que o crescimento menor do rendimento médio dos empregados com carteira seja consequência do próprio processo de formalização: uma vez que este processo em geral implica o registro de trabalhadores de remuneração mais baixa (frente aos que já tinham carteira assinada), a média deste grupo tenderia a crescer menos.

A combinação dessa leve tendência de aumento no rendimento médio com o desempenho reportado para o nível de ocupação se reflete na massa salarial. O gráfico 7 mostra a evolução mensal deste indicador para os últimos anos. Como se pode observar, o comportamento deste indicador no primeiro semestre de 2010 confirma uma ligeira tendência de aumento (2,4%). Vale dizer que se a análise se ativer aos últimos dois meses, a tendência é de estagnação deste indicador, o que serve como um sinal de alerta no que diz respeito à continuidade do bom desempenho retratado para o mercado de trabalho metropolitano do Brasil, haja vista a influência do indicador sobre a demanda interna, e consequentemente sobre o nível de atividade.



Fonte: PME/ IBGE.

# NOTAS TÉCNICAS

## **EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS**

Janine Berg

José Ribeiro

## **AVANÇOS NA AGENDA NACIONAL DO TRABALHO DECENTE**

Observatório do Mercado de Trabalho

Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego

## **PERMANÊNCIA NA PRECARIIDADE E NO TRABALHO DECENTE: UM MODELO MULTIESTADO PARA AS TRANSIÇÕES SEGUNDO A QUALIDADE DA OCUPAÇÃO PARA O BRASIL METROPOLITANO (2003-2007)**

Raquel Rangel de Meireles Guimarães

Moema Gonçalves Bueno Fígoli

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

# EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Janine Berg\*  
José Ribeiro\*\*

Ao final da década de 1990, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveu e passou a disseminar o conceito de *trabalho decente* como síntese do seu mandato histórico, lastreado em quatro pilares estratégicos: *i*) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); *ii*) promoção do emprego de qualidade; *iii*) extensão da proteção social; e *iv*) diálogo social. Nesta perspectiva, *trabalho decente* é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que dele vivem. Pode ser compreendido, portanto, enquanto condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Em 2009, após dez anos atuando a favor da promoção do trabalho decente, a OIT desenvolveu uma metodologia voltada para monitorá-lo e avaliar seu progresso. No cerne desta metodologia foram desenvolvidos indicadores que se agrupam sob as dez dimensões fundamentais do trabalho decente: oportunidades de emprego; rendimentos adequados e trabalho produtivo; jornada de trabalho decente; combinação entre trabalho, vida pessoal e familiar; trabalho a ser abolido; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade de oportunidade e de tratamento no emprego; ambiente de trabalho seguro; seguridade social; e diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores. Ademais, a proposta da OIT contempla a análise do contexto socioeconômico que condiciona a promoção do trabalho decente.

A partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) e de registros administrativos dos ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social, entre outras fontes, se procederá a uma análise acerca da evolução recente (entre 1992 e 2008) do trabalho decente no Brasil, com base na metodologia proposta pela OIT.

---

\* Especialista em emprego do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

\*\* Coordenador nacional do projeto Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP) do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.



O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos mecanismos basilares por intermédio dos quais os benefícios econômicos podem efetivamente chegar às pessoas e serem mais bem distribuídos. Da renda total das famílias latino-americanas, cerca de 80,0% – o que representa grande parte da renda familiar, tendo, por conseguinte, impacto nas condições de vida dos indivíduos – dependem primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho. Por este motivo, as oportunidades de emprego representam um dos principais pilares para a promoção do trabalho decente. Os principais indicadores utilizados para se analisar a dimensão *oportunidades de emprego* são as taxas de participação, o nível de ocupação e a taxa de desemprego.

Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que, em geral, o conceito de trabalho é baseado em uma definição de atividade econômica que não abarca um conjunto de atividades mais comumente realizadas pelas mulheres. Sendo assim, várias trabalhadoras são enquadradas na condição de economicamente “inativas”. Em virtude desta “invisibilidade do trabalho feminino”, um significativo aporte laboral das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação. Apesar disto, as taxas de participação femininas vêm crescendo a um ritmo bastante superior às masculinas. Com efeito, por um lado a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de 56,7% em 1992 para 64,3% em 2008, ou seja, 7,6 pontos percentuais (p.p) em 16 anos. Por outro lado, a participação masculina apresentou declínio, ao passar de 89,8% para 86,3% durante o mesmo período, conforme tabela 1. Como resultado destas tendências opostas, diminuiu o diferencial de participação entre homens e mulheres, e a taxa de participação total apresentou um ínfimo crescimento, ao passar de 72,8% em 1992 para 74,9% em 2008. Em decorrência da maior incorporação ao mercado de trabalho, as mulheres passaram a representar 44,0% da população economicamente ativa (PEA) nacional em 2008, contra 40,0% em 1992.

TABELA 1  
Indicadores de trabalho decente da dimensão oportunidades de emprego (1992-2008)

Indicadores de trabalho decente	Ano							
	1992	1995	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Taxa de participação (%) (16 a 64 anos)	72,8	73,2	72,9	72,4	73,6	75,2	74,8	74,9
Mulheres	56,7	58,3	59,6	59,5	61,6	64,3	64,0	64,3
Homens	89,8	89,0	87,2	86,3	86,3	87,0	86,3	86,3
Negros	73,8	73,7	73,2	72,3	73,5	75,1	74,5	74,6
Branco	72,0	72,8	72,7	72,5	73,6	75,4	75,0	75,2
Ocupados/PIA (%) (16 a 64 anos)	68,1	68,8	65,9	65,6	66,3	68,1	68,6	69,1
Mulheres	52,2	54,1	52,3	52,3	54,0	56,3	57,0	57,7
Homens	85,0	84,4	80,3	79,8	79,5	80,7	81,0	81,4
Negros	68,5	68,9	65,4	64,5	65,4	67,0	67,6	68,2
Branco	67,8	68,8	66,3	66,5	67,1	69,1	69,5	70,3
Taxa de desemprego (%)	6,4	6,0	9,7	9,4	9,9	9,5	8,3	7,7

(continua)

## NOTA TÉCNICA

(continuação)

Indicadores de trabalho decente	Ano							
	1992	1995	1999	2001	2003	2005	2007	2008
(16 a 64 anos)								
Mulheres	8,0	7,2	12,2	12,0	12,4	12,4	11,0	10,3
Homens	5,4	5,1	7,9	7,6	7,9	7,2	6,1	5,6
Negros	7,2	6,6	10,8	10,9	11,0	10,8	9,3	8,5
Branços	5,8	5,5	8,8	8,3	8,9	8,3	7,3	6,5
Taxa de formalidade (%)	46,4	45,5	43,9	45,2	45,7	46,9	49,5	49,4
(16 a 64 anos))								
Mulheres	40,8	40,8	41,4	43,1	43,7	44,3	46,7	46,5
Homens	50,0	48,6	45,6	46,6	47,1	48,7	51,6	51,6
Negros	36,6	36,0	34,7	36,7	37,0	39,2	42,5	43,8
Branços	54,2	52,8	51,1	51,9	52,9	53,8	56,0	55,7
% de jovens que não estudam e não trabalham (15 a 24 anos)	21,1	19,3	18,9	19,4	18,9	18,7	18,8	17,7
(15 a 24 anos)								
Mulheres	31,4	28,2	26,9	27,5	26,4	25,9	25,8	24,2
Homens	10,8	10,4	11,0	11,1	11,6	11,6	12,0	11,5
Negros	22,7	21,0	20,6	21,5	21,1	21,0	21,2	19,5
Branços	19,6	17,7	17,3	17,3	16,8	16,3	16,2	15,2
Taxa de desemprego juvenil (%)	11,9	11,4	18,3	17,9	19,0	19,6	17,0	16,3
(15 a 24 anos)								
Mulheres	15,0	14,1	23,0	22,4	24,5	25,1	22,1	21,3
Homens	9,9	9,7	15,1	14,6	15,1	15,5	13,2	12,6
Negros	12,3	11,8	18,9	19,2	19,7	21,0	18,0	17,4
Branços	11,5	11,1	17,7	16,6	18,3	18,1	15,9	14,7

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Escritório da OIT no Brasil.

Obs: Exclui a área rural da região Norte, à exceção do Tocantins.

A análise do nível de ocupação<sup>1</sup> total demonstra que as taxas vigentes (em torno de 68,0%) nos primeiros anos da década de 1990 (1992 e 1993) eram superiores àquelas observadas no início da década de 2000 (em torno de 66,0%). Entretanto, vale ressaltar que, ao longo dos últimos anos da série histórica, a taxa de ocupação evoluiu 2,8 p.p., passando de 66,3% em 2003 para 69,1% em 2008. Analisadas sob uma perspectiva de gênero, as taxas apresentaram comportamentos bastante diferenciados. O período de 1992 a 2008 foi marcado por um crescimento do nível de ocupação das mulheres (de 52,2% para 57,7%) *vis-à-vis* uma diminuição da ocupação masculina (de 85,0% para 81,4%), refletindo a mesma tendência já apontada em relação à taxa de participação. Em consequência, reduz-se o diferencial entre os níveis de ocupação de homens e mulheres: de 32,8 ( p.p. ), em 1992, para 23,7 em 2008, reduzindo-se a brecha em 9,1 p.p. em 16 anos. Tratando-se do atributo cor/raça, observa-se que o nível de ocupação dos trabalhadores brancos aumentou ligeiramente, de 67,8% para 70,3% entre 1992 e 2008, ao passo em que entre os ocupados negros<sup>2</sup> foi observado um ínfimo declínio (de 68,5% para 68,2%).

1. Número de ocupados de 16 a 64 anos de idade sobre a população em idade ativa (PIA) da mesma faixa etária.

2. A categoria negros inclui a população autodeclarada de pretos, pardos e indígenas, e a categoria brancos inclui a população de brancos e amarelos.

A trajetória do desemprego ao longo do período em análise foi bastante sensível aos períodos de crise econômica e de maior intensidade do crescimento do produto interno bruto (PIB). A taxa de desocupação declinou de 6,4% para 6,0% entre 1992 e 1995, beneficiando-se da recuperação do crescimento econômico durante o triênio 1993-95 (média de crescimento do PIB de 4,8% ao ano), em função, sobretudo, da implementação do Plano Real e da consequente redução da inflação. Por sua vez, durante o triênio 1997-99 o desemprego voltou a subir de maneira significativa, alcançando 9,7% da PEA em 1999. Entre os fatores que explicam este resultado estão os fortes impactos das crises asiática (1997) e russa (1998) sobre a economia brasileira, que forçaram o país a desvalorizar o real no início de 1999 e arrefeceram o ritmo de crescimento do PIB. Na primeira metade da década de 2000, a taxa de desemprego permaneceu elevada, chegando a quase dois dígitos (9,9%) no ano de 2003. Vale ressaltar que, além das baixas taxas de incremento do PIB, o desemprego foi impulsionado pela maior oferta de trabalhadores no mercado de trabalho durante este período. Com efeito, a taxa de participação evoluiu de 72,4% no ano de 2001 para 75,2% em 2005, apesar da redução do ritmo médio de crescimento da população em idade ativa em comparação com a década de 1990.

Em virtude da aceleração do crescimento da economia a partir de 2005, aliada a uma maior elasticidade produto-emprego e aos sucessivos incrementos do emprego formal, o desemprego volta a diminuir de 9,5% para 8,6% entre 2005 e 2006, e posteriormente de 8,3% para 7,7% entre 2007 e 2008. Por sua vez, ao contrário do que ocorreu com a taxa de participação e o nível de ocupação, ampliaram-se as diferenças entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, brancos e negros. Entre 1992 e 2008, a taxa de desemprego masculina cresce de 5,4% para 5,6% (0,2 p.p.) e a feminina expande-se em 2,3 p.p., ao passar de 8,0% para 10,3%. Entre os trabalhadores brancos a taxa aumenta de 5,8% para 6,5% (0,7 p.p.), e entre os negros de 7,2% para 8,5% (1,3 p.p.).

A taxa de desemprego entre os jovens elevou-se de 11,9% para 16,3% entre 1992 e 2008 (o correspondente a 4,4 p.p.), após ter alcançado um pico de 19,6% em 2005, segundo a tabela 1. O índice entre adultos também aumentou no período, porém com menor intensidade (1,3 p.p.), ao passar de 6,4% para 7,7%. Vale ressaltar que, entre 2005 e 2008, a desocupação caiu tanto entre os jovens quanto entre os adultos em função dos níveis de crescimento econômico e do consequente desempenho do mercado formal de trabalho. Analisando-se a desocupação juvenil, percebe-se grande heterogeneidade. No ano de 2008, a taxa de desemprego das mulheres jovens (21,3%) era bastante superior (8,7 p.p.) à dos homens jovens (12,6%), diferencial que era maior que o registrado em 1992 (5,1 p.p.). O nível de desocupação dos jovens negros (17,4%) também era mais elevado que o dos brancos (14,7%) em 2008.

Em 2008, um expressivo contingente de 6,0 milhões de jovens (17,7% do total) não estudava nem trabalhava. Isto significa que praticamente um em cada cinco jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade encontrava-se nesta situação. Apesar de o percentual ter diminuído levemente em comparação com o ano de 1992 (quando estava situado em 21,1%) e não ter aumentado desde 2001 (19,4%), ainda é muito elevado. A análise deste indicador segundo uma perspectiva de gênero e cor/raça revela uma face ainda mais preocupante da situação juvenil. Em 2008, a proporção de mulheres adolescentes e jovens que não estudavam nem trabalhavam (24,2%) era mais que o dobro (2,2 vezes) da proporção de homens na mesma situação (11,0%). O percentual também é sistematicamente mais elevado (em torno de 5 p.p.) entre os jovens negros em comparação com os brancos (19,5% contra 15,2% em 2008) e foi ampliado ao longo do período em análise, dado que nos primeiros anos da década de 1990 os diferenciais giravam ao redor de 3,0 p.p.

Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam

acesso à proteção social. Nesse sentido, a redução da informalidade é um elemento central para a promoção do trabalho decente. Em função das transformações ocorridas na esfera produtiva e seus respectivos desdobramentos no mercado de trabalho, a informalidade aumentou durante a década de 1990. A taxa de formalidade<sup>3</sup> diminuiu de 46,4% para 43,9% entre 1992 e 1999. Durante a década de 2000, a tendência é revertida e os níveis de formalidade passam a crescer sistematicamente a partir de 2002, com maior intensidade a partir de 2003, quando a taxa, que já se situava em 45,7%, aumenta para 49,4% em 2008. Este desempenho esteve diretamente associado à expansão do estoque de emprego formal, que aumentou 113,0% entre 2003 e 2008, segundo as informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Apesar desta evolução positiva, é necessário enfatizar que a proteção social só alcança a metade dos trabalhadores brasileiros, sendo a informalidade ainda mais acentuada entre mulheres e negros. Não obstante o incremento de cerca de 6,0 p.p. entre 1992 e 2008, a taxa de formalidade feminina (46,5%) ainda era 5,1 p.p. inferior à masculina (51,6%) no ano de 2008. Mesmo diante da evolução de 36,6% para 43,8% no período citado – o que contribuiu para a redução da desigualdade –, a proporção de trabalhadores negros com proteção social ainda era 12,0 p.p. inferior à dos trabalhadores brancos (55,7%).

Na dimensão *rendimentos adequados*, um dos principais indicadores é a proporção de trabalhadores pobres, assim considerados aqueles com rendimentos médios diários abaixo de US\$ 1,25 e US\$ 2,00, segundo o poder de paridade de compra (PPP). As melhorias no mercado de trabalho na segunda metade da década de 2000 resultaram numa redução substancial da proporção de trabalhadores pobres no país. Em 1992, 16,2% dos trabalhadores brasileiros participavam de famílias cujos rendimentos diários *per capita* eram menores que US\$ 1,25; em 2007, a porcentagem foi reduzida a 6,2%. Da mesma maneira, em 1992, 30,5% dos trabalhadores se integravam a famílias cujos rendimentos diários *per capita* eram menores que US\$ 2,00; em 2007, o número foi reduzido a 15,4%, quase a metade.

A jornada de trabalho é uma dimensão importante da qualidade de emprego, com repercussões em outros elementos do trabalho decente, como o ambiente de trabalho seguro e a combinação entre vida pessoal e familiar. A primeira convenção da OIT, de 1919, estabelece uma jornada máxima de oito horas diárias e 48 horas semanais na indústria, estendida aos trabalhadores do comércio em 1930, pela Convenção nº 30. Em 1935, em meio à Grande Depressão, a OIT adotou uma nova convenção (nº 47), que estabelece um limite de 40 horas semanais para a jornada de trabalho; na *Recomendação sobre a redução da duração do trabalho*, de 1962 (nº 116), tal objetivo expressaria “um padrão social a ser realizado em etapas se for necessário”. A jornada semanal de 48 horas de trabalho foi estabelecida no Brasil em 1943, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1988 esta jornada foi reduzida a 44 horas, pela Constituição Federal. Em 1998 foi aprovada a Lei nº 9.601, que estabelece um “banco de horas” – um sistema de compensação de horas extras mais flexível, o qual possibilita à empresa adequar a jornada dos empregados às suas necessidades de produção, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho. Segundo os dados da PNAD, em 2008 33,9% dos ocupados trabalharam em jornada superior às 44 horas semanais e 19,2% cumpriram jornada superior às 48 horas semanais. Isto significa que uma porcentagem importante dos trabalhadores no Brasil executa jornadas semanais

3. Corresponde à participação do somatório dos trabalhadores com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total.

longas, ou seja, superiores ao limite legal, ainda que esta porcentagem seja significativamente inferior à registrada em 1992, quando 43,3% dos ocupados trabalharam mais de 44 horas semanais e 25,7% mais de 48 horas semanais.

Tratando-se da dimensão *conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar*, é importante destacar que ela está intrinsecamente relacionada ao conceito de trabalho decente, sobretudo no que tange à liberdade, inexistência de discriminação e capacidade de assegurar uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. É uma dimensão central de uma estratégia de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho e exige a articulação de ações nos mais diversos âmbitos – político, social, governamental, empresarial e individual – que possam conduzir a uma nova organização do trabalho e da vida familiar. O trabalho dedicado à reprodução social é predominantemente de responsabilidade das mulheres. No Brasil, em 2008, considerando a população com 16 anos ou mais de idade, as mulheres dedicavam em média 22,3 horas semanais aos afazeres domésticos e os homens 4,6 horas semanais. Ou seja, as mulheres dedicavam a estas atividades um tempo quase cinco vezes superior ao dedicado pelos homens.

Quando são analisadas as especificidades referentes à dupla jornada, isto é, à conciliação entre os trabalhos de reprodução social e de produção propriamente econômica, as desigualdades de gênero se manifestam de forma ainda mais evidente. A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva, sem que tenha ocorrido um novo pacto em relação ao trabalho reprodutivo, que continua sendo exercido fundamentalmente por elas, apesar dos avanços observados. Os dados da PNAD de 2008 chamavam a atenção para a real dimensão desta problemática. Entre as mulheres brasileiras ocupadas, uma expressiva proporção de 88,0% também realizava afazeres domésticos, enquanto entre os homens tal proporção era expressivamente inferior (46,0%). Merece destaque o fato de que o conjunto das trabalhadoras ocupadas – além da sua jornada no mercado de trabalho – dedicava cerca de 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos no ano de 2008, ao passo que entre os homens tal dedicação era de 4,2 horas semanais, ou seja, 14,3 horas a menos (tabela 2). Estes dados permitem aprofundar a discussão sobre as desigualdades de gênero tanto no mercado de trabalho quanto na vida privada. Com efeito, ao conjugarem-se as informações relativas às horas de trabalho dedicadas às tarefas domésticas (reprodução social) com aquelas referentes à jornada exercida no mercado de trabalho (produção econômica), constata-se que, apesar de a jornada semanal média das mulheres no mercado de trabalho ser inferior à dos homens (35,5 contra 43,0 horas), ao computar-se o trabalho realizado no âmbito doméstico (os afazeres domésticos), a jornada média semanal total feminina alcança 54,0 horas e ultrapassa em quase 7 horas a masculina (47,2 horas).

TABELA 2

**População ocupada de 16 anos ou mais de idade ocupada no trabalho principal que realiza afazeres domésticos, por sexo, segundo a média de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e aos afazeres domésticos (2008)**

Sexo	Média de horas semanais no mercado de trabalho (A)	Média de horas semanais gastas c/ afazeres domésticos (B)	Jornada semanal total (A + B)
Homens	43,0	4,2	47,2
Mulheres	35,5	18,5	54,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Escritório da OIT no Brasil.

O tempo gasto para a mobilidade do trabalhador entre a residência e o local de trabalho também representa um importante aspecto a ser considerado no tocante às condições de trabalho e, conseqüentemente, ao trabalho decente. Além das questões diretamente relacionadas à qualidade de vida em geral, o tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho pode acarretar significativos custos financeiros para os trabalhadores e os empregadores. Segundo as informações da PNAD, no ano de 2008, no país como um todo, enquanto 10,6% dos trabalhadores gastavam mais de 1 hora entre a residência e o trabalho, no conjunto das nove maiores metrópoles brasileiras este percentual chegava a 18,8%. Ademais, tal proporção vem crescendo sistematicamente nas regiões metropolitanas, tendo em vista que nos anos de 1992 e 2002 as cifras eram de 15,3% e 16,5%, respectivamente. Vale ainda ressaltar que nas metrópoles brasileiras de maior porte demográfico e econômico a mobilidade dos trabalhadores exige ainda mais tempo: a proporção de trabalhadores que dispndia mais de 1 hora para realizar o deslocamento casa-trabalho era de 25,0% no Rio de Janeiro e 23,3% em São Paulo, no ano de 2008.

No âmbito da dimensão *trabalho a ser abolido*, cumpre enfatizar inicialmente que a definição da OIT de trabalho forçado é composta por dois elementos básicos: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e executado involuntariamente, conforme explicitado nas convenções nº 29, de 1930, sobre o trabalho forçado, e nº 105, sobre a abolição do trabalho forçado, ambas ratificadas pelo Brasil nos anos de 1957 e 1965, respectivamente. Por se tratar de um grave crime previsto no Código Penal Brasileiro, além de se constituir numa severa violação da legislação trabalhista, há grande dificuldade de se obterem estatísticas regulares acerca do número de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão e, conseqüentemente, se construir indicadores sobre trabalho forçado. Uma informação disponível e útil para que se faça uma aproximação do problema é aquela referente ao número de trabalhadores resgatados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GFEM), cujas ações são organizadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE. Entre 1995 e 2008, cerca de 33 mil pessoas foram libertadas de situações de trabalho forçado, sendo um terço deste contingente (11 mil pessoas) libertado durante os anos de 2006 e 2007 – 5 mil e 6 mil pessoas, respectivamente.

No ano de 1999, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou por unanimidade a Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Até setembro de 2009, um expressivo contingente de 171 países haviam ratificado a referida convenção – isto é, cerca de 93% dos 183 Estados-membros da OIT, proporção sem precedentes nos 90 anos de história da organização. O Brasil ratificou esta convenção no ano de 2000. Também ratificou, em 2002, a Convenção nº 138 sobre a idade mínima, e estabeleceu na legislação nacional a proibição do trabalho infantil até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, desde que não haja conflito com os demais direitos das pessoas desta faixa etária. A experiência brasileira de prevenção e eliminação do trabalho infantil é reconhecida internacionalmente. Desde o início da década de 1990, o Estado e a sociedade brasileiros têm desenvolvido ações contundentes na prevenção e erradicação do trabalho infantil. Os resultados alcançados são expressivos. Segundo a PNAD, o número de crianças e adolescentes ocupados, entre 5 e 17 anos de idade, reduziu-se de 8,42 milhões (19,6% do total) para 4,85 milhões (10,8%) entre 1992 e 2007, significando uma diminuição de cerca de 3,57 milhões de pessoas inseridas no mercado de trabalho. Entre as crianças de 10 a 14 anos a redução da proporção daquelas que trabalhavam foi de 12 p.p., ao declinar de 20,5% para 8,5% entre 1992 e 2007. No ano de 2008, foi mantida a trajetória de declínio, uma vez que a proporção de crianças de 5 a 17 anos trabalhando diminuiu para 10,2%.



Um dos quatro pilares básicos da Agenda do Trabalho Decente é o respeito aos direitos no trabalho, em especial os expressos na *Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT*, adotada em 1998, entre os quais se inscreve a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação. Além disso, a promoção da igualdade de gênero é um eixo transversal da Agenda do Trabalho Decente, o que significa que este objetivo deve ser incorporado também no que se refere à promoção do emprego, à proteção social e ao diálogo social. Por sua vez a Constituição Federal de 1988 também é enfática nesta questão. As informações da PNAD demonstram o quanto a segregação ocupacional entre os sexos ainda se faz presente no mercado de trabalho brasileiro. Nos postos de comando/chefia, verifica-se a permanência de significativas barreiras e discriminações contra as mulheres. No grupo ocupacional *dirigentes em geral* as mulheres representavam apenas 23,7% e 29,0% em 2002 e 2007, enquanto entre os homens tais proporções eram, respectivamente, de 76,3% e 71,0%. Contudo as desigualdades de raça também se fazem presentes nos cargos diretivos. Cerca de 88,0% dos dirigentes eram brancos e apenas 12,0% eram negros, tanto em 2002 como em 2007, ainda que 53% da população ocupada seja composta por negros.

No que concerne ao emprego das pessoas com deficiência, os dados da Rais referentes ao ano de 2008 indicavam a existência de 323 mil pessoas ocupadas com algum tipo de deficiência, correspondente a 1,0% do contingente total de vínculos empregatícios formais existentes no país. Mais da metade destes correspondiam a pessoas com deficiências físicas (55,2%), seguidas daquelas com limitações auditivas (24,7%), visuais (3,9%), mentais (3,4%) e múltiplas (1,1%).

Tratando-se da dimensão *ambiente de trabalho seguro*, o preâmbulo da Constituição da OIT chama a atenção para o fato de que a “proteção do trabalhador contra as doenças, sejam ou não profissionais, e contra os acidentes de trabalho” é um elemento fundamental da justiça social. Desde o ano de 2004 vem arrefecendo o ritmo de crescimento do número de acidentes de trabalho. Como consequência, a taxa de incidência de acidentes de trabalho,<sup>4</sup> que era de 1.730 por 100 mil vínculos empregatícios no ano de 2002 e tinha aumentado para 1.900 em 2005, declinou para 1.860 em 2006. Também se observa uma significativa redução dos óbitos decorrentes de acidentes laborais, comparando as décadas de 1990 e 2000. Em 1996, os acidentes laborais geraram 4.488 óbitos. Durante a década de 2000, o número de mortes por acidentes no trabalho sempre esteve num patamar inferior a 3 mil, tendo apresentado uma média de 2.800 óbitos durante os anos de 2005 a 2007. O processo de declínio dos óbitos por acidente de trabalho fica ainda mais evidente por intermédio da análise de um indicador que relaciona as mortes com a população exposta ao risco. De fato, a taxa de mortalidade<sup>5</sup> por acidentes de trabalho vem caindo sistematicamente ao longo da década de 2000; de 13,03 óbitos por 100 mil vínculos empregatícios em 2002, para 11,45 em 2004, até baixar de dois dígitos em 2007 (9,44 óbitos por 100 mil vínculos empregatícios).

A seguridade social é um direito fundamental do ser humano e supõe a assistência a todos, indistintamente, contra os riscos ao longo da vida e no trabalho. O acesso à previ-

4. Reflete a intensidade com que acontecem os acidentes de trabalho. Expressa a relação entre as condições de trabalho e o quantitativo médio de trabalhadores expostos àquelas condições. O coeficiente é definido como a razão entre o número de novos acidentes no trabalho registrados a cada ano e a população exposta ao risco de sofrer algum tipo de acidente. São considerados no denominador apenas os trabalhadores com cobertura contra os riscos decorrentes de acidentes de trabalho.

5. Mede a relação entre o número total de óbitos decorrentes dos acidentes de trabalho verificados no ano e a população exposta ao risco de se acidentar. O indicador é obtido por intermédio do coeficiente entre o número de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho e o número médio anual de vínculos empregatícios.

dência social é um elemento chave para a promoção do trabalho decente, na medida em que promove garantia de renda e serviços sociais aos trabalhadores, com efeitos positivos sobre as suas famílias. No Brasil, apesar da ligeira expansão em comparação com a década de 1990, apenas metade dos trabalhadores ocupados (52,4% no ano de 2008) contribuiu para a previdência. Há significativas diferenças nas taxas de contribuição entre os trabalhadores. Em 2008, a cobertura previdenciária era realidade para 53,6% dos homens e 50,9% das mulheres, o que representa um aumento em relação a 1992, quando estas cifras eram, respectivamente, 49,8% (homens) e 41,7% (mulheres). A diferença observada na proporção de homens e mulheres com cobertura previdenciária se reduziu de 8,1 p.p. para 2,7 p.p. neste período. A taxa de cobertura dos brancos (58,9%) era significativamente superior à dos negros (46,7%) em 2008, ainda que a desigualdade em relação a este indicador tenha se reduzido de 18,2 p.p. para 12,2 p.p. entre 1992 e 2008. A proporção de idosos (65 anos ou mais de idade) que regularmente recebe aposentadoria ou pensão é outro importante indicador da cobertura previdenciária. Além de assegurar uma renda permanente para as pessoas que se retiraram do mercado de trabalho por aposentadoria (tempo de serviço ou invalidez) e para os pensionistas, esta cobertura é estratégica para a sobrevivência de grande número de famílias no país. Entre 1992 e 2008, cresceu de 80,7% para 85,7% a proporção de idosos que recebiam aposentadoria ou pensão.

Na dimensão *diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores*, cabe salientar que o exercício efetivo da liberdade de organização e associação sindical e da negociação coletiva é considerado um direito fundamental do trabalho, conforme a *Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho*, adotada pela OIT em 1998. A livre organização dos trabalhadores e dos empregadores e o diálogo aberto são também condições de fortalecimento da democracia e da coesão social e fatores de avanço em direção a sociedades mais equitativas, nas quais todos podem desenvolver plenamente suas capacidades. No Brasil, há um marco legislativo que assegura o direito à liberdade de associação. Segundo a PNAD, a taxa de sindicalização<sup>6</sup> declinou ao longo da década de 1990 em função do aumento do desemprego, da precarização do trabalho e da informalidade, reduzindo-se esta taxa de 18,0% a 16,7% entre 1992 e 1998. Durante a primeira metade da década de 2000, mais precisamente a partir de 2003, a proporção de trabalhadores sindicalizados volta a crescer sistematicamente (de 17,4% a 19,1% entre 2002 e 2006), em razão, sobretudo, da intensificação do ritmo de crescimento do emprego formal e da consequente redução da informalidade. Este aumento da taxa de sindicalização ocorreu indistintamente entre homens, mulheres, brancos e negros. Nos anos de 2007 e 2008, todavia, a taxa declinou 1p.p. e ficou situada em 18,1%.

A negociação coletiva é um dos principais instrumentos da ação sindical e um dos mais importantes níveis do diálogo social entre empregadores e trabalhadores, sendo contemplada na legislação nacional. É um espaço fundamental para a busca de melhores condições de trabalho e produtividade, constituindo-se, portanto, em importante mecanismo para a promoção do trabalho decente. Um dos aspectos centrais da negociação coletiva é a discussão salarial. No Brasil, a reposição da inflação vem sendo intensamente debatida há muitas décadas. Os resultados dos reajustes salariais definidos em negociação coletiva desde 1996 indicam que a melhoria recente do desempenho do mercado de trabalho brasileiro mudou expressivamente a proporção de categorias que obtiveram correções iguais ou superiores à inflação. O ano de 2008 foi o quinto consecutivo em que a porcentagem de acordos ou convenções coletivas de

6. Proporção de trabalhadores de 16 anos ou mais de idade associados a sindicato em relação ao total de ocupados da mesma faixa etária.



trabalho (88,0%) acompanhadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) conseguiu pelo menos assegurar a recomposição das perdas salariais ocorridas desde a data-base anterior. Desde a criação do Sistema de Acompanhamento de Salários do Dieese, em 1996, este é o mais longo período em que predominam negociações que asseguram reposições e aumentos reais de salários. Entre 1996 e 2003, apenas por duas vezes esta proporção superou a casa dos 50,0%. Em 2008, uma expressiva proporção de 78,0% dos acordos resultaram em aumentos reais de salários. Entre os setores econômicos, a maior porcentagem de acordos que obtiveram reajustes superiores à inflação registrou-se na indústria (87,0%), vindo em seguida o comércio (85,0%) e o setor de serviços (81,0%).

Conforme se observou nas análises anteriores, o Brasil registrou notáveis avanços em algumas áreas importantes na promoção do trabalho decente no período 1992-2008. Foi mantida a trajetória de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o nível de ocupação voltou a crescer durante a década de 2000, após o declínio experimentado durante os anos 1990. A retomada de um ritmo mais elevado e consistente do crescimento econômico, aliada a uma maior elasticidade produto-emprego, após 2003, repercutiu direta e positivamente no mercado de trabalho, e a taxa de desemprego declinou sistematicamente entre 2003 e 2008. Neste mesmo período, acelerou-se o ritmo de expansão do emprego formal e, por conseguinte, a taxa de informalidade diminuiu. Impulsionados pelo controle da inflação (a partir de 1994, com a implantação do Plano Real) e pelo aumento real do salário mínimo, sobretudo a partir de 2003, os níveis de rendimentos dos trabalhadores expandiram-se e contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade e para a melhoria geral das condições de vida da população. O trabalho infantil experimentou um significativo declínio e cresceu exponencialmente o número de trabalhadores libertados de situações de trabalho forçado e/ou em condições análogas à escravidão.

O aumento da formalidade fez crescer a proporção de pessoas ocupadas que contribuem para a previdência social. Ampliou-se também a proporção de idosos que fazem jus a uma aposentadoria ou pensão. Entre 1992 e 2008 reduz-se o percentual de trabalhadores com jornada de trabalho excessiva. Após experimentar declínio durante os anos 1990, a taxa de sindicalização voltou a crescer durante a década de 2000. A partir de 2003, aumenta de forma significativa a proporção de acordos coletivos que asseguram reposições e aumentos reais de salários.

Apesar da redução das brechas durante o período em análise, ainda perduram expressivas desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, que contribuem decisivamente para a persistência de significativos déficits de trabalho decente entre mulheres e negros. O crescimento da participação das mulheres no mercado laboral não vem sendo acompanhada de uma redefinição das relações de gênero no âmbito das responsabilidades domésticas, o que vem submetendo as trabalhadoras a uma dupla jornada de trabalho. Mesmo diante dos avanços obtidos, o desafio de erradicar o trabalho infantil ainda é grande em função do elevado número de crianças que trabalham. Ademais, é inquietante a proporção de jovens que não estudam nem trabalham. Por fim, ressalte-se que o desemprego juvenil continua em níveis bastante elevados, resistindo a declinar apesar da melhoria do contexto socioeconômico.

# AVANÇOS NA AGENDA NACIONAL DO TRABALHO DECENTE

Observatório do Mercado de Trabalho Nacional  
do Ministério do Trabalho e Emprego

O trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

A promoção do trabalho decente é considerada uma prioridade política do governo brasileiro, assim como dos demais governos do continente americano. Esta prioridade foi discutida e definida em 11 conferências e reuniões internacionais de grande relevância, realizadas entre setembro de 2003 e novembro de 2005. No Brasil, a promoção do trabalho decente passou, efetivamente, a ser um compromisso assumido pelo governo brasileiro a partir de junho de 2003, quando o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia, assinaram o memorando de entendimento que prevê o estabelecimento de um programa especial de cooperação técnica para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD).

Como resultado dessa iniciativa, o governo brasileiro, em consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores e com a participação da OIT, elaborou a ANTD, lançada em maio de 2006 pelo ministro do Trabalho e Emprego durante a XVI Reunião Regional Americana da OIT, realizada em Brasília, a qual estabeleceu como prioridades:

- gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento;
- erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e
- fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

Cabe destacar que a definição das prioridades que estruturaram a referida agenda também levou em consideração os eixos programáticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, os resultados apresentados no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como os objetivos da Agenda Nacional de Desenvolvimento, elaborada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Conforme estabelecia o memorando de entendimento, em 4 de junho de 2009, por meio de um decreto presidencial, foi instituído comitê executivo formado por vários ministérios e secretarias de Estado ligados ao tema, e que é responsável pelo acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução do plano, respondendo também por coordenar sua implementação, em consulta com as organizações de trabalhadores e de empregadores por meio de grupo técnico tripartite.

Ressalta-se que este decreto presidencial instituiu ainda, no âmbito do comitê executivo, um subcomitê para promover a implementação de ações voltadas para a construção de uma agenda e de um plano nacional de trabalho decente para a juventude, que já se encontra em andamento, sob a coordenação conjunta da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Com o objetivo de efetivar a agenda, em 2008 e 2009 foram realizadas várias oficinas de trabalho, com participação tripartite, com vistas a discutir o tema, bem como realizar levantamento de programas e ações em curso no governo federal relacionados às prioridades da ANTD; nesse sentido, cabe destacar as contribuições do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI, formado por representantes com assento no comitê executivo) e do Grupo de Trabalho Tripartite (GTT, composto por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores). O resultado destas oficinas foi sistematizado em uma matriz lógica, que serviu de base para a elaboração do Plano Nacional de Trabalho Decente (PNTD), definido como mecanismo de implementação da agenda.

Assim sendo, o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente foi construído por meio de trabalho participativo realizado pelo GTI, composto por representantes dos ministérios e secretarias especiais que integram o comitê executivo interministerial, e em consulta com os atores sociais, por meio do GTT, integrado por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. O plano estabeleceu as prioridades, resultados esperados, estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação, de modo a permitir o monitoramento e a avaliação dos projetos e ações em desenvolvimento.

No período de 4 a 6 de maio, em Brasília, foi realizado pelo MTE o pré-lançamento da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, na qual o plano nacional foi apresentado, e foi lançada a proposta de este ser amplamente discutido durante a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que acontecerá em 2011.

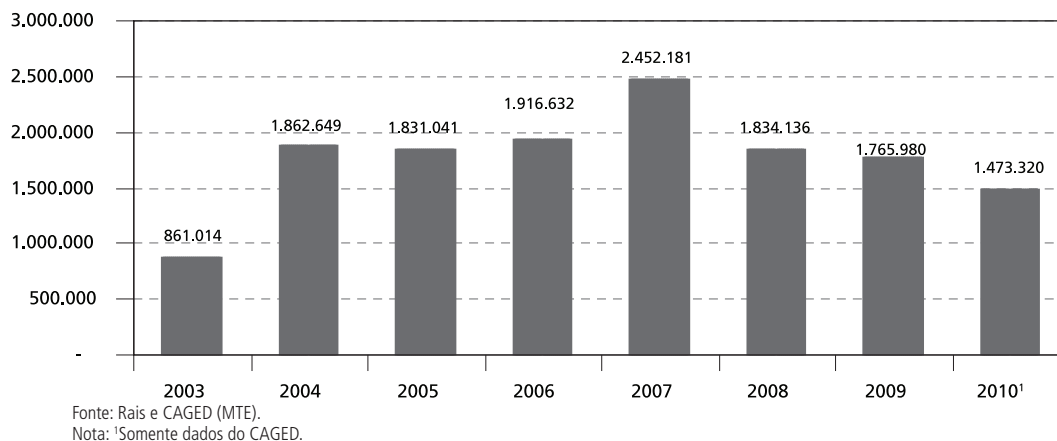
O Plano Nacional tem por finalidade principal contribuir para a promoção do emprego e trabalho decente no Brasil. Sua implementação visa fortalecer a capacidade de o Estado brasileiro avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais se destacam: a pobreza e a desigualdade social; o desemprego e a informalidade; a extensão da cobertura da proteção social; a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; os elevados índices de rotatividade no emprego; as desigualdades de gênero e raça/etnia; e as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

Esses problemas foram agravados, em sua maioria, nos anos 1990, período caracterizado por baixas taxas de crescimento econômico, pelo aumento do desemprego e da informalidade e pela queda nos salários. Em 2003 foi criado o CDES como espaço plural de diálogo entre governo e sociedade em torno das políticas públicas e decisões estratégicas de desenvolvimento, modelo também adotado em algumas esferas subnacionais (estados e municípios). Em 2006, no momento em que foi lançada a ANTD, o país realizava progressos notáveis no campo das políticas sociais que resultaram na reversão positiva da maioria destes indicadores. Tais progressos foram possíveis devido às políticas adotadas pelo governo brasileiro desde 2003, quando foi posto em prática o modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social.

Considerando as prioridades elencadas na ANTD, cabe destacar os avanços alcançados pelo país nos últimos anos. No que tange à geração de emprego verifica-se que, no período de janeiro de 2003 a junho de 2010, ocorreu no Brasil uma notável expansão dos postos de trabalho, conforme a indicação do gráfico 1.

GRÁFICO 1

Empregos formais (janeiro de 2003 a junho de 2010)



Nesse período, foram gerados 13.996.953 empregos formais, tomando como referência os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do MTE. Este resultado demonstra um ganho sem precedentes na formalização da força de trabalho, com importantes repercussões em termos sociais e econômicos, visto que representa uma melhoria social, decorrente do fato de que estes trabalhadores são amparados legalmente, com salários mais altos e outros benefícios.

Analisando-se algumas variáveis específicas da RAIS de 2009, verificam-se alguns avanços que merecem ser ressaltados: quanto à variável gênero, os dados da RAIS confirmam o processo de feminização dos postos de trabalho existentes no Brasil. Em 2008, a força de trabalho feminina representava 41,1% do estoque de vínculos formais; em 2009, a participação elevou-se para 41,4%. A título de comparação, em 2003 a participação das mulheres no mercado de trabalho correspondia a 40,0%. O resultado apresentado em 2009 decorreu do crescimento do emprego feminino da ordem de 5,34%, ante um aumento de 3,87% do emprego masculino, considerando o estoque existente em 31 de dezembro de 2008.

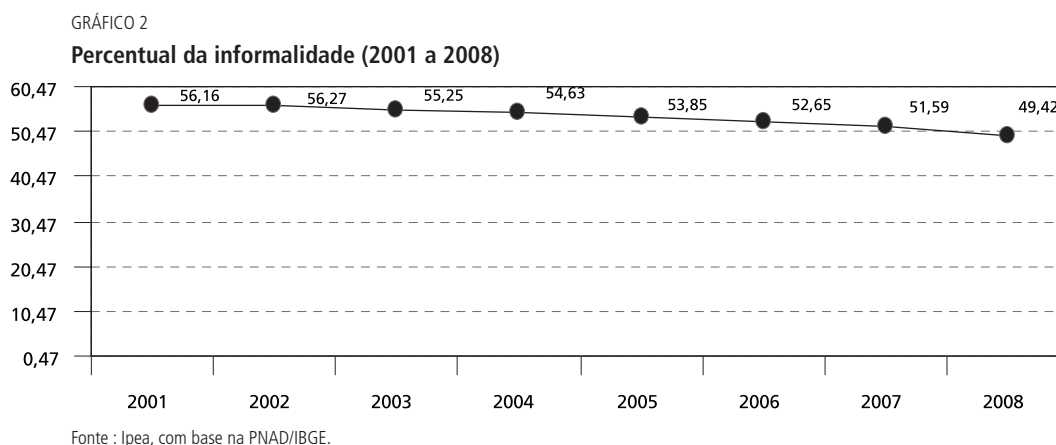
Quanto ao grau de instrução, verifica-se queda do emprego para os vínculos empregatícios situados nos níveis com menor grau de escolaridade, até o ensino fundamental incompleto, e aumento para os demais a partir do ensino fundamental completo, abrangendo ambos os sexos. Destaca-se que o maior aumento percentual concentrou-se nos níveis de escolaridade de ensino médio completo, o que confirma que os novos postos de trabalho estão sendo ocupados por trabalhadores mais escolarizados e mais qualificados. A força de trabalho feminina continua preponderante em relação à dos homens nos níveis de instrução superior incompleto e completo, e significativamente menor nos níveis que demandam pouca qualificação, o que denota um aprofundamento do nível de escolaridade feminina nos últimos anos.

Ainda de acordo com os dados obtidos a partir da declaração da RAIS de 2009, registrou-se um aumento no rendimento médio real dos trabalhadores formais de 2,51%, tomando como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ao passar de R\$ 1.556,15, em 2008, para R\$ 1.595,22 em 2009. Em 2009, as mulheres obtiveram um ganho real de 2,70%, resultante da elevação da remuneração média de R\$ 1.385,61, em 2008, para R\$ 1.422,99 em 2009. Este percentual foi superior ao obtido pelos homens, de 2,52%, proveniente do aumento de R\$ 1.675,46 para R\$ 1.717,66, nos respectivos períodos.

Esses dados resultaram no crescimento da participação do rendimento da mulher *versus* homem – de 82,70% em 2008 para 82,84% em 2009 –, dando-se continuidade à tendência ascendente dos rendimentos para ambos os gêneros.

A expansão do emprego formal tem-se refletido na redução da taxa de desemprego. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE), de 2003 para 2009 o indicador citado passou de 12,4% para 8,1%. É importante mencionar que, em dezembro de 2008, a taxa de desemprego chegou ao patamar de 6,8%, menor valor já apurado pela pesquisa realizada pelo IBGE. Considerando que no final de 2008 a economia brasileira estava sob os efeitos da crise financeira internacional, este resultado é considerado muito positivo, principalmente porque este indicador, no referido ano, crescia em nível mundial.

De acordo com estudo publicado pelo Ipea (IPEA, 2009) com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do (IBGE), no ano de 2008 foi obtido o melhor resultado no nível de formalização do emprego, e a taxa de informalidade chegou ao patamar de 49,4%, o menor nível da década.

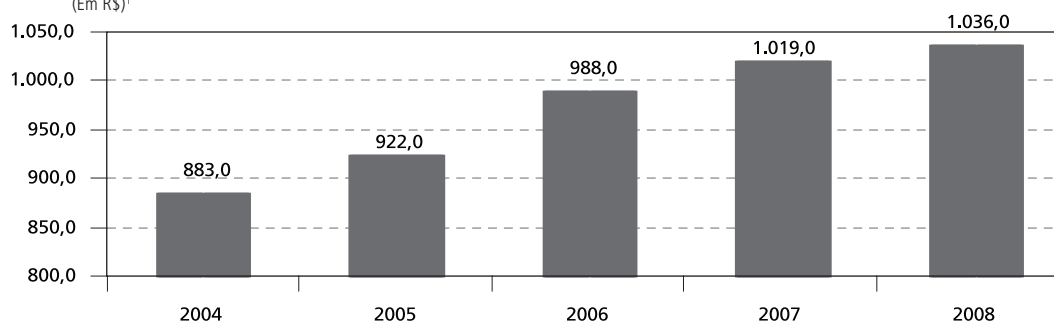


Segundo a PNAD, entre 2007 e 2008 houve acréscimo de empregados com carteira de trabalho assinada, de 33,1% para 34,5% dos ocupados, totalizando cerca de 31,9 milhões de empregados registrados, 2,1 milhões a mais que no ano anterior (aumento de 7,1%); tal comportamento é confirmado pelos números apresentados pela RAIS e pelo CAGED. Consequentemente, também houve um aumento nas contribuições previdenciárias. Entre as 92,4 milhões de pessoas ocupadas, 48,1 milhões (52,1%) eram contribuintes de instituto de previdência em 2008. Comparado a 2007, este número cresceu 5,9%, impulsionado pela elevação do emprego com carteira de trabalho assinada. Isto indica que os empregos gerados possuem garantias sociais, ou seja, são empregos de qualidade.

Quanto ao rendimento dos trabalhadores, no período de 2004 a 2008, os resultados apresentados pela PNAD confirmam o crescimento real desta variável. Conforme pode ser observado no gráfico 3, neste período houve um crescimento real da ordem de 14,76% no rendimento médio mensal do trabalhador.

GRÁFICO 3

**Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência**  
(Em R\$)<sup>1</sup>



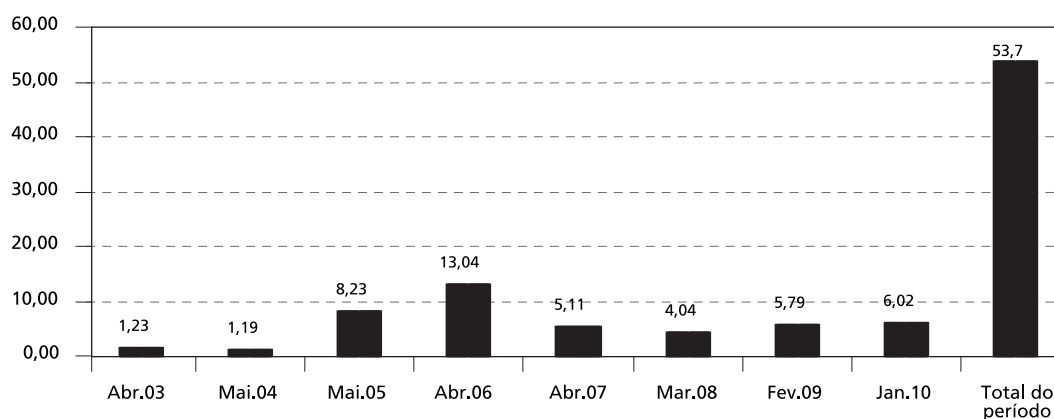
Fonte : Ipea, com base na PNAD/IBGE.

Nota: <sup>1</sup> Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2008.

Tendo em vista que a remuneração do trabalho é a principal responsável pela subsistência das famílias brasileiras, e considerando a premente necessidade de mudar o histórico quadro de desigualdades sociais, o governo buscou medidas que melhorassem o poder aquisitivo da população e a distribuição de renda do país. Para tanto, desde 2003 o governo vem adotando políticas de valorização do salário mínimo e de transferências de renda. Quanto à primeira, deve-se ressaltar que resulta de uma mobilização feita pelas centrais sindicais do país, que conseguiram em 2004 a constituição de uma comissão quadripartite, a qual elaborou proposta de uma política permanente de valorização do salário mínimo. Esta política pretende, gradualmente, recompor o valor real do salário mínimo no país, com a preservação automática do seu poder de compra. Entre abril de 2003 e janeiro de 2010, o salário mínimo teve um crescimento real de aproximadamente 53,7%.

GRÁFICO 4

**Aumentos reais do salário mínimo (abril de 2003 a janeiro 2010)**  
(Em %)



Elaboração dos autores.

Obs: Valores deflacionado pelo INPC.

Os resultados das políticas de valorização do salário mínimo e transferência de renda têm se confirmado com a elevação do rendimento médio do trabalhador e com a queda na desigualdade de renda. Além disso, tem-se verificado uma significativa mobilidade das classes sociais. Ainda como resultado destas políticas, destaca-se o fortalecimento do mercado interno, o qual, em função do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, permaneceu aquecido mesmo diante do cenário de crise internacional.

Segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a classe média ou classe C passou de 49,9% da população, em dezembro de 2006, para 53,6%, em dezembro de 2009. Ainda de acordo com a pesquisa, a classe conjunta ABC atingiu percentual recorde em dezembro de 2009, com 69,21%, enquanto as classes D e E se encontravam em seu menor nível, correspondendo a 13,4% e 17,4%, respectivamente.

Em estudo recente divulgado pelo Ipea (IPEA, 2010), com base na PNAD/IBGE, assim como nas contas nacionais e regionais, nota-se a redução dos índices de pobreza no período entre 1995 e 2008, com cerca 12,8 milhões de brasileiros deixando a condição de pobreza absoluta e outros 13,1 milhões saindo da condição de pobreza extrema.

Embora a redução da pobreza não tenha avançado no mesmo ritmo em todo o país, a taxa de pobreza absoluta passou de 43,4% em 1995 para 28,8% em 2008. Por sua vez, a taxa de pobreza extrema caiu de 20,9% em 1995 para 10,5% em 2008.

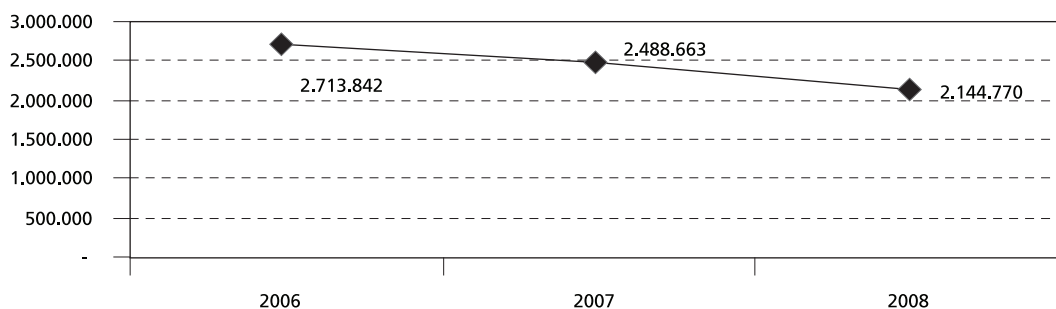
No que diz respeito à segurança e à saúde do trabalhador, no período de 2006 a 2009 verificaram-se progressos no que se refere ao número de situações que foram regularizadas, totalizando 3.233.219 situações em que o auditor fiscal do trabalho verificou o descumprimento da legislação, mas que, no entanto, o empregador providenciou a pronta regularização. Neste sentido, também foram publicadas importantes normas regulamentadoras, relacionadas a medidas de proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores nas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, entre outras. Ademais, estabeleceram-se normas as quais protegem trabalhadores que laboram em espaços confinados.

A erradicação do trabalho infantil tem sido prioridade para o MTE, que intensificou as ações de prevenção e repressão ao trabalho infantil por meio da fiscalização em áreas urbanas e rurais como forma de contribuir para a efetivação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O total de ações fiscais foi de 3.330, entre 2007 e 2009, com a regularização da situação de 16.894 crianças e adolescentes (afastados da relação laboral precoce e encaminhados à rede de proteção social).

Cabe ressaltar que o cenário atual aponta para redução da participação de crianças e adolescentes no contingente de ocupados; a PNAD, por exemplo, registra tendência de retração na faixa etária de 5 a 15 anos entre 2006 e 2008.

GRÁFICO 5

**Crianças e adolescentes (5 a 15 anos) ocupados**



Fonte: PNAD/IBGE.



De 2006 a 2009 foram realizadas 539 operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, resultando em 18.201 trabalhadores resgatados, o que demonstra o compromisso do MTE, e de outros órgãos envolvidos com o tema, no combate de tal prática.

Outro instrumento relevante para o enfrentamento da questão do trabalho escravo é o cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. A inclusão do nome do infrator no cadastro ocorre após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos àquelas condições. O cadastro é atualizado semestralmente, ficando os infratores impedidos de, por exemplo, contratarem empréstimos em bancos públicos, além de outras restrições.

Em maio último, a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre formas contemporâneas de escravidão, Gulnara Shahinian, fez referência ao cadastro e ao Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho como experiências que devem ser fortalecidas e levadas para outros países.

Quanto aos mecanismos de diálogo social, destaca-se o reconhecimento legal das centrais sindicais, na qualidade de organizações de representação dos interesses gerais dos trabalhadores, acompanhado da definição de critérios de representatividade para a regulamentação da sua participação nos fóruns de discussão e elaboração das políticas públicas.

Os indicadores apresentados traduzem uma significativa melhora na qualidade dos empregos gerados, tendo em vista a promoção do trabalho decente no Brasil. A expressiva geração de empregos; o aumento da formalização; do nível de escolaridade dos trabalhadores; a queda da taxa de informalidade; a redução do trabalho infantil; a intensificação do combate ao trabalho escravo; a maior participação das mulheres no mundo do trabalho; o aumento do rendimento médio; a redução da pobreza; e a promoção do diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores evidenciam a melhora das relações no mundo do trabalho. Ainda que persistam questões que devem ser enfrentadas para efetivação de todos os compromissos assumidos pelo Brasil em matéria de trabalho, emprego e proteção social, os avanços alcançados nos últimos anos demonstram o esforço, a responsabilidade e a capacidade do governo brasileiro de articular políticas públicas capazes de produzirem ganhos efetivos para todos os brasileiros.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. MTE, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Lei nº 4.923/65.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Erradicação do trabalho infantil**. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Brasília, Fevereiro de 2010a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente**. MTE, Brasília, 2010b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatórios Específicos de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo**. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Brasília, maio de 2010c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Síntese de Indicadores Sociais – 2008. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**. Rio de Janeiro, 2003 a 2009.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **PNAD – 2008, Primeiras análises**. Comunicados da Presidência, 1º de outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. **Comunicado Ipea n. 58**. 13 de junho de 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho para o estabelecimento de um Programa de Cooperação Técnica para a promoção de uma agenda de trabalho decente**. Genebra, 2 de junho de 2003.

# PERMANÊNCIA NA PRECARIIDADE E NO TRABALHO DECENTE: UM MODELO MULTIESTADO PARA AS TRANSIÇÕES SEGUNDO A QUALIDADE DA OCUPAÇÃO PARA O BRASIL METROPOLITANO (2003-2007)\*

Raquel Rangel de Meireles Guimarães\*\*  
Moema Gonçalves Bueno Fígoli\*\*\*  
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira\*\*\*\*

A noção de trabalho decente foi pioneiramente introduzida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na 87ª Conferência Internacional do Trabalho em 1999 (OIT, 1999). Na ocasião, as autoridades da OIT expressaram uma séria preocupação com a promoção de oportunidades de trabalho decente e produtivo para homens e mulheres, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

De uma maneira geral, a definição de trabalho decente inclui seis dimensões. A dimensão da *oportunidade* preconiza que todos aqueles que gostariam de trabalhar devem ser capazes de encontrar trabalho. Portanto, insuficiências na demanda por trabalho (em decorrência de crises, recessões econômicas ou reestruturação produtiva) podem promover a deterioração do trabalho decente. A dimensão da *liberdade*, por sua vez, ressalta que o trabalho deve ser de livre escolha, e que certas formas de trabalho não devem ser aceitas, tais como o trabalho escravo e o infantil. Ainda, deve ser livre a associação e organização sindical pelos trabalhadores. A dimensão do *trabalho produtivo* é de fundamental importância na garantia da subsistência dos trabalhadores e de suas famílias, e na promoção do desenvolvimento econômico local. A dimensão da *equidade no trabalho* ressalta que não deve haver nenhuma forma de discriminação no acesso ao trabalho ou na possibilidade de conciliação entre vida laboral e familiar do trabalhador. Na dimensão da *segurança no trabalho* está compreendido o acesso à proteção social do trabalhador no caso de adversidades relacionadas ao trabalho. Por fim, a dimensão da *dignidade* postula que os trabalhadores devem ser tratados com respeito no ambiente de trabalho e ter voz ativa nas decisões sobre suas condições de trabalho (ANKER *et al.*, 2002).

---

\* Versão resumida do trabalho intitulado *Permanência na precariedade e no trabalho decente: um modelo multiestado para as transições segundo a qualidade da ocupação para o Brasil Metropolitano (2003-2007)*, apresentado pelas autoras no XIV Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em maio de 2010 em Diamantina (MG).

\*\* Doutoranda em demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

\*\*\* Professora e pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

\*\*\*\* Professora e pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

Argumenta-se que a promoção do trabalho decente tende a garantir que os frutos do crescimento econômico se traduzam em melhoria do bem-estar social. Em outras palavras, se uma maior parcela da população está alocada em postos de trabalho decente, isto pode se refletir em um posterior incremento no desenvolvimento social e econômico. A visão da OIT, portanto, é a de que nos países nos quais prevalecem altos níveis de trabalho decente há de fato uma melhor apropriação pela população dos benefícios da globalização econômica (GHAI, 2002).

Por ser um conceito multifacetado, a mensuração e análise do trabalho decente é uma tarefa bastante complexa. Embora algumas de suas dimensões conceituais sejam aceitas em qualquer sociedade e país, outros aspectos dependem de padrões culturais e institucionais. Neste sentido, se por um lado é consensual a ideia de que o maior número possível de pessoas deveria ser remunerado de forma justa e trabalhar em condições aceitáveis, por outro lado o valor estipulado do que seria um *salário justo* ou as *condições ótimas de trabalho* diferem conforme a sociedade (ANKER *et al.*, 2002).

Pode-se afirmar que a preocupação para a promoção do trabalho decente reside fundamentalmente na busca pela melhoria da situação laboral dos pobres e vulneráveis. Assim, há uma relação implícita entre pobreza e ausência de trabalho decente. Análises estatísticas temporais que forneçam conclusões substantivas sobre progresso em direção ao trabalho decente são indicadores importantes para subsidiar e avaliar a implementação de políticas sociais direcionadas à população desfavorecida (GHAI, 2002).

No Brasil, a discussão em torno do trabalho decente é bastante apropriada, uma vez que as transformações estruturais no mundo do trabalho, especialmente ao longo da década de 1990, tenderam a potencializar os efeitos perversos da precariedade. Observa-se que a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa, o que pode ter contribuído para o aumento da informalidade. Ao mesmo tempo, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 1990, tanto em valores absolutos quanto em relação ao total dos gastos públicos, em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho (POCHMANN, 2006).

Neste estudo, avalia-se em que medida as políticas econômicas e sociais favoráveis implementadas no Brasil implicaram redução do tempo de permanência dos trabalhadores em postos de trabalho precários nas regiões metropolitanas (RMs) de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Para tanto, utilizam-se os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) dos anos de 2003 a 2007 e a metodologia das tábuas de vida multiestado.

Do ponto de vista operacional, utilizam-se a primeira e a quinta entrevista dos indivíduos na PME para verificarem-se as transições anuais entre ocupações precárias e não precárias e entre o desemprego e a inatividade. Adota-se o pressuposto de que não houve transições no período compreendido entre a primeira e a quinta entrevista (ou seja, no intervalo de um ano-calendário). Todas as estimações realizadas neste trabalho se basearam no desenho amostral da PME. Esta opção permitiu obterem-se os totais populacionais em cada RM e levar-se em consideração, no cálculo das proporções, a amostragem complexa da pesquisa.

Um desafio importante deste estudo foi construir a tipologia de trabalho decente. Discutiu-se anteriormente que a construção de um indicador que sistematize todas as dimensões do trabalho decente não é uma tarefa simples, uma vez que algumas de suas características não podem ser identificadas por meio das pesquisas domiciliares. Diante disto, optou-se neste estudo por definir as ocupações precárias, priorizando-se as dimensões da

renda, da jornada de trabalho e da formalização do trabalhador. Assim, aqueles trabalhadores que não estavam inseridos em ocupações precárias, que não estavam desempregados e não eram inativos na semana da entrevista da PME foram considerados empregados em postos de trabalho decente. Foram considerados trabalhadores precários aqueles cujas características ocupacionais os enquadram em uma das seguintes classificações:

- trabalhadores sub-remunerados segundo a tipologia da PME, que considera a proporcionalidade entre o rendimento habitualmente recebido no mês de referência e horas habitualmente trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos;
- trabalhadores por conta própria, não contribuintes de sistema de previdência e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos; e
- trabalhadores empregados sem carteira assinada, não contribuintes de sistema previdenciário e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos.

Para estimar-se o tempo de permanência do trabalhador em ocupações precárias e decentes, e em situação de desemprego e inatividade, utilizaram-se as tabelas de vida multiestado ou tábuas de incremento e decremento. Este instrumental permite avaliar o padrão de incrementos e decrementos em uma população bem definida, na qual seus membros podem se mover entre estados transitórios e absorventes (NAMBOODIRI e SUCHINDRAN, 1987). As tabelas multiestado são uma extensão da metodologia da tábua de vida ordinária, na qual são possíveis múltiplas transições entre os estados, e estas transições são expressas em termos de probabilidades de transição entre os estados que levam em consideração as probabilidades de morte a cada idade.

Outro pressuposto deste estudo é que a mortalidade é não diferencial por *status* no mercado de trabalho (desemprego ou inatividade) e por qualidade da ocupação. Este pode ser um pressuposto bastante forte. São significativas as dificuldades enfrentadas pelos estudos que buscam analisar os diferenciais de mortalidade por *status* no mercado de trabalho: em primeiro lugar, porque nem sempre a ocupação na data do óbito é reportada nos registros, ou mesmo é coletada corretamente (ENTERLINE e MCKIEVER, 1963); em segundo lugar, porque a ocupação está altamente correlacionada com a renda e educação do indivíduo, o que dificulta a estimação dos efeitos causais da influência do *status* ocupacional sobre a mortalidade (RUZICKA *et al.*, 1995). No caso brasileiro, não foram encontrados exercícios que estimassem a mortalidade diferencial por ocupação, embora haja evidências da existência de um diferencial socioeconômico na mortalidade, especialmente conforme o grau de escolaridade (PÉREZ e TURRA, 2008). Diante desta dificuldade de obterem-se medidas robustas do diferencial de mortalidade por ocupação, optou-se por simplificar a análise e considerar que a mortalidade é neutra por *status* ocupacional.

Supõe-se ainda que a tábua de mortalidade do Brasil representa bem o comportamento da mortalidade nas seis regiões metropolitanas de análise (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife). Uma vez que neste estudo calculam-se as transições anuais no período de 2003 a 2007, utilizam-se as tábuas de vida estimadas pelo Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Celade/Cepal) para os quinquênios 2000-2005 e 2005-2010, a fim de obterem-se as probabilidades de sobrevivência (CEPAL, 2001).

A figura 1 apresenta o tempo médio de permanência em cada um dos estados: trabalho decente, trabalho precário, desemprego e inatividade. Esta esperança de vida corresponderia ao tempo médio a ser vivido em uma ocupação precária por um indivíduo que iniciou sua trajetória no mercado de trabalho aos 15 anos. Pode-se perceber pela figura que o tempo médio de permanência na precariedade declinou ao longo do período analisado (de aproximadamente

15 anos para 10 anos), da mesma forma que parece não haver diferencial na permanência conforme o sexo. No caso da permanência no trabalho decente, parece de fato haver um diferencial entre homens e mulheres, com o tempo a ser vivido pelos homens superando o das mulheres em todos os pontos no tempo. Todavia, este diferencial tendeu a se reduzir até 2006, e depois se elevou novamente em 2007, porque os homens experimentaram um aumento no tempo médio de permanência no trabalho decente, enquanto as mulheres experimentaram um declínio. Em geral, as esperanças de vida no trabalho decente mostram que houve melhora após 2003, estabilidade entre 2004 e 2006, e melhora para os homens e piora para as mulheres em 2007. Com relação ao tempo médio de permanência no desemprego, percebe-se que ele manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado, e que praticamente não há diferencial entre homens e mulheres. Por fim, o tempo médio de permanência na inatividade é sempre maior para as mulheres do que para os homens, com um diferencial de aproximadamente 15 anos. Este fato poderia ser explicado por pelo menos três fatores: permanência por mais tempo das mulheres na escola; afastamento para o cuidado dos filhos; e maior longevidade das mulheres.

A figura 2 mostra os resultados das estimações das probabilidades descondicionalizadas de permanência no trabalho precário e no trabalho decente, a partir dos 15 anos de idade, por sexo, e sua evolução entre 2003 e 2007. Uma análise de nível das curvas revela que a probabilidade de permanência na precariedade tende a ser mais estável ao longo das idades que a probabilidade de permanência no trabalho decente. Neste caso, os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade. Para ambos os sexos houve uma redução de nível nas curvas. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução para todas as idades e para ambos os sexos. Contudo, ao longo do tempo os diferenciais entre as probabilidades entre homens e mulheres se elevaram, ficando as probabilidades dos homens sempre superiores às das mulheres.

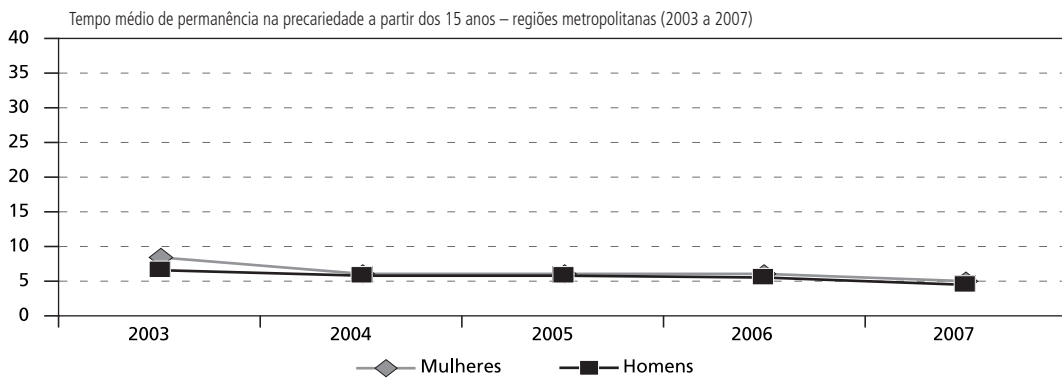
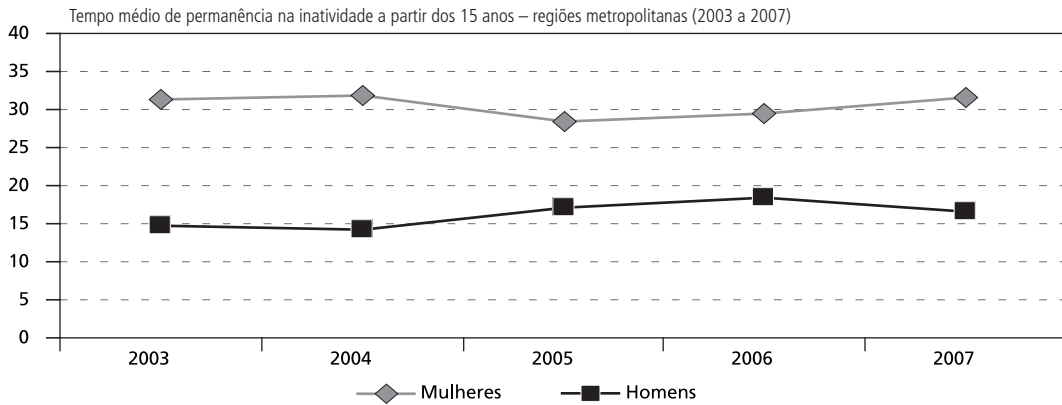
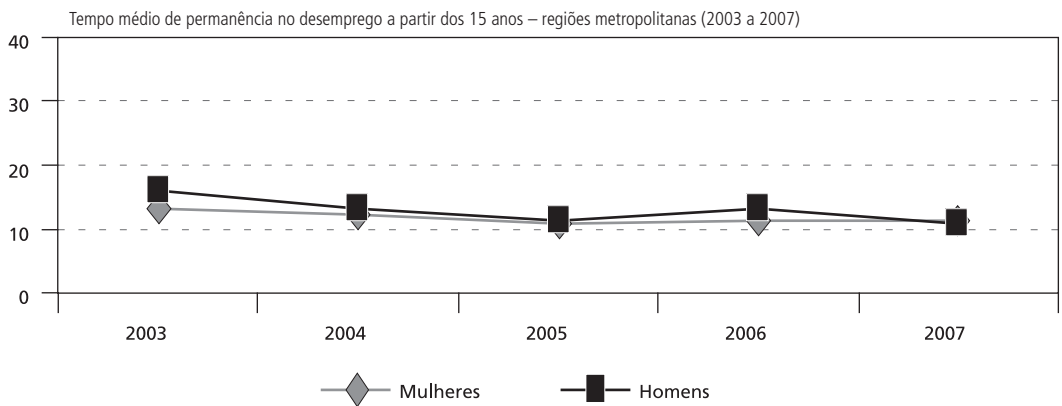
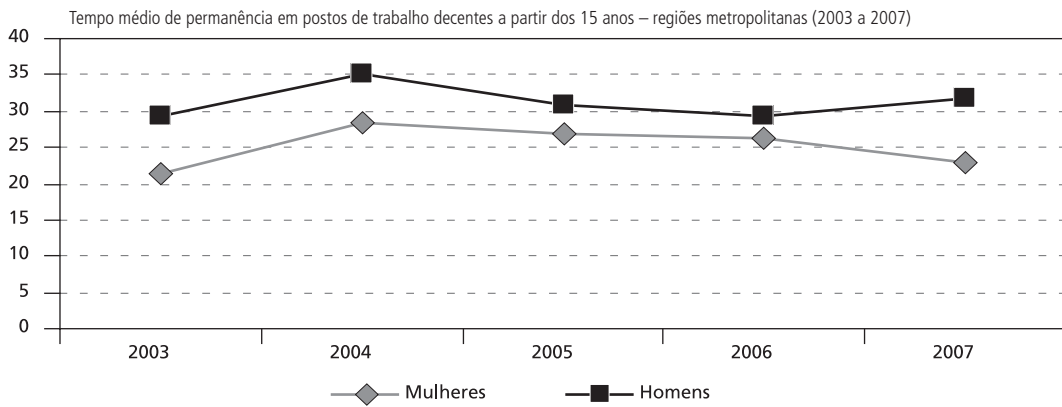
A garantia de ocupações decentes a todos os trabalhadores foi um compromisso assumido pelo governo brasileiro documentado através da Agenda Nacional do Trabalho Decente (BRASIL, 2009). Contudo, num país no qual prevalecem ao longo da história muitas desigualdades (sociais, de renda, de acesso, de oportunidades), muito ainda há que ser feito de forma a garantir que todos tenham acesso ao trabalho decente e possam permanecer neste emprego o maior tempo possível.

As evidências deste trabalho apontam que as recentes políticas de emprego no Brasil conseguiram se traduzir em uma redução do tempo de permanência na precariedade e em uma relativa estabilidade no tempo de permanência no trabalho decente. Um resultado preocupante é a acentuação nos diferenciais por sexo em 2007 na esperança de vida no trabalho decente. No que diz respeito às probabilidades de transição que levam em consideração a mortalidade de cada grupo etário, os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades de permanência na precariedade. Para ambos os sexos, houve uma redução nestas probabilidades a cada idade, o que é, de certa forma, uma boa notícia. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução para todas as idades e para ambos os sexos. Todavia, os diferenciais entre as probabilidades de homens e mulheres se elevaram. Esta evidência reforça a necessidade de políticas no mercado de trabalho que possam fortalecer a permanência das mulheres em postos de trabalho decentes.

Fica a lição de que, para fortalecer-se o tempo médio de permanência no trabalho decente, é necessário, de certa forma, que se fortaleça o vínculo entre as políticas de emprego e o crescimento econômico. O Brasil certamente possui um potencial de crescimento econômico que deve ser aproveitado, além, é claro, de uma população que necessita que os frutos deste crescimento representem melhorias na sua vida laboral e no seu bem-estar.

FIGURA 1

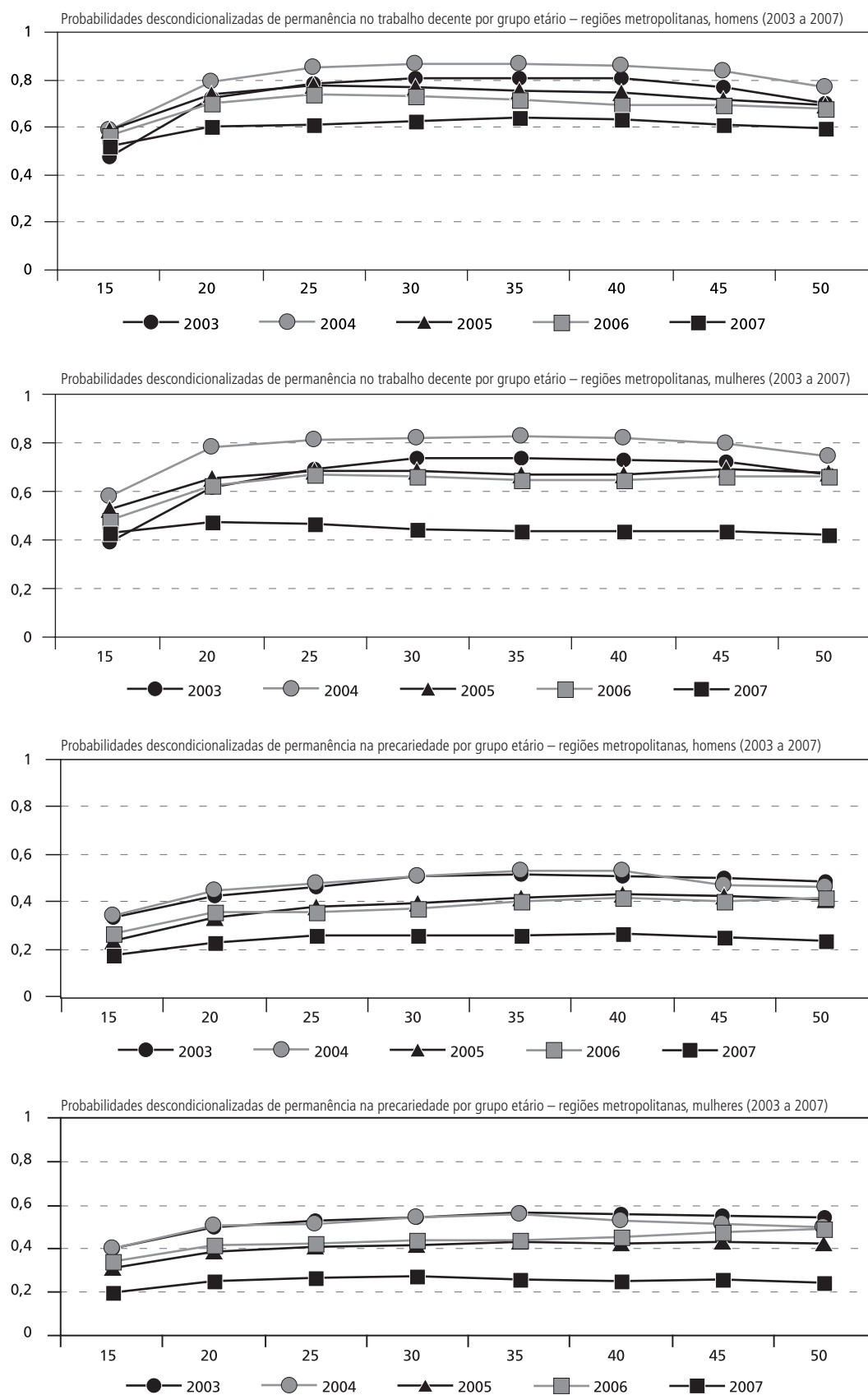
**Tempo médio de permanência em cada status a partir dos 15 anos de idade por sexo: Brasil metropolitanano (2003 a 2007)**



Fonte: PME 2003-2007.

FIGURA 2

**Probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade e no trabalho decente a partir dos 15 anos de idade por sexo: Brasil metropolitano (2003 a 2007)**



Fonte: PME 2003-2007.

REFERÊNCIAS

- ANKER, R.; CHERNYSHEV, I.; EGGER, P.; MEHRAN, F.; RITTER, J. **Measuring decent work with statistical indicators**. Technical Report 2, International Labour Office, Geneva, 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional do Trabalho Decente – PNTD**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 01 de Setembro de 2009.
- CEPAL. **América Latina**: tablas de mortalidad: 1950-2050. CELADE, Boletín Demográfico, (67), 2001.
- ENTERLINE, P. E.; MCKIEVER, M. F. B. A. Differential mortality from lung cancer by occupation. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, 5(6):283–290, 1963.
- GHAI, D. **Decent work**: concepts, models and indicators. Technical Report 139, International Labour Office, Geneva, 2002.
- NAMBOODIRI, K.; SUCHINDRAN, C. M. **Life table techniques and their applications**. Studies in Population, Academic Press, 1987.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Decent work**: report of the director general. 87th International Labour Conference, 1999.
- PÉREZ, E. R.; TURRA, C. M. Desigualdade social na mortalidade no Brasil: diferenciais por escolaridade entre mulheres adultas. *In*: **Anais do XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. 2008
- POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, R. (Editor). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, p. 59-73, 2006.
- RUZICKA, L.; WUNSCH, G.; KANE, P. **Differential mortality**: methodological issues and biosocial factors. Oxford University Press, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ROGERS, A. **Multiregional demography**: principles, methods and extensions. Wiley, 1995.



# **ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **INTRODUÇÃO**

**UM OLHAR DO FÓRUM BRASILEIRO DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A  
II CONFERÊNCIA NACIONAL DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**UM BALANÇO DA SENAES SOBRE A II CONAES**

**UM OLHAR DA REDE DE GESTORES DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA  
NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

# INTRODUÇÃO

Buscando continuar o diálogo com os atores que vivem e pensam a economia solidária no Brasil, este número do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* traz três textos que objetivam discutir os avanços e desafios da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em junho de 2010.

No primeiro texto, de autoria do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), destaca-se o avanço do debate em relação à primeira conferência, ocorrida há quatro anos. Enquanto a primeira edição da Conaes buscava aprofundar a compreensão sobre as práticas, princípios e valores da economia solidária, na segunda o debate centrou-se no balanço da política e na proposição de estratégias para o reconhecimento do trabalho associado – o que permitiu uma abordagem no campo dos direitos. O texto do FBES apresenta também considerações sobre aspectos metodológicos deste processo, para que no futuro seja possível se aprofundarem os debates no âmbito local.

O balanço elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), salienta que o reconhecimento das *formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão* é fundamental para a afirmação da economia solidária como modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Chama atenção o grande esforço de mobilização para a conferência, iniciado em janeiro de 2010. Foram realizadas 187 conferências regionais ou territoriais, abrangendo 2.894 municípios, com 15.800 participantes que elegeram 4.440 delegados para as 27 conferências estaduais e 1.460 delegados para a etapa nacional.

O terceiro texto, da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, reafirma que existem outros caminhos para o desenvolvimento. Sugere-se que a orientação política e econômica hegemônica atual é incapaz de propor um novo paradigma de sociedade e outra forma de organização do trabalho, baseada em práticas cooperativas. Assim, a economia solidária não deve ser considerada um setor, mas outra forma de se fazer economia. Suas propostas e demandas de políticas – com caráter transversal, multisetorial e federativo – devem estar voltadas para o conjunto da sociedade.

Podem-se citar ainda três propostas do documento final da II Conaes que foram destaque nos textos do boletim: a criação de um ministério da economia solidária, o qual elevaria politicamente o órgão atualmente responsável pela política pública; a instituição de um fundo nacional, como instrumento de financiamento das políticas públicas; e o estabelecimento de um sistema nacional, responsável pela articulação dos entes governamentais e da sociedade civil e pela integração das políticas públicas.

Por fim, a II Conaes se mostrou um importante espaço de debate com a sociedade para a orientação de políticas públicas, constituindo-se em prática inovadora no campo da democracia participativa.

## UM OLHAR DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As conferências, espaços de discussão e diálogo aberto na sociedade, são uma conquista da democracia no Brasil. Elas possibilitam, por um lado, a participação social na construção de políticas públicas e, por outro, um processo pedagógico a respeito destas políticas e suas implicações no dia a dia de cada brasileiro. Entretanto, com uma grande quantidade de conferências realizadas nos últimos anos, há muitas vezes uma sensação de que há documentos demasiadamente gerais ou setorizados, que não seriam adotados em medida suficiente pelas instâncias de governo em suas ações. É preciso avançar para metodologias que permitam, além de um processo mais profundo de avaliação das políticas e dos encaminhamentos, um diálogo mais sistêmico sobre as políticas que afetam o território local e o desenvolvimento brasileiro.

No caso da economia solidária, realizou-se, em 2010, a II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Diferentemente da primeira, ocorrida quatro anos antes, que buscava conceitualizar e aprofundar a compreensão sobre o que seria a economia solidária em termos de suas práticas, princípios e valores, a II Conaes centrou-se num balanço do período e no aprofundamento sobre a natureza de políticas públicas que permitam o reconhecimento do trabalho associado e da organização com base na cooperação e na autogestão. Esta escolha, como será visto, possibilitou uma abordagem mais ampla no campo dos direitos. Contudo, o período pré-eleitoral foi um problema aventado desde o início: como garantir que os debates pudessem ocorrer de maneira livre e crítica se já havia interesses eleitorais de aproveitamento desta mobilização para fins partidários?

De fato, muitas conferências estaduais sofreram por isso, perdendo em alguma medida sua capacidade de crítica, em razão de um cenário pré-eleitoral polarizado e praticamente plebiscitário. Mas, mesmo assim, houve debates que possibilitaram que a segunda Conaes fosse uma grande conquista, com maior saldo político que a primeira. Esta segunda edição nacional e seus principais resultados serão analisados a seguir.

Optar pelo tema do direito ao trabalho associado e às formas coletivas de organização econômica baseada nos princípios da economia solidária foi uma decisão acertada do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). A opção por esta abordagem ampliou a questão para além dos termos ligados à economia solidária, e atacou uma questão de fundo, que é o direito de cada cidadão optar pela forma de organização em que não se é patrão tampouco empregado. Iniciar o debate a partir daí acarretou novidades durante o processo. Esta decisão do conselho evitou repetir o que acontecera na primeira conferência. Na II Conaes, além de ter sido feito um necessário balanço desde os avanços da primeira conferência, as propostas tiveram caráter mais dirigido e orientado à construção de uma base legal em termos de políticas públicas focadas para a consolidação deste direito.

Pelo lado da sociedade civil, julga-se que o movimento de economia solidária saiu fortalecido da II Conaes. Ele foi capaz de mostrar autonomia e ao mesmo tempo trabalhou ativamente na organização do evento. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) esteve presente

como um ator fundamental em todos os momentos da conferência. Vale lembrar que este processo começou ainda nas conferências regionais e temáticas, com a mobilização dos fóruns estaduais, que foram capazes de pautar as bandeiras do movimento nos documentos destinados à etapa nacional. Graças às mobilizações nos estados, abriu-se um novo espaço no documento-base sobre a importância de articular a economia solidária com temas pertinentes à sociedade brasileira, como juventude, meio ambiente, reforma agrária, energia, cultura, entre outros.

O ato do FBES nesta II Conaes, que promoveu a marcha da campanha de assinaturas da lei que institui a política nacional de economia solidária, foi reconhecidamente a ação de maior peso político para o movimento. Homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, marcharam de forma organizada pela Esplanada dos Ministérios. Uma delegação constituída pelos 100 integrantes da coordenação nacional do FBES entrou no Congresso Nacional para apresentar sua demanda pela aprovação da lei, em atividade proposta pelo FBES e acolhida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e pela Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária. Esta atividade permitiu visibilizar as demandas e a importância da economia solidária para a construção de outro modelo de desenvolvimento para o país. O movimento foi capaz de agir na hora e no momento certo, e a campanha das assinaturas para a lei de iniciativa popular foi para a rua.

### O PROCESSO DA II CONAES

Em relação ao desenvolvimento da conferência, o principal problema apontado, além da conjuntura pré-eleitoral citada, foi o curto intervalo entre a chamada para a II Conaes e a realização de sua etapa nacional, de modo que os encontros regionais e estaduais ficaram com pouco tempo para serem realizados. Em razão disto, houve certo descompasso entre a metodologia adotada nas conferências regionais e a que foi adotada nas estaduais, o que se refletiu na dificuldade de muitas conferências estaduais em trabalhar o conteúdo proveniente das regiões e municípios e o conteúdo que seria sistematizado para a etapa nacional. Ainda assim, a avaliação geral foi positiva, no que concerne à qualidade dos debates, à abertura e transparência presentes desde o início e à capacidade de envolvimento dos atores que hoje fazem a economia solidária no Brasil. Ressaltem-se especialmente o trabalho e a dedicação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que trabalhou na perspectiva de uma construção coletiva e transparente, aspectos fundamentais para se vencerem o pouco tempo e o curto orçamento à disposição.

As conferências temáticas permitiram um ganho de qualidade, embora no início do movimento tenha julgado haver certo risco na sua realização. Temia-se que a legitimidade das reuniões temáticas pudesse ficar comprometida, devido à maior capilaridade e quantidade de participantes envolvidos nas conferências estaduais e territoriais. Como solução, a comissão organizadora, da qual o FBES fez parte, conseguiu garantir que o documento-base incorporasse diretamente as deliberações tomadas nas conferências microrregionais e estaduais. Infelizmente, não foi possível acatar a proposta do movimento de que as conferências temáticas acontecessem antes das estaduais. Isto poderia garantir que os documentos e teses oriundas das conferências temáticas servissem de subsídio para os debates nos estados. Trata-se de uma perda que poderá ser recuperada em outra conferência.

De fato, a inclusão de conferências temáticas trouxe grandes avanços, contribuindo para aprofundar as deliberações finais e dar-lhes mais densidade. Nas temáticas mais conhecidas, houve um melhor aproveitamento de acúmulos que já existiam no movimento de economia solidária e no governo. Os temas de *formação e assessoria técnica, finanças solidárias, comercia-*

*lização solidária e cooperativismo solidário* são pautas já amadurecidas entre os atores sociais da economia solidária, o que permitiu a realização de um debate mais aprofundado e qualificado. Para além destes temas, as conferências de etnodesenvolvimento e de cooperativismo social trouxeram elementos importantes, que incidiram nos debates realizados na Conaes.

Os cadernos temáticos, cujos elementos centrais eram os documentos originários dos estados e municípios, serviram realmente de subsídio para os delegados. As conferências temáticas contribuíram para enriquecer os debates travados na etapa nacional, essencialmente quanto aos assuntos abordados no segundo capítulo do documento-base, relacionados aos grandes eixos de ação de uma política pública de economia solidária.

Também houve os debates nos estados, a partir dos quais se construiu um novo elemento do documento-base, que se tornou a sessão 2.4 do documento final. Isto abriu uma nova fronteira para o debate sobre economia solidária, trazendo-se o desafio da sua articulação com temas de relevância para a sociedade, como juventude, meio ambiente, cultura e territorialidade, entre outros. Entretanto, alguns temas caros à economia solidária poderiam ter sido aprofundados, como a perspectiva de gênero (incluindo-se a questão do direito à organização econômica das mulheres) e o cruzamento de questões ambientais com a temática da economia solidária no contexto da crise atual.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS**

No primeiro capítulo do documento-base há uma sessão específica que trata dos acúmulos e desafios das políticas públicas de economia solidária no país. Os principais elementos apontados são os avanços na construção de programas e ações de fortalecimento da economia solidária desde 2006. Desde então, mais programas e ministérios têm apoiado a economia solidária, e políticas setoriais têm adotado a economia solidária como estratégia. As políticas públicas se aperfeiçoaram ao longo destes anos, com vários programas de qualidade em andamento.

Todavia, o orçamento público para tais políticas é muito limitado. Some-se a isto a dificuldade de articulação entre os programas e ações em curso no país. Para superação destas questões, foram apontadas no documento-base a importância e a necessidade de a economia solidária, enquanto política pública, ser alçada a um novo patamar. O movimento de economia solidária deliberou nesta segunda conferência que este patamar seja o Ministério da Economia Solidária.

Neste contexto, existem alguns limites que se destacam. A economia solidária não se consolidou enquanto uma política pública de Estado e continua marginal na estrutura do governo, especialmente no que tange às políticas de desenvolvimento do país. Ela ficou muito restrita a atividades pontuais, muitas vezes direcionadas às políticas sociais em detrimento da construção de políticas públicas estruturais. Em termos de prioridades e organização do governo em relação às políticas de desenvolvimento, a economia solidária está completamente excluída. A economia solidária também está ausente das políticas consistentes de financiamento, que poderiam ser direcionadas aos empreendimentos de economia solidária no país.

### **DESDOBRAMENTOS**

A II Conaes aprovou um conjunto de propostas para o reconhecimento e promoção do direito ao trabalho associado, que necessitam de desdobramentos que o consolidem e legitimem. O documento final desta II Conaes será o principal instrumento do gestor público na implementação das políticas de economia solidária.

Ressaltou-se como marcante para os presentes na conferência que a economia solidária não se pode reduzir a “empreendedorismo” nem somente a “combate à pobreza”. O movimento de economia solidária deixou claro que o empreendedorismo, por si só, não garante o caráter autogestionário e coletivo das atividades econômicas, tampouco a dimensão de movimento social da economia solidária. Além disso, afirmou-se que as políticas públicas de economia solidária não podem ter sua gestão restrita a uma secretaria: aprovou-se, no documento final, a necessidade de criação de um Ministério da Economia Solidária, ratificando-se o que foi fortemente proposto nas conferências estaduais.

Uma ação importante para se dar consequência aos resultados da II Conaes é convencer os candidatos ao Congresso, aos governos estaduais e à Presidência da República a pautarem em suas plataformas o tema da economia solidária e do direito ao trabalho associado.

Considera-se fundamental que os comitês temáticos se apropriem dos cadernos temáticos para avançarem nas perspectivas de controle social e de melhor articulação entre programas e ações existentes. Um ponto levantado em várias partes do documento é a necessidade de criação e consolidação de conselhos municipais e estaduais de economia solidária, além de apoio para que a sociedade civil possa contribuir de maneira plena nestes espaços, por meio de fóruns e redes locais de economia solidária.

A luta pela regulamentação do *sistema nacional de comércio justo e solidário* merece destaque. Apontou-se no documento-base a necessidade de consolidação do *sistema de finanças solidária*, casado com um futuro programa nacional de desenvolvimento da economia solidária, que poderia chamar-se *Pronades*, aos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Mencione-se, ainda, entre as estratégias possíveis de desdobramento, a organização do movimento a fim de se fazer pressão junto ao poder público para a inclusão de programas, fundos e recursos na construção do Plano Plurianual (PPA) em 2011.

Uma medida importante e urgente é a alteração da lei geral de cooperativas. O documento final da Conaes prevê a luta pela construção do Super Simples cooperativo, ou seja, a elaboração de uma legislação que privilegie uma menor tributação dos empreendimentos de economia solidária, especialmente aqueles de pequeno porte. Também se frisou a urgência da aprovação da lei que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ademais, propõe-se expandir a política de compras governamentais para além do setor de alimentos, o qual atualmente é contemplado pelo PAA e pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, outros setores econômicos poderiam ser beneficiados por políticas que conferissem prioridade aos empreendimentos econômicos solidários locais.

Por fim, uma das responsabilidades do FBES após a II Conaes será cobrar o encaminhamento e a execução das propostas formuladas pelos atores da economia solidária no Brasil em conjunto com o poder público, buscando garantir a continuidade e ampliação desta construção no próximo governo federal.

# UM BALANÇO DA SENAES SOBRE A II CONAES

## CONTEXTO

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, ocorreu em um momento de expansão e fortalecimento da economia solidária (ES) no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, ampliou-se a adesão às *formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão*. As práticas e valores do associativismo e da cooperação vêm sendo resgatadas nas áreas rurais e urbanas enquanto alternativas de trabalho e de renda e como estratégia de organização comunitária de resistência e conquista de direitos. São milhares de iniciativas referentes a organização da produção, serviços, crédito, finanças solidárias, comércio justo e consumo responsável.

Nesse contexto, o desafio da economia solidária é afirmar-se e ser reconhecida como modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, vem acumulando experiências significativas de produção e consumo que adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade na organização do trabalho e na relação da atividade produtiva com a natureza. As práticas de comércio justo e solidário e de consumo responsável consideram os impactos causados na produção de bens e serviços sobre a natureza, sobre os trabalhadores e sobre as comunidades, contribuindo para mudanças profundas na cultura contemporânea do consumismo. A economia solidária também pode ser uma orientação estratégica para mudança no sistema financeiro, uma vez que o sistema de finanças solidárias é autogestionário e não se orienta pela especulação. Os recursos são investidos para dinamização das economias locais e territoriais, incentivando a produção e o consumo de forma sustentável. Além disso, na ES a gestão dos meios de produção é tarefa coletiva, assim como a partilha dos resultados da atividade econômica, como forma de redução das disparidades de renda e de riqueza.

No Brasil, o processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a economia solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir de então, a interlocução avançou em várias políticas setoriais (trabalho e renda, cultura, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial etc.), e expandiram-se políticas públicas de economia solidária nos governos estaduais e municipais.

Outro momento fundamental foi a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, a qual afirmou a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento e definiu diretrizes e prioridades para a formulação e execução de políticas públicas. Quatro anos depois, chegou o momento de fazer um balanço e avançar no



reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania e forma de organização econômica baseada no trabalho associado, na cooperação e na autogestão. Para tanto seria preciso avançar também na institucionalização de políticas públicas articuladas a um sistema nacional de economia solidária.

### O MUTIRÃO DA II CONAES

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios aos órgãos governamentais na formulação e avaliação da execução de políticas públicas. Trata-se de mais um dos instrumentos da democracia participativa, o qual possibilita a colaboração de milhares de pessoas, desde as etapas preparatórias até a final. Nesse sentido, conferências desta espécie possibilitam a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da sociedade, para além da representação do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

De fato, a II Conaes foi um grande momento de congraçamento e reflexão, no qual os sujeitos políticos da economia solidária foram convocados pelo Conselho Nacional de Economia Solidária para se manifestarem sobre o que cabe ao poder público fazer para que o direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável se torne uma possibilidade real, em particular para os que vivem em condições socioeconômicas desvantajosas. Desde então, começou um mutirão nacional para realizar um balanço do caminho percorrido, identificar os avanços e limites da economia solidária no Brasil e, a partir dos aprendizados, fortalecer e aperfeiçoar as prioridades, estratégias e instrumentos efetivos de políticas públicas.

Desde janeiro de 2010 tiveram início as mobilizações em preparação à II Conaes. A conferência foi convocada para debater o tema “o direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias territoriais ou regionais e estaduais, além de conferências temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 conferências regionais ou territoriais, abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária. Nesta etapa foram discutidos livremente os eixos temáticos da II Conaes, o que gerou um conjunto significativo de contribuições para a etapa estadual. Além disso, estas conferências territoriais ou regionais elegeram democraticamente 4.440 representantes para as conferências estaduais, sendo 1.022 do poder público, 1.094 das organizações sociais e 2.324 de empreendimentos econômicos solidários.

Posteriormente, foram realizadas 27 conferências estaduais de economia solidária, entre os meses de março e maio de 2010, com a participação de 4.659 pessoas, entre delegados e convidados. Como delegados das conferências estaduais foram eleitas 1.460 pessoas para a etapa nacional, sendo 365 do poder público, 365 de organizações sociais e 730 de empreendimentos econômico solidários, conforme estabelecido previamente no regulamento geral para representação dos estados na II Conaes.

As várias conferências temáticas tornaram-se necessárias em função do amadurecimento da economia solidária no Brasil, que passou a abranger os povos tradicionais, os egressos de manicômios, penitenciárias e instituições socioeducativas, além de dependentes de drogas e outros brasileiros que são estigmatizados, e por isso marginalizados econômica e socialmen-



te. Houve ainda conferências temáticas que abordaram as finanças solidárias, o comércio justo e a formação. As conferências temáticas deram contribuições valiosas à II Conaes, ao aprofundarem a análise de algumas das principais políticas públicas que têm por alvo tornar possível mesmo aos mais desafortunados o direito de produzir e viver em cooperação.

### **ACÚMULOS DA II CONAES**

Na etapa nacional foram credenciados 1.613 participantes, além das equipes de apoio e de organização que se distribuíram em duas categorias: delegados com direito a voz e voto; convidados com direito a voz. Durante a conferência, os participantes avançaram no diálogo sobre os acúmulos e desafios da economia solidária no Brasil e apontaram prioridades e estratégias para o seu reconhecimento e afirmação política.

A II Conaes reconheceu os avanços que ocorreram nas políticas públicas de economia solidária nos últimos anos, frutos de um processo de mobilização social e de várias iniciativas governamentais nas esferas federal, estadual e municipal. Com a criação da Senaes no MTE foi possível a inclusão da economia solidária no Plano Plurianual do governo federal (2004/2007 e 2008/2011), por meio do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com a destinação de recursos públicos do Orçamento Geral da União, além de outros programas do governo federal que apoiam a economia solidária.

Com isso, foram implantadas diversas ações de formação, qualificação social e profissional, incubação, assessoramento técnico a redes de cooperação, e promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades rurais e urbanas. No fomento à produção e comercialização solidárias, foram apoiados centenas de projetos, beneficiando milhares de trabalhadores e trabalhadoras na criação e fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. No apoio ao desenvolvimento das finanças solidárias, destacam-se as iniciativas de apoio aos bancos comunitários que foram disseminados e multiplicados em todo o país, e foram executadas ações de apoio às organizações que operam com fundos rotativos solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis. Ocorreu também a expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão como reconhecimento dos processos organizativos da economia solidária.

Apesar desses avanços, os participantes da II Conaes avaliaram que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real dos que fazem a economia solidária no Brasil. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e da estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente restringida pelas normas e a cultura institucional que favorece a fragmentação das políticas, o que dificulta o apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado, e em alguns setores inexistente.

Ao analisarem tal situação, os delegados e delegadas da II Conaes concluíram que, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, coloca-se a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania – entendido como direito às condições socialmente necessárias de produção – e como dever do Estado. Este foi o principal desafio debatido na II Conaes.

Entre as mais de 160 propostas aprovadas, a maioria tem a intenção de fazer do modelo econômico solidário um direito e uma preocupação permanente do Estado. Neste contexto, foi unânime o apoio dado para que a lei que cria o marco legal da economia solidária no

país seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional. Foram destaque ainda ações mais efetivas, como a criação de um ministério específico, de um fundo nacional (enquanto instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária), e de um sistema nacional responsável pela integração de políticas públicas e pela articulação dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipais, estaduais e federal.

## DESAFIOS

Considerando as principais deliberações da II Conaes, a Senaes compreende que existem alguns grandes desafios para o futuro próximo. O primeiro é avançar na institucionalização e na ampliação da política pública de economia solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado brasileiro, com base em lei a ser debatida e deliberada no Congresso Nacional, a qual viabilize conquistas expressas a seguir.

1. O reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, com atualização, aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e o funcionamento dos empreendimentos, considerando-se também os aspectos tributários e de acesso à seguridade social aos trabalhadores e trabalhadoras destes empreendimentos, como sujeitos de direito.

2. A ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais.

3. A ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito).

4. A ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária – incluindo a implantação de um futuro *sistema de comércio justo e solidário* –, equipamentos de comercialização (centrais de comercialização, mercados solidários, feiras etc.), e a ampliação do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais nas áreas urbanas e rurais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5. Para dar suporte a essas iniciativas, deverá ser criado um *fundo nacional de economia solidária*, como instrumento de financiamento das políticas públicas de economia solidária e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

O segundo desafio é a criação e implantação do *sistema nacional de economia solidária*, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, espera-se promover a intersectorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável por meio do trabalho associado, da produção em cooperação, da justa distribuição da renda e do consumo consciente e responsável. Finalmente, para conduzir este processo, a II Conaes apresentou o desafio de elevação política do órgão federal responsável pela política pública de economia solidária, com a proposta de criação de um ministério da economia solidária.

## UM OLHAR DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Afirmar o *direito de viver em cooperação de maneira sustentável* no Brasil, neste momento em que a atividade econômica de iniciativa privada e o emprego assalariado crescem com vigor, adquire um significado político de grande relevância. Trata-se da proposição do dissenso, uma voz – coletiva e mobilizada nacionalmente – asseverando que há outros caminhos para o desenvolvimento do país, mesmo que os principais indicadores econômicos utilizados para medir a eficiência do atual padrão se mostrem positivos segundo o juízo hegemônico.

Reforça o significado político desta afirmação da II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em junho de 2010, o fato de ela ter sido convocada não apenas pelo conselho nacional respectivo, mas em conjunto com órgãos do Estado brasileiro, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária. O Estado, via outros órgãos, fomenta e viabiliza, em grande medida, o desenvolvimento em curso, tão profundamente criticado pela Conaes. Isto evidencia que o Estado não é um fato consumado, mas uma instituição da sociedade permeada de contradições, disputas, conflitos e desafios, que são reflexos desta sociedade.

As discussões realizadas pelos elaboradores e fazedores da economia solidária no Brasil, reunidos nas diversas conferências locais, regionais, estaduais e temáticas, e, finalmente, na conferência nacional, reconhecem os esforços e avanços alcançados nos últimos anos na diminuição da pobreza e da exclusão social, sobretudo pelas políticas de valorização do salário mínimo, garantia de renda mínima, geração de emprego e renda, valorização da agricultura familiar e políticas de investimento em infraestrutura, que estão contribuindo para descentralizar a atividade econômica e os benefícios sociais.

Entretanto, apesar de se reconhecerem progressos, tratou-se com ênfase dos limites que o atual padrão de desenvolvimento apresenta para superar os problemas cruciais da sociedade brasileira. Estes problemas incluem a desigualdade estrutural, a concentração da renda e da riqueza, a incapacidade de universalizar o acesso aos bens materiais e imateriais produzidos socialmente, e a insustentabilidade de um modelo pautado no consumo de massas. Verifica-se uma resistência à adesão coletiva e individual da sociedade a um senso público, a uma percepção de coletividade, a um rompimento com uma tradição patrimonialista e autoritária criada e recriada nos diferentes momentos da história pelas elites que dominam o país.

As discussões também abordaram os avanços alcançados pela economia solidária nos últimos anos, que resultaram das disputas feitas pelo movimento e do esforço de seus militantes de diferentes organizações da sociedade civil, universidades, e órgãos do executivo e do legislativo. Estas disputas, realizadas nas contradições do modelo hegemônico, originaram pequenos, mas importantes acúmulos: fortalecimento organizativo e visibilidade da economia solidária; avanços na produção e nas ações de consumo ético, consciente e responsável. Ademais, observaram-se progressos nas finanças solidárias, nas ações formativas e culturais,

na ampliação dos grupos sociais adeptos das formas da economia solidária, nos programas e ações de apoio e fomento a partir dos governos, nas legislações aprovadas (sobretudo em âmbito local e estadual), e no acúmulo de discussões e propostas acerca de uma política e sistema nacional de economia solidária. Outros aspectos, que poderiam ser destacados, constam dos anais da conferência.

O processo da II Conaes culminou na reafirmação da economia solidária enquanto política e estratégia de desenvolvimento para o país. Aproveitou-se, assim, o acúmulo da I Conaes, realizada em 2006. Também se apontou um conjunto de demandas e propostas para as políticas públicas de economia solidária que versam sobre o conteúdo, a forma e os meios de executar tais políticas. Algumas demandas são estruturantes para a economia solidária no Brasil: reconhecimento formal, no arcabouço legal, do direito ao trabalho associado e das formas de organização da economia solidária, como condição de cidadania e pertencimento; criação de um fundo público para financiar o desenvolvimento da economia solidária no país, em condições adequadas à sua realidade e suas potencialidades; criação de um sistema nacional de economia solidária capaz de formular, implantar e garantir a execução de políticas para a área; promoção da cooperação entre órgãos, Unidades da Federação e sociedade; e participação e controle social das políticas. Finalmente, a conferência propôs o fortalecimento do conselho nacional e a criação de um ministério da economia solidária na estrutura do Estado brasileiro, que deve repercutir na ampliação e criação de conselhos e secretarias estaduais e municipais específicas.

Na proposição das políticas públicas para a economia solidária, há um elemento importante a ser considerado, que é um diferencial com relação às políticas públicas setoriais: a economia solidária não é um setor da economia, é uma forma de se fazer a economia. Ela perpassa setores econômicos e se expande para o conjunto das relações sociais. Desta forma, os aspectos relacionados a economia, finanças, tributos, investimento, infraestrutura, sociedade, cultura, política, educação, tecnologia e meio ambiente estão presentes e geram propostas e demandas para o conjunto da sociedade. As políticas públicas para a economia solidária devem estar presentes na legislação e nos órgãos da administração pública; ter caráter transversal, multissetorial e federativo; e considerar a grande diversidade populacional e organizativa da economia solidária, criando-se modalidades ajustadas à realidade de cada segmento e capazes de fomentar o seu avanço e consolidação. Tais políticas não podem ser consideradas ações compensatórias ou assistenciais que amenizam simplesmente os danos causados pelo modo capitalista de fazer economia. A economia solidária requer políticas específicas de estímulo ao desenvolvimento.

Cabe destacar a importância política da iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária apresentada ao Congresso Nacional, durante a II Conaes: um projeto de lei de iniciativa popular para a criação da política nacional de economia solidária. Isto fortaleceu, sem dúvida, a presença e a legitimidade da economia solidária e seus sujeitos de direito no espaço público nacional.

Os avanços e a mobilização, que marcaram o processo da II Conaes, revelam uma demanda social e uma presença política no espaço público nacional que não pode ser ignorada pela sociedade e, muito menos, pelo Estado. A disputa política na sociedade e no Estado não se faz com eventos isolados, mas com uma presença constante e organizada em diversas frentes. Este talvez seja o grande desafio que se renova para o movimento da economia solidária após esta II Conaes.

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária entende que garantir

e ampliar a legitimidade na construção do direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável depende do fortalecimento constante da organização do movimento da economia solidária. A consecução de seu projeto requer atuação política no espaço público nacional e, sobretudo, robustecimento da articulação e das alianças do movimento da economia solidária com outros movimentos sociais e sindicais. Além disso, deve-se buscar a expansão de sua inserção junto aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem à margem da economia formal e dos movimentos organizados, sobretudo nas periferias das grandes cidades.

A rede tem participado ativamente da construção da economia solidária e do movimento da economia solidária no Brasil. Ela reafirma seu compromisso de seguir nesta rota, sobretudo a partir da atuação de seus membros nos órgãos da administração pública. Está entre suas tarefas proporcionar intercâmbio, interlocução, interação e formação, além de propor políticas públicas cada vez mais apropriadas, em diálogo constante com os atores sociais da economia solidária.

# **ANEXO ESTATÍSTICO**

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA**

**OCUPAÇÃO**

**MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

**DESEMPREGO**

**SEGURO-DESEMPREGO**

**RENDIMENTOS**

**INFORMALIDADE**

## **Advertência**

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf)

# ANEXO ESTATÍSTICO

## Índice de Tabelas

### I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

---

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

### II. OCUPAÇÃO

---

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

---

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

### IV. DESEMPREGO

---

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

## **V. SEGURO-DESEMPREGO**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

## **VI. RENDIMENTOS**

---

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região              | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região               | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação  | A28 |
| 5. Salário mínimo real  | A29 |

## **VII. INFORMALIDADE**

---

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana   | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana   | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana                                | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |



## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1  
**PEA por região metropolitana**  
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
Jan.-jun./2009	1.525	1.835	2.493	5.399	9.878	1.862	22.993	1.547	24.535
2009									
Julho	1.536	1.839	2.559	5.405	9.958	1.889	23.186	1.552	24.738
Agosto	1.530	1.871	2.573	5.440	10.012	1.907	23.334	1.542	24.876
Setembro	1.526	1.895	2.566	5.414	10.007	1.911	23.319	1.552	24.871
Outubro	1.550	1.894	2.586	5.405	9.896	1.927	23.258	1.605	24.863
Novembro	1.558	1.899	2.576	5.477	9.882	1.924	23.317	1.579	24.896
Dezembro	1.590	1.891	2.599	5.503	9.911	1.913	23.407	1.592	24.999
2010									
Janeiro	1.544	1.904	2.567	5.542	9.854	1.881	23.292	1.584	24.876
Fevereiro	1.580	1.882	2.554	5.593	9.887	1.895	23.390	1.588	24.978
Março	1.592	1.908	2.616	5.576	9.937	1.906	23.536	1.605	25.141
Abril	1.635	1.936	2.599	5.489	9.978	1.894	23.530	1.582	25.112
Maiο	1.652	1.951	2.635	5.541	9.959	1.904	23.642	1.585	25.227
Junho	1.630	1.936	2.614	5.511	9.924	1.911	23.526	1.586	25.112
Jan.-jun./2010	1.605	1.920	2.598	5.542	9.923	1.898	23.486	1.588	25.074

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA I.2  
**PEA por gênero**  
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
2009	12.502	10.647
Jan.-jun./2009	12.486	10.506
2009		
Julho	12.518	10.668
Agosto	12.541	10.793
Setembro	12.539	10.780
Outubro	12.496	10.762
Novembro	12.480	10.837
Dezembro	12.528	10.879
2010		
Janeiro	12.532	10.760
Fevereiro	12.612	10.778
Março	12.666	10.870
Abril	12.705	10.825
Maiο	12.690	10.951
Junho	12.627	10.899
Jan.-jun./2010	12.639	10.847

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3  
**PEA por grau de instrução**  
(Em mil pessoas)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
Jan.-jun./2009	5.716	4.063	13.185
2009			
Julho	5.648	4.129	13.381
Agosto	5.641	4.174	13.488
Setembro	5.703	4.126	13.459
Outubro	5.693	4.220	13.325
Novembro	5.680	4.270	13.344
Dezembro	5.760	4.240	13.391
2010			
Janeiro	5.574	4.160	13.539
Fevereiro	5.543	4.179	13.650
Março	5.603	4.112	13.804
Abril	5.518	4.112	13.873
Maiο	5.514	4.074	14.027
Junho	5.487	4.089	13.919
Jan.-jun./2010	5.540	4.121	13.802

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4  
**PEA por faixa etária**  
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009 <sup>a</sup>	95	569	3.996	12.506	2.959
Jan.-jun./2009	55	442	3.808	14.212	4.476
2009					
Julho	62	410	3.811	14.401	4.520
Agosto	52	406	3.813	14.406	4.656
Setembro	46	390	3.840	14.405	4.637
Outubro	47	426	3.827	14.321	4.637
Novembro	51	438	3.783	14.265	4.780
Dezembro	54	398	3.782	14.383	4.790
2010					
Janeiro	40	391	3.689	14.369	4.802
Fevereiro	48	392	3.697	14.485	4.768
Março	53	414	3.754	14.529	4.786
Abril	51	438	3.707	14.585	4.750
Maiο	57	439	3.753	14.532	4.860
Junho	48	445	3.695	14.463	4.875
Jan.-jun./2010	50	420	3.716	14.494	4.807

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup> Os valores referentes a 2009 foram alterados em virtude de retificação nos dados das edições anteriores.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

### Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
Jan.-jun./2009	47,6	56,3	58,0	53,2	60,2	55,7	56,5	59,8	56,8
2009									
Julho	47,8	55,8	58,9	53,2	60,2	55,9	56,7	59,3	56,9
Agosto	47,8	56,5	59,1	53,3	60,3	56,5	56,8	59,1	57,0
Setembro	47,6	57,3	59,1	53,0	60,3	56,5	56,8	59,4	57,0
Outubro	48,1	57,1	59,5	53,0	59,8	56,9	56,7	61,5	57,0
Novembro	48,3	57,2	59,3	53,6	59,7	57,0	56,8	60,4	57,1
Dezembro	49,2	57,1	59,8	53,8	59,6	56,5	56,9	60,4	57,1
2010									
Janeiro	47,9	57,5	59,1	54,0	59,1	55,6	56,5	60,1	56,8
Fevereiro	49,1	56,7	58,9	54,6	59,2	56,1	56,8	59,9	57,0
Março	49,3	57,4	60,0	54,5	59,3	56,2	57,0	60,3	57,2
Abril	50,4	58,1	59,5	53,8	59,7	55,6	57,0	59,5	57,2
Maiο	50,8	58,6	60,1	54,4	59,8	55,7	57,3	59,4	57,4
Junho	50,0	57,9	59,5	53,8	59,5	56,0	56,9	59,3	57,1
Jan.-jun./2010	49,6	57,7	59,5	54,2	59,4	55,9	56,9	59,8	57,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

### Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
2009	66,0	48,6
Jan.-jun./2009	66,0	48,4
2009		
Julho	66,0	48,6
Agosto	66,0	48,9
Setembro	66,0	48,9
Outubro	65,9	48,8
Novembro	65,8	49,1
Dezembro	66,0	49,1
2010		
Janeiro	65,9	48,5
Fevereiro	66,3	48,6
Março	66,5	48,9
Abril	66,6	48,8
Maiο	66,6	49,3
Junho	66,2	49,0
Jan.-jun./2010	66,4	48,9

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

### Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
Jan.-jun./2009	36,3	54,9	75,5
2009			
Julho	35,9	55,4	75,8
Agosto	35,8	55,7	76,1
Setembro	35,8	55,9	76,1
Outubro	35,6	56,8	75,8
Novembro	35,6	57,0	76,0
Dezembro	36,3	56,9	75,3
2010			
Janeiro	36,0	54,7	74,9
Fevereiro	36,1	54,5	75,3
Março	36,3	54,3	75,6
Abril	35,9	54,4	75,8
Maiο	35,9	54,8	76,2
Junho	53,8	54,4	75,7
Jan.-jun./2010	39,0	54,5	75,6

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

### Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
Jan.-jun./2009	1,5	19,9	69,5	79,7	39,2
2009					
Julho	1,1	18,2	70,4	80,1	39,2
Agosto	1,4	18,1	70,4	80,2	39,9
Setembro	1,2	17,3	70,2	80,5	39,7
Outubro	1,2	18,6	70,5	80,4	39,4
Novembro	1,4	19,0	70,1	80,5	40,2
Dezembro	1,5	17,6	70,0	80,7	40,1
2010					
Janeiro	1,1	17,4	69,3	80,3	39,8
Fevereiro	1,3	17,7	69,7	80,3	39,8
Março	1,5	18,3	70,7	80,5	39,8
Abril	1,4	19,3	69,9	80,9	39,4
Maiο	1,6	19,4	70,3	81,2	40,1
Junho	1,3	19,2	69,5	80,9	40,1
Jan.-jun./2010	1,4	18,6	69,9	80,7	39,8

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

### População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA <sup>a</sup>	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
Jan.-jun./2009	919	2.127	387	2.514
2009				
Julho	864	2.073	365	2.438
Agosto	788	1.929	349	2.279
Setembro	799	1.929	333	2.262
Outubro	800	1.933	359	2.292
Novembro	756	1.855	344	2.199
Dezembro	807	1.912	369	2.281
2010				
Janeiro	843	2.013	322	2.334
Fevereiro	796	1.951	335	2.287
Março	777	1.962	343	2.305
Abril	787	1.954	347	2.301
Mai	764	1.919	341	2.260
Junho	755	1.898	376	2.274
Jan.-jun./2010	787	1.949	344	2.293

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup> Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

## II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

### Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
Jan.-jun./2009	1.374	1.622	2.326	5.042	8.901	1.750	21.016	1.456	22.472
2009									
Julho	1.379	1.630	2.404	5.066	9.073	1.780	21.332	1.465	22.797
Agosto	1.363	1.657	2.380	5.134	9.106	1.803	21.444	1.454	22.898
Setembro	1.366	1.688	2.403	5.117	9.139	1.809	21.520	1.474	22.994
Outubro	1.403	1.696	2.428	5.103	9.046	1.828	21.505	1.526	23.031
Novembro	1.410	1.688	2.425	5.174	9.083	1.823	21.603	1.508	23.111
Dezembro	1.457	1.688	2.467	5.203	9.170	1.830	21.815	1.531	23.346
2010									
Janeiro	1.412	1.677	2.411	5.242	9.062	1.801	21.605	1.498	23.103
Fevereiro	1.441	1.674	2.388	5.280	9.087	1.799	21.668	1.499	23.167
Março	1.464	1.692	2.451	5.221	9.127	1.793	21.748	1.517	23.265
Abril	1.486	1.719	2.449	5.164	9.211	1.791	21.820	1.502	23.322
Maiο	1.491	1.716	2.483	5.194	9.186	1.808	21.878	1.503	23.381
Junho	1.489	1.705	2.480	5.194	9.190	1.820	21.878	1.509	23.387
Jan.-jun./2010	1.464	1.697	2.444	5.216	9.144	1.802	21.766	1.505	23.271

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA II.2

### Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
2009	11.687	9.590
Jan.-jun./2009	11.621	9.395
2009		
Julho	11.687	9.645
Agosto	11.716	9.728
Setembro	11.747	9.774
Outubro	11.749	9.755
Novembro	11.764	9.839
Dezembro	11.851	9.964
2010		
Janeiro	11.800	9.805
Fevereiro	11.856	9.813
Março	11.925	9.823
Abril	11.971	9.849
Maiο	11.979	9.898
Junho	11.959	9.919
Jan.-jun./2010	11.915	9.851

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3

**Nível de ocupação por grau de instrução**

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
Jan.-jun./2009	356	876	4.077	3.622	12.057
2009					
Julho	376	847	4.047	3.692	12.342
Agosto	381	872	4.013	3.713	12.435
Setembro	373	907	4.061	3.689	12.460
Outubro	377	943	4.026	3.792	12.346
Novembro	365	887	4.101	3.841	12.386
Dezembro	391	858	4.179	3.867	12.505
2010					
Janeiro	357	851	4.050	3.784	12.544
Fevereiro	372	838	4.022	3.768	12.651
Março	359	866	4.066	3.699	12.740
Abril	342	862	3.984	3.718	12.887
Maiο	349	884	3.943	3.654	13.022
Junho	359	850	3.957	3.708	12.973
Jan.-jun./2010	356	858	4.004	3.722	12.803

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

**Nível de ocupação por faixa etária**

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
Jan.-jun./2009	48	312	3.107	13.217	4.332
2009					
Julho	32	297	3.147	13.463	4.393
Agosto	41	287	3.148	13.452	4.516
Setembro	40	284	3.208	13.476	4.513
Outubro	37	308	3.203	13.442	4.514
Novembro	44	311	3.205	13.400	4.642
Dezembro	42	291	3.230	13.592	4.661
2010					
Janeiro	33	276	3.112	13.512	4.672
Fevereiro	41	283	3.071	13.630	4.644
Março	39	285	3.123	13.643	4.658
Abril	38	320	3.115	13.728	4.619
Maiο	45	316	3.148	13.642	4.726
Junho	36	330	3.130	13.622	4.761
Jan.-jun./2010	39	302	3.117	13.629	4.680

Fonte: PME/IBGE.

## II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

### Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
Jan.-jun./2009	10.409	3.960	1.618	5	3.924	968	132	21.017
2009								
Julho	10.650	4.020	1.598	10	3.985	944	127	21.332
Agosto	10.532	4.065	1.705	8	4.041	962	130	21.444
Setembro	10.506	4.141	1.687	7	4.038	992	149	21.520
Outubro	10.536	4.105	1.635	11	4.129	963	125	21.505
Novembro	10.618	4.120	1.620	9	4.119	981	137	21.603
Dezembro	10.749	4.193	1.611	6	4.156	976	123	21.815
2010								
Janeiro	10.866	3.982	1.599	2	4.094	938	123	21.605
Fevereiro	10.984	3.911	1.627	7	4.039	982	118	21.668
Março	11.069	3.920	1.589	5	4.054	988	122	21.748
Abril	11.143	3.949	1.624	5	3.997	988	115	21.820
Maiο	11.174	3.975	1.588	5	4.032	988	117	21.878
Junho	11.150	3.993	1.626	9	3.953	1.035	111	21.878
Jan.-jun./2010	11.064	3.955	1.609	6	4.028	986	118	21.766

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

### Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
Jan.-jun./2009	9.420	2.664	378	280	1.618	610	1.016
2009							
Julho	9.621	2.690	410	277	1.598	618	1.052
Agosto	9.550	2.695	383	295	1.705	600	1.076
Setembro	9.521	2.750	386	319	1.687	598	1.073
Outubro	9.535	2.697	390	326	1.635	611	1.082
Novembro	9.610	2.763	403	309	1.620	605	1.048
Dezembro	9.751	2.800	383	305	1.611	615	1.089
2010							
Janeiro	9.822	2.658	416	253	1.599	629	1.071
Fevereiro	9.978	2.617	402	256	1.627	604	1.038
Março	10.000	2.645	447	256	1.589	622	1.019
Abril	10.117	2.644	417	283	1.624	608	1.023
Maiο	10.128	2.660	444	304	1.588	602	1.012
Junho	10.150	2.675	416	317	1.626	584	1.003
Jan.-jun./ 2010	10.032	2.650	424	278	1.609	608	1.027

Fonte: PME/IBGE.



TABELA II.7

**Nível de ocupação por setor de atividade**

(Em mil pessoas)

Período	Indústria <sup>(1)</sup>	Construção	Comércio <sup>(2)</sup>	Intermediação financeira <sup>(3)</sup>	Adm. pública <sup>(4)</sup>	Serviços domésticos	Outros serviços <sup>(5)</sup>	Outras atividades <sup>(6)</sup>
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
Jan.-jun./2009	3.469	1.533	4.063	3.204	3.409	1.627	3.605	107
2009								
Julho	3.469	1.569	4.114	3.267	3.467	1.670	3.657	118
Agosto	3.605	1.569	4.031	3.347	3.522	1.675	3.586	109
Setembro	3.562	1.599	4.073	3.330	3.489	1.671	3.679	117
Outubro	3.626	1.604	4.092	3.274	3.428	1.693	3.665	121
Novembro	3.628	1.615	4.125	3.268	3.437	1.653	3.749	128
Dezembro	3.624	1.658	4.219	3.258	3.416	1.704	3.811	127
2010								
Janeiro	3.544	1.634	4.144	3.325	3.383	1.700	3.768	108
Fevereiro	3.560	1.664	4.166	3.335	3.367	1.642	3.812	122
Março	3.550	1.706	4.077	3.432	3.404	1.641	3.817	121
Abril	3.591	1.695	4.078	3.390	3.506	1.631	3.815	115
Maiο	3.618	1.708	4.032	3.403	3.575	1.614	3.809	120
Junho	3.657	1.665	4.085	3.358	3.556	1.586	3.840	132
Jan.-jun./2010	3.587	1.679	4.097	3.374	3.465	1.636	3.810	120

Fonte: PME/IBGE.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1  
Admissões por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-jun./ 2009 <sup>b</sup>	Jul./ 2009	Ago./ 2009	Sep./ 2009	Out./ 2009	Nov./ 2009	Dez./ 2009	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jan.-jun./ 2010 <sup>b</sup>	
RO	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	125.909	60.408	11.791	11.820	11.328	11.809	10.871	7.882	10.693	11.627	14.074	13.343	14.537	13.242	13.242	77.516
AC	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	23.790	11.312	2.281	2.498	2.296	1.911	1.369	1.369	1.566	2.239	2.200	2.219	2.598	2.822	2.822	13.644
AM	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	163.680	69.786	15.659	18.465	17.761	17.969	14.532	9.508	14.199	14.140	17.930	15.863	17.958	17.064	17.064	97.154
RR	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	13.592	6.558	1.169	1.194	1.294	1.409	1.097	871	1.472	1.351	1.593	1.440	1.376	1.382	1.382	8.614
PA	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	254.970	115.166	23.891	26.296	25.235	24.451	22.744	17.187	20.860	22.444	22.582	22.490	24.257	26.289	26.289	138.922
AP	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	20.429	9.848	1.709	1.967	1.762	2.017	1.704	1.422	1.691	2.064	1.572	2.032	1.841	1.999	1.999	11.199
TO	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	57.791	29.059	5.508	4.905	4.931	5.204	4.760	3.424	4.645	5.796	5.986	5.237	6.497	6.672	6.672	34.833
MA	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	137.645	64.117	13.024	14.399	11.864	11.756	12.856	9.629	11.289	12.028	15.732	16.055	14.112	16.948	16.948	86.164
PI	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	79.490	35.616	7.018	8.316	7.732	6.972	8.243	5.593	6.979	7.188	10.553	9.071	8.566	9.734	9.734	52.091
CE	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	379.204	166.372	37.224	39.267	38.239	36.638	36.356	25.108	30.839	34.974	38.232	36.867	37.619	37.930	37.930	216.461
RN	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	151.630	66.027	14.361	17.952	14.954	13.420	14.201	10.715	12.681	12.204	15.656	14.713	15.515	15.549	15.549	86.318
PB	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	109.139	46.563	11.865	14.261	11.281	9.017	9.140	7.012	8.529	9.805	10.154	10.399	10.726	10.166	10.166	59.779
PE	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	439.804	184.302	37.520	48.179	55.521	42.663	41.482	30.137	34.937	32.647	39.321	37.978	46.442	45.948	45.948	237.273
AL	93.277	99.951	103.837	110.055	109.173	120.327	121.070	35.781	7.643	7.710	41.524	13.924	8.636	5.852	6.218	5.897	7.641	7.542	8.609	6.883	6.883	42.790
SE	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	89.875	40.393	7.543	8.272	9.773	9.002	8.363	6.529	7.434	8.401	8.953	7.965	8.215	9.373	9.373	50.341
BA	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	634.547	298.712	57.724	58.899	58.493	57.101	57.655	45.963	58.740	52.408	64.478	62.342	68.881	60.628	60.628	367.477
MG	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	986.606	179.198	179.530	180.848	172.156	165.884	125.978	159.019	172.549	218.484	206.237	226.009	210.746	210.746	1.193.044
ES	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	370.548	187.422	31.846	31.014	30.509	31.722	30.888	27.147	31.088	33.379	37.428	40.199	44.148	37.353	37.353	223.595
RJ	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	662.405	117.192	117.078	116.655	116.233	119.901	104.143	116.014	119.894	145.936	122.926	136.019	130.052	130.052	770.841
SP	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	2.514.641	431.565	449.936	445.784	443.474	434.862	330.948	445.563	500.536	600.453	544.116	540.865	515.692	515.692	3.147.225
PR	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	608.919	100.119	102.661	106.051	103.794	103.578	70.522	106.788	114.656	140.203	122.752	120.075	117.185	117.185	721.659
SC	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	928.396	466.399	75.434	77.932	80.239	84.193	86.114	58.085	92.225	103.020	108.480	94.408	89.143	85.889	85.889	573.165
RS	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	545.129	84.871	93.978	95.937	100.920	107.593	83.798	106.962	116.928	146.469	119.618	112.512	110.862	110.862	713.351
MS	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	229.386	123.249	17.914	18.973	18.817	18.428	18.602	13.403	18.271	21.793	24.845	23.816	21.832	21.628	21.628	132.185
MT	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	324.160	166.791	31.434	29.022	29.267	27.799	23.134	16.713	30.886	3.142	31.108	31.756	29.943	31.769	31.769	158.604
GO	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	282.967	45.965	47.363	46.695	45.687	43.511	31.587	47.105	51.184	60.085	60.842	56.708	53.889	53.889	329.813
DF	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	285.923	140.437	26.713	25.568	26.790	24.246	24.213	17.956	23.769	25.749	29.897	27.849	28.329	25.388	25.388	160.981
<b>Total</b>	<b>9.809.343</b>	<b>11.296.496</b>	<b>12.179.001</b>	<b>12.831.149</b>	<b>14.341.289</b>	<b>16.659.331</b>	<b>16.187.640</b>	<b>7.924.985</b>	<b>1.398.181</b>	<b>1.457.455</b>	<b>1.491.580</b>	<b>1.433.915</b>	<b>1.413.043</b>	<b>1.068.481</b>	<b>1.410.462</b>	<b>1.526.321</b>	<b>1.820.045</b>	<b>1.660.075</b>	<b>1.693.332</b>	<b>1.623.079</b>	<b>1.623.079</b>	<b>9.733.314</b>

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.2  
Desligamentos por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-jun./ 2009 <sup>b</sup>	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jan.-jun./ 2010 <sup>b</sup>
RO	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	101.034	46.044	9.108	8.419	8.451	8.916	8.906	11.190	8.093	9.345	10.681	9.938	11.602	11.123	60.782
AC	20.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	21.821	10.010	1.951	1.657	2.012	1.772	2.029	2.390	1.768	1.886	2.195	1.828	1.965	2.235	11.877
AM	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	165.088	83.961	12.865	11.916	13.174	13.271	12.411	17.490	12.410	1.227	14.869	14.435	15.003	14.623	72.567
RR	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	12.403	6.220	1.230	1.050	831	1.035	886	1.151	1.006	1.011	1.404	1.267	1.493	1.204	7.385
PA	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	247.590	128.593	19.441	19.092	20.433	18.823	19.063	22.145	19.180	18.241	21.832	19.496	20.086	22.896	121.731
AP	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	20.238	10.307	1.712	1.624	1.556	1.903	1.481	1.655	1.549	1.250	1.776	1.436	2.001	1.895	9.907
TO	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	54.746	27.165	4.673	4.714	4.600	3.920	4.466	5.208	4.099	4.538	4.986	4.410	4.955	5.434	28.422
MA	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	142.429	72.232	11.829	12.401	10.947	11.438	10.126	13.456	10.473	9.768	11.940	10.941	12.356	12.246	67.724
PI	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	66.763	32.770	5.617	5.551	5.301	4.525	5.452	7.547	5.802	6.313	7.130	6.291	6.456	6.863	38.855
CE	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	314.768	161.199	27.701	25.477	25.273	25.594	24.060	25.464	33.093	29.274	31.782	29.296	31.294	31.612	186.351
RN	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	146.830	80.546	11.462	11.176	10.533	10.843	9.856	12.414	12.504	12.984	14.456	13.242	12.065	12.879	78.130
PB	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	95.848	54.117	7.594	7.462	6.638	5.781	6.269	7.987	8.467	1.010	14.171	10.605	7.620	7.579	49.452
PE	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	393.087	211.374	30.035	29.189	30.476	31.040	29.713	31.260	31.323	35.040	52.537	39.280	35.751	33.410	227.341
AL	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	113.249	75.187	6.084	6.432	5.958	6.019	6.536	7.033	7.131	17.092	25.444	14.210	7.413	6.950	78.240
SE	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	78.677	41.888	6.377	6.002	6.085	6.261	5.372	6.692	6.140	6.515	10.487	6.377	7.323	7.332	44.174
BA	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	563.377	275.614	47.932	47.814	47.728	49.658	44.414	50.217	44.316	46.320	54.252	51.752	52.580	56.923	306.143
MG	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	906.160	176.215	170.917	173.397	156.258	140.905	175.740	138.527	145.046	178.680	161.207	165.136	171.876	960.472
ES	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	351.573	182.869	31.945	27.366	26.302	25.436	25.785	31.870	27.498	29.280	33.374	30.941	36.394	39.002	196.489
RJ	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	647.238	107.543	101.237	101.996	99.528	95.288	111.902	111.603	111.596	123.964	107.603	113.769	113.715	682.250
SP	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	2.375.036	378.754	371.953	386.237	374.328	365.195	522.134	394.404	419.874	475.264	424.272	442.241	445.427	2.601.482
PR	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	568.408	93.197	88.224	92.311	90.367	87.547	106.506	92.877	100.946	117.006	102.159	100.944	106.739	620.671
SC	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	877.382	454.726	70.251	65.944	67.522	68.051	68.267	82.621	72.935	86.909	101.463	82.067	83.705	79.790	506.869
RS	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	539.385	85.352	82.995	81.552	81.324	81.870	95.522	88.085	97.210	118.215	99.189	103.001	102.997	608.697
MS	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	216.486	110.436	17.968	17.086	16.579	16.981	16.452	20.984	16.582	17.853	20.641	18.913	19.161	18.451	111.601
MT	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	318.748	153.495	26.760	26.021	26.925	27.007	27.193	31.347	22.034	24.295	31.771	28.335	29.279	26.482	162.196
GO	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	238.047	41.458	40.809	41.445	43.015	45.556	59.041	36.929	40.457	46.331	43.671	46.454	45.813	259.655
DF	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	268.501	132.452	24.725	22.801	24.701	19.865	21.250	22.707	20.215	21.483	26.979	21.846	25.244	24.631	140.398
<b>Total</b>	<b>9.163.910</b>	<b>9.773.220</b>	<b>10.925.020</b>	<b>11.602.463</b>	<b>12.723.897</b>	<b>15.207.127</b>	<b>15.192.530</b>	<b>7.625.479</b>	<b>1.259.779</b>	<b>1.215.329</b>	<b>1.238.963</b>	<b>1.202.959</b>	<b>1.166.348</b>	<b>1.483.673</b>	<b>1.229.043</b>	<b>1.316.896</b>	<b>1.553.630</b>	<b>1.355.007</b>	<b>1.395.291</b>	<b>1.410.127</b>	<b>8.259.994</b>

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3  
Variação do nível de emprego por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-jun./2009 <sup>b</sup>	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jan.-jun./2010 <sup>b</sup>
RO	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	24.875	14.364	2.683	3.401	2.877	2.893	1.965	-3.308	2.600	2.282	3.393	3.405	2.935	2.119	16.734
AC	-153	820	2.336	1.180	-96	499	1.969	1.302	330	841	284	139	94	-1.021	-202	353	5	391	633	587	1.767
AM	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.408	-14.175	2.794	6.549	4.587	4.698	2.121	-7.982	1.789	1.870	3.061	1.428	2.955	2.441	13.544
RR	247	914	1.463	668	1.342	574	1.189	338	-61	144	463	374	211	-280	466	340	189	173	-117	178	1.229
PA	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	7.380	-13.427	4.450	7.204	4.802	5.628	3.681	-4.958	1.680	4.203	750	2.994	4.171	3.393	17.191
AP	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	191	-459	-3	343	206	114	223	-233	142	814	-204	596	-160	104	1.292
TO	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	3.045	1.894	835	191	331	1.284	294	-1.784	546	1.258	1.000	827	1.542	1.238	6.411
MA	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	-8.115	1.195	1.998	917	318	2.730	-3.827	816	2.260	3.792	5.114	1.756	4.702	18.440
PI	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	12.727	2.846	1.401	2.765	2.431	2.447	2.791	-1.954	1.177	875	3.423	2.780	2.110	2.871	13.236
CE	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	5.173	9.523	13.790	12.966	11.044	12.296	-356	-2.254	5.700	6.450	7.571	6.325	6.318	30.110
RN	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	4.800	-14.519	2.899	6.776	4.421	2.577	4.345	-1.699	177	-780	1.200	1.471	3.450	2.670	8.188
PB	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	13.291	-7.554	4.271	6.799	4.643	3.236	2.871	-975	62	-295	-4.017	-206	3.106	2.587	1.237
PE	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	46.717	-27.072	7.485	18.990	25.045	11.623	11.769	-1.123	3.614	-2.393	-13.216	-1.302	10.691	12.538	9.932
AL	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	-39.406	1.559	1.278	35.566	7.905	2.100	-1.181	-913	-11.195	-17.803	-6.668	1.196	-67	-35.450
SE	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	11.198	-1.495	1.166	2.270	3.688	2.741	2.991	-163	1.294	1.886	-1.534	1.588	892	2.041	6.167
BA	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	71.170	23.098	9.792	11.085	10.765	7.443	13.241	-4.254	14.424	6.088	10.226	10.590	16.301	3.705	61.334
MG	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	90.608	80.446	2.983	8.613	7.451	15.898	24.979	-4.976	20.492	27.503	39.804	45.030	60.873	38.870	232.572
ES	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	18.975	4.553	-99	3.648	4.207	6.286	5.103	-4.723	3.590	4.099	4.054	9.258	7.754	-1.649	27.106
RJ	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	88.875	15.167	9.649	15.841	14.659	16.705	24.613	-7.759	4.411	8.298	21.972	15.323	22.250	16.337	88.591
SP	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	277.573	139.605	52.811	77.983	59.547	69.146	69.667	-19.186	51.159	80.662	125.189	119.844	98.624	70.265	545.743
PR	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	69.084	40.511	6.922	14.437	13.740	13.427	16.031	-35.984	13.911	13.710	23.197	20.593	19.131	10.446	100.988
SC	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	51.014	11.673	5.183	11.988	12.717	16.142	17.847	-2.4536	19.290	16.111	7.017	12.341	5.438	6.099	66.296
RS	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	64.226	5.744	-481	10.983	14.385	19.596	25.723	-11.724	18.877	19.718	28.254	20.429	9.511	7.865	104.654
MS	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	12.900	12.813	-54	1.887	2.238	1.447	2.150	-7.581	1.689	3.940	4.204	4.903	2.671	3.177	20.584
MT	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	5.412	13.296	4.674	3.001	2.342	792	-4.059	-1.4634	8.852	7.125	-663	3.421	664	5.287	24.686
GO	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	44.920	4.507	6.554	5.250	2.672	-2.045	-2.7454	10.176	10.727	13.754	17.171	10.254	8.073	70.155
DF	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	17.422	7.985	1.988	2.767	2.089	4.381	2.963	-4.751	3.554	4.266	2.918	6.003	3.085	757	20.583
<b>Total</b>	<b>645.433</b>	<b>1.523.276</b>	<b>1.253.981</b>	<b>1.228.686</b>	<b>1.617.392</b>	<b>1.452.204</b>	<b>995.110</b>	<b>299.506</b>	<b>138.402</b>	<b>242.126</b>	<b>252.617</b>	<b>230.956</b>	<b>246.695</b>	<b>-415.192</b>	<b>181.419</b>	<b>209.425</b>	<b>266.415</b>	<b>305.068</b>	<b>298.041</b>	<b>212.952</b>	<b>1.473.320</b>

Fonte: Caged/MTE.  
<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.  
<sup>b</sup> Soma dos meses.

TABELA III.4  
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	33.158	2.040.075	39.441	936.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 <sup>a</sup>	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 <sup>a</sup>	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 <sup>a</sup>	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 <sup>a</sup>	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 <sup>a</sup>	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 <sup>a</sup>	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
Jan.-jun./2009 <sup>b</sup>	19.815	1.496.490	39.738	939.817	1.756.808	2.884.390	73.239	714.688	0	7.924.985
2009	3.785	263.157	7.998	180.477	316.277	481.449	8.915	136.123	0	1.398.181
Agosto	4.169	298.018	6.079	184.570	328.428	520.583	8.815	106.793	0	1.457.455
Setembro	4.227	351.039	5.602	182.719	336.475	508.162	7.011	96.345	0	1.491.580
Outubro	4.290	299.291	6.271	178.624	349.639	499.498	6.245	90.057	0	1.433.915
Novembro	3.607	268.455	6.508	171.342	384.666	494.917	5.335	78.213	0	1.413.043
Dezembro	3.022	170.635	5.412	112.529	311.235	413.756	3.244	48.648	0	1.068.481
2010	3.828	297.678	8.189	190.660	312.001	499.985	5.389	92.732	0	1.410.462
Fevereiro	4.439	327.803	7.755	189.214	319.938	558.295	19.742	99.135	0	1.526.321
Março	5.334	408.277	8.988	227.513	390.708	648.279	13.765	117.181	0	1.820.045
Abril	5.207	364.729	7.496	207.637	358.737	578.652	10.588	127.029	0	1.660.075
Maior	5.235	346.513	7.553	219.134	366.729	584.038	9.136	154.994	0	1.693.332
Junho	4.793	323.654	7.262	211.217	356.842	557.552	8.150	153.609	0	1.623.079
Jan.-jun./2010 <sup>b</sup>	28.836	2.068.654	47.243	1.245.375	2.104.955	3.426.801	66.770	744.680	0	9.733.314

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5  
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 <sup>a</sup>	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 <sup>a</sup>	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 <sup>a</sup>	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 <sup>a</sup>	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 <sup>a</sup>	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 <sup>a</sup>	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
Jan.-jun./2009 <sup>b</sup>	21.376	1.640.967	36.107	860.412	1.789.786	2.648.955	42.062	585.814	0	7.625.479
2009	3.687	245.803	5.501	148.302	288.941	453.794	7.111	106.640	0	1.259.779
Julho	3.192	231.454	5.888	144.613	271.615	435.015	5.510	118.042	0	1.215.329
Agosto	3.091	227.721	7.645	150.052	286.174	445.394	5.477	113.409	0	1.238.963
Setembro	3.133	224.739	5.386	152.468	281.123	429.917	4.567	101.626	0	1.202.959
Outubro	2.994	228.861	5.844	153.551	268.095	407.665	4.497	94.841	0	1.166.348
Novembro	3.406	336.675	6.253	163.495	300.637	481.838	25.505	165.864	0	1.483.673
Dezembro	2.636	228.758	5.651	136.330	318.788	442.096	6.195	88.589	0	1.229.043
2010	2.976	264.779	5.925	154.479	309.256	472.688	11.634	95.159	0	1.316.896
Janeiro	3.911	335.837	7.395	188.884	361.289	541.884	7.615	106.815	0	1.553.630
Fevereiro	3.884	281.670	5.692	169.219	318.012	482.069	6.383	88.078	0	1.355.007
Março	3.276	284.293	6.595	180.052	232.264	497.934	7.130	92.747	0	1.395.291
Abril	3.352	279.169	6.123	186.392	330.211	500.102	6.536	98.242	0	1.410.127
Mai	20.035	1.674.506	37.381	1.015.356	1.869.820	2.936.773	45.493	569.630	0	8.259.994
Junho										
Jan.-jun./2010 <sup>b</sup>										

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

TABELA III.6  
**Varição do nível de emprego formal por setor de atividade**

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 <sup>a</sup>	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 <sup>a</sup>	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 <sup>a</sup>	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 <sup>a</sup>	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 <sup>a</sup>	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 <sup>a</sup>	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
Jan.-jun./2009 <sup>b</sup>	-1.561	-144.477	3.631	79.405	-32.978	235.435	31.177	128.874	0	299.506
2009	98	17.354	2.497	32.175	27.336	27.655	1.804	29.483	0	138.402
Agosto	977	66.564	191	39.957	56.813	85.568	3.305	-11.249	0	242.126
Setembro	1.136	123.318	-2.043	32.667	50.301	62.768	1.534	-17.064	0	252.617
Outubro	1.157	74.552	885	26.156	68.516	69.581	1.678	-11.569	0	230.956
Novembro	613	39.594	664	17.791	116.571	87.252	838	-16.628	0	246.695
Dezembro	-384	-166.040	-841	-50.966	10.598	-68.082	-22.261	-17.216	0	-415.192
2010	1.192	68.920	2.538	54.330	-6.787	57.889	-806	4.143	0	181.419
Fevereiro	1.463	63.024	183	34.735	10.682	85.607	8.108	3.976	0	209.425
Março	1.423	72.440	1.593	38.629	29.419	106.395	6.150	10.366	0	266.415
Abril	1.323	83.059	1.804	38.418	40.725	96.583	4.205	38.951	0	305.068
Maior	1.959	62.220	958	39.082	43.465	86.104	2.006	62.247	0	298.041
Junho	1.441	44.485	1.139	24.825	26.631	57.450	1614	55.367	0	212.952
Jan.-jun./2010 <sup>b</sup>	8.801	394.148	8.215	230.019	144.135	490.028	21.277	175.050	0	1.473.320

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

##### Taxa de desemprego por região metropolitana : PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
Jan.-jun./2009	9,8	11,7	6,7	6,7	9,9	6,1	8,7	5,9	8,5
2009									
Julho	10,2	11,4	6,1	6,3	8,9	5,8	8,0	5,6	7,8
Agosto	10,9	11,4	7,5	5,6	9,1	5,4	8,1	5,7	7,9
Setembro	10,5	10,9	6,4	5,5	8,7	5,4	7,7	5,0	7,5
Outubro	9,5	10,4	6,1	5,6	8,6	5,1	7,5	4,9	7,3
Novembro	9,5	11,1	5,9	5,5	8,1	5,3	7,4	4,5	7,2
Dezembro	8,4	10,7	5,1	5,4	7,5	4,3	6,8	3,8	6,6
2010									
Janeiro	8,6	11,9	6,1	5,4	8,0	4,3	7,2	5,4	7,1
Fevereiro	8,8	11,0	6,5	5,6	8,1	5,1	7,4	5,6	7,3
Março	8,1	11,3	6,3	6,4	8,2	5,9	7,6	5,5	7,5
Abril	9,1	11,2	5,8	5,9	7,7	5,4	7,3	5,0	7,1
Maiο	9,7	12,0	5,8	6,3	7,8	5,0	7,5	5,2	7,3
Junho	8,6	12,0	5,1	5,8	7,4	4,7	7,0	4,8	6,8
Jan.-jun./2010	8,8	11,6	5,9	5,9	7,9	5,1	7,3	5,3	7,2

Fontes:PME/IBGE e PME/lpades.

TABELA IV.2

##### Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
Jan.-jun./2009	10,3	11,0	9,0	12,5	11,6	8,2
2009						
Julho	10,5	10,8	9,2	13,3	11,4	8,2
Agosto	10,1	10,4	8,8	12,8	11,9	8,1
Setembro	10,1	10,4	8,4	12,0	12,0	7,8
Outubro	9,9	10,3	8,1	11,4	11,8	7,5
Novembro	9,4	10,3	7,9	11,0	10,6	7,4
Dezembro	8,5	9,7	7,4	10,6	10,7	7,6
2010						
Janeiro	8,0	9,7	7,3	11,1	10,6	7,8
Fevereiro	8,5	9,6	7,3	11,6	11,5	7,8
Março	9,6	10,1	7,7	12,4	11,5	8,3
Abril	9,8	10,1	7,8	12,2	11,5	8,0
Maiο	9,7	10,1	7,7	12,3	11,2	7,9
Junho	9,5	9,9	7,5	11,3	10,8	6,9
Jan.-jun./2010	9,2	9,9	7,6	11,8	11,2	7,8

Fonte: PED/Dieese.



TABELA IV.3

**Taxa de desemprego oculto por desalento: PED**

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
Jan.-jun./2009	1,1	2,8	0,8	2,4	3,5	1,2
2009						
Julho	1,1	2,4	0,8	2,2	3,1	1,5
Agosto	1,1	2,5	0,9	2,3	2,9	1,3
Setembro	1,1	2,5	1,0	2,3	2,8	1,3
Outubro	1,0	2,5	0,7	2,2	2,7	1,1
Novembro	0,8	2,4	0,6	1,9	2,6	1,2
Dezembro	0,9	2,2	0,5	1,9	2,6	1,1
2010						
Janeiro	1,1	2,4	0,6	2,2	2,8	0,9
Fevereiro	1,1	2,3	0,7	2,4	3,0	0,9
Março	1,0	2,5	0,6	2,5	3,2	0,9
Abril	0,8	2,1	0,5	2,0	3,1	1,0
Maiο	0,9	2,0	0,5	1,7	3,1	1,0
Junho	0,9	1,8	0,5	1,6	2,9	0,9
Jan.-jun./2010	1,0	2,2	0,6	2,1	3,0	0,9

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.4

**Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED**

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
Jan.-jun./2009	2,8	3,0	1,7	5,4	4,6	0,9
2009						
Julho	3,2	2,6	2,0	5,4	4,4	1,3
Agosto	2,9	2,7	1,9	4,9	4,7	1,5
Setembro	2,8	2,3	1,9	5,1	4,9	1,3
Outubro	2,4	2,3	1,6	5,1	4,7	1,4
Novembro	2,6	2,6	1,5	4,9	4,5	1,2
Dezembro	2,6	2,6	1,5	4,5	4,2	1,1
2010						
Janeiro	2,7	2,6	1,8	4,4	4,5	0,9
Fevereiro	2,6	2,2	1,6	4,9	4,5	1,0
Março	2,5	2,1	1,5	5,0	4,6	1,0
Abril	2,7	1,9	1,3	4,8	4,2	0,9
Maiο	2,7	2,2	1,4	4,2	4,0	0,7
Junho	2,5	2,3	1,5	3,8	3,9	0,7
Jan.-jun./2010	2,6	2,2	1,5	4,5	4,3	0,9

Fonte: PED/Dieese.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

##### Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
Jan.-jun./2009	13,6	16,4	11,5	19,6	19,2	9,5
2009						
Julho	14,8	15,9	12,0	20,9	18,9	11,0
Agosto	14,2	15,5	11,6	20,0	19,5	10,9
Setembro	14,1	15,3	11,3	19,4	19,7	10,4
Outubro	13,2	15,1	10,4	18,7	19,2	10,0
Novembro	12,8	15,3	10,0	17,8	17,7	9,8
Dezembro	11,9	14,5	9,4	17,0	17,5	9,8
2010						
Janeiro	11,8	14,7	9,7	17,7	17,9	9,6
Fevereiro	12,2	14,1	9,6	18,8	19,0	9,7
Março	13,1	14,7	9,8	19,9	19,3	10,2
Abril	13,3	14,2	9,6	19	18,8	9,9
Maio	13,3	14,3	9,6	18,2	18,3	9,6
Junho	12,9	14,0	9,5	16,7	17,6	8,5
Jan.-jun./2010	12,8	14,3	9,6	18,4	18,5	9,6

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

##### Taxa de desemprego por gênero : PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
Jan.-jun./2009	6,9	10,7
2009		
Julho	6,6	9,6
Agosto	6,6	9,9
Setembro	6,3	9,3
Outubro	6,0	9,4
Novembro	5,7	9,2
Dezembro	5,4	8,4
2010		
Janeiro	5,8	8,9
Fevereiro	6,0	9,0
Março	5,8	9,6
Abril	5,8	9,0
Maio	5,6	9,6
Junho	5,3	9,0
Jan.-jun./2010	5,7	9,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

**Taxa de desemprego por grau de instrução**

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
Jan.-jun./2009	7,1	10,8	8,5
2009			
Julho	6,7	10,6	7,8
Agosto	6,6	11,0	7,8
Setembro	6,3	10,6	7,4
Outubro	6,1	10,1	7,3
Novembro	5,7	10,0	7,2
Dezembro	5,7	8,8	6,6
2010			
Janeiro	5,6	9,0	7,3
Fevereiro	5,6	9,8	7,3
Março	5,6	10,0	7,7
Abril	5,9	9,6	7,1
Mai	6,1	10,3	7,2
Junho	5,8	9,3	6,8
Jan.-jun./2010	5,8	9,7	7,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

**Taxa de desemprego por faixa etária**

(Em %)

Período	15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
Jan.-jun./2009	29,3	18,4	7,0	3,2
2009				
Julho	27,7	17,4	6,5	2,8
Agosto	29,3	17,4	6,6	3,0
Setembro	27,2	16,5	6,5	2,7
Outubro	27,7	16,3	6,1	2,6
Novembro	28,9	15,3	6,1	2,9
Dezembro	27,0	14,6	5,5	2,7
2010				
Janeiro	29,5	15,7	6,0	2,7
Fevereiro	27,9	16,9	5,9	2,6
Março	31,1	16,8	6,1	2,7
Abril	26,8	16,0	5,9	2,8
Mai	28,2	16,1	6,1	2,8
Junho	25,9	15,3	5,8	2,4
Jan.-jun./2010	28,2	16,1	6,0	2,7

Fonte: PME/IBGE.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

**Taxa de desemprego por posição na família: PME**

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
Jan.-jun./2009	4,9	11,8
2009		
Julho	4,5	11,0
Agosto	4,6	11,2
Setembro	4,3	10,7
Outubro	4,1	10,5
Novembro	4,1	10,2
Dezembro	3,8	9,5
2010		
Janeiro	4,0	10,1
Fevereiro	4,1	10,2
Março	4,2	10,6
Abril	3,9	10,2
Maio	4,1	10,4
Junho	3,8	9,7
Jan.-jun./2010	4,0	10,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

**Composição do desemprego por gênero: PME**

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
Jan.-jun./2009	43,8	56,2
2009		
Julho	44,8	55,2
Agosto	43,6	56,4
Setembro	44,0	56,0
Outubro	42,6	57,4
Novembro	41,8	58,2
Dezembro	42,5	57,5
2010		
Janeiro	43,4	56,6
Fevereiro	43,9	56,1
Março	41,4	58,6
Abril	42,9	57,1
Maio	40,3	59,7
Junho	40,5	59,5
Jan.-jun./2010	42,1	57,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

**Composição do desemprego por posição na família: PME**

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
Jan.-jun./2009	26,2	73,8
2009		
Julho	26,2	73,8
Agosto	26,2	73,8
Setembro	25,4	74,6
Outubro	25,4	74,6
Novembro	25,8	74,2
Dezembro	25,8	74,2
2010		
Janeiro	26,0	74,0
Fevereiro	26,0	74,0
Março	25,5	74,5
Abril	24,7	75,3
Mai	25,3	74,7
Junho	25,4	74,6
Jan.-jun./2010	25,5	74,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

**Composição do desemprego por faixa etária: PME**

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
Jan.-jun./2009	0,4	6,6	35,4	50,3	7,3
2009					
Julho	0,6	6,1	35,9	50,6	6,8
Agosto	0,6	6,3	35,2	50,5	7,4
Setembro	0,4	5,9	35,2	51,7	6,9
Outubro	0,5	6,7	35,6	50,2	7,0
Novembro	0,4	7,4	33,7	50,4	8,0
Dezembro	0,7	6,7	34,7	49,7	8,1
2010					
Janeiro	0,4	6,8	34,2	50,8	7,7
Fevereiro	0,4	6,3	36,3	49,7	7,2
Março	0,8	7,2	35,3	49,6	7,2
Abril	0,7	6,9	34,6	50,1	7,7
Mai	0,7	7,0	34,3	50,4	7,6
Junho	0,7	7,0	34,3	51,1	7,0
Jan.-jun./2010	0,6	6,9	34,8	50,3	7,4

Fonte: PME/IBGE.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

##### Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
Jan.-jun./2009	20,6	22,3	57,1
2009			
Julho	20,4	23,6	56,1
Agosto	19,9	24,4	55,7
Setembro	20,2	24,3	55,5
Outubro	19,8	24,4	55,8
Novembro	19,1	25,0	55,9
Dezembro	20,9	23,4	55,7
2010			
Janeiro	18,7	22,3	59,0
Fevereiro	18,1	23,9	58,1
Março	17,4	23,1	59,5
Abril	19,3	23,1	57,6
Maiο	19,2	23,8	57,0
Junho	19,5	23,1	57,4
Jan.-jun./2010	18,7	23,2	58,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

##### Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
Jan.-jun./2009	26,2	52,4	6,8	8,1	6,4
2009					
Julho	26,5	50,7	8,7	8,4	5,8
Agosto	27,9	46,8	10,2	9,0	6,1
Setembro	24,0	48,1	12,2	10,1	5,6
Outubro	25,8	46,1	11,0	10,8	6,4
Novembro	24,8	44,8	11,5	10,1	8,7
Dezembro	23,2	45,5	11,8	11,6	8,0
2010					
Janeiro	30,3	42,8	8,0	10,7	8,2
Fevereiro	25,9	48,0	7,4	11,0	7,7
Março	24,7	49,8	6,8	10,7	7,9
Abril	26,9	49,3	6,4	10,0	7,3
Maiο	24,9	51,5	6,5	9,8	7,3
Junho	24,2	53,1	6,1	10,2	6,4
Jan.-jun./2010	26,2	49,1	6,9	10,4	7,5

Fonte: PME/IBGE.

## V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

### Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. <sup>b</sup>
2003 <sup>a</sup>	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 <sup>a</sup>	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 <sup>a</sup>	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 <sup>a</sup>	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 <sup>a</sup>	6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008 <sup>a</sup>	6.952.563	6.822.730	98,13	1,28
2009 <sup>a</sup>	7.485.475	7.330.864	97,93	1,28
Jan.-Jun./2009	3.948.721	3.852.622	97,57	1,28
2009				
Julho	660.178	646.420	97,92	1,28
Agosto	580.370	568.476	97,95	1,28
Setembro	542.521	530.696	97,82	1,29
Outubro	482.655	471.281	97,64	1,29
Novembro	553.061	539.613	97,57	1,29
Dezembro	517.364	502.222	97,07	1,30
2010				
Janeiro	650.991	633.795	97,36	1,25
Fevereiro	558.161	545.476	97,73	1,25
Março	753.083	737.386	97,92	1,25
Abril	602.266	589.859	97,94	1,25
Maio	611.949	598.602	97,82	1,25
Junho	530.786	519.076	97,79	1,25
Jan.-Jun./2010	3.707.236	3.624.194	97,76	1,25

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>a</sup> Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

<sup>b</sup> Valor médio do benefício em SMR.

## VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

### Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de junho de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT <sup>b</sup>	Total
2003	867,51	960,92	1.072,24	1.183,52	1.380,59	1.158,81	1.218,30	1.145,87	1.215,77
2004	845,90	941,26	1.069,91	1.169,82	1.358,89	1.166,11	1.202,74	1.182,10	1.200,64
2005	873,04	958,85	1.094,17	1.195,08	1.375,73	1.151,92	1.221,20	1.172,72	1.224,26
2006	914,34	1.010,76	1.137,84	1.227,75	1.445,49	1.190,35	1.269,51	1.264,95	1.270,05
2007	938,70	1.036,56	1.179,09	1.298,93	1.472,02	1.240,64	1.310,02	1.277,20	1.312,84
2008	925,71	1.106,06	1.233,35	1.367,02	1.506,80	1.271,89	1.354,49	1.350,32	1.359,70
2009	916,03	1.144,18	1.283,81	1.411,14	1.554,36	1.329,71	1.397,47	1.428,82	1.397,95
Jan.-jun./2009	906,17	1.118,60	1.276,31	1.399,46	1.569,53	1.325,54	1.397,06	1.404,26	1.397,57
2009									
Julho	931,28	1.174,15	1.293,62	1.424,98	1.502,61	1.328,74	1.384,11	1.397,30	1.385,03
Agosto	924,32	1.152,01	1.313,69	1.441,46	1.521,87	1.334,71	1.397,23	1.460,99	1.401,69
Setembro	975,13	1.184,82	1.279,45	1.439,69	1.538,16	1.336,98	1.405,42	1.437,17	1.407,65
Outubro	927,89	1.209,58	1.296,33	1.423,96	1.550,36	1.325,12	1.405,21	1.468,59	1.409,64
Novembro	915,44	1.156,32	1.293,56	1.408,15	1.565,39	1.342,00	1.404,02	1.486,42	1.409,79
Dezembro	881,27	1.141,66	1.271,24	1.398,66	1.556,78	1.335,75	1.391,34	1.469,76	1.396,83
2010									
Janeiro	926,91	1.122,15	1.350,28	1.409,19	1.549,42	1.372,84	1.406,00	1.479,11	1.411,12
Fevereiro	927,85	1.131,57	1.305,21	1.474,78	1.554,19	1.406,50	1.422,24	1.515,23	1.428,75
Março	972,34	1.118,06	1.332,40	1.472,31	1.564,36	1.376,31	1.427,31	1.504,79	1.432,73
Abril	943,92	1.160,12	1.301,10	1.489,74	1.553,37	1.429,85	1.428,09	1.478,95	1.431,65
Mai	985,10	1.198,28	1.289,37	1.453,33	1.535,45	1.422,80	1.415,38	1.433,22	1.416,63
Junho	1.018,50	1.184,40	1.336,40	1.456,90	1.535,30	1.427,60	1.423,00	1.455,80	1.423,72
Jan.-jun./2010	962,44	1.152,43	1.319,13	1.459,38	1.548,68	1.405,98	1.420,34	1.482,26	1.424,10

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

<sup>a</sup> Média referente ao período mar.-dez.

<sup>b</sup> Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2

### Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ junho de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT <sup>a</sup>	Total
2003	847,90	954,75	1.063,59	1.185,61	1.356,18	1.145,22	1.204,83	1.111,11	1.198,27
2004	822,37	935,75	1.063,53	1.169,91	1.375,35	1.160,98	1.206,73	1.138,50	1.201,95
2005	877,42	978,58	1.102,16	1.200,47	1.398,23	1.161,20	1.235,41	1.161,44	1.230,23
2006	934,53	1.029,64	1.153,71	1.236,57	1.475,83	1.204,96	1.289,92	1.277,25	1.289,04
2007	962,47	1.070,69	1.191,63	1.315,44	1.505,28	1.264,96	1.335,66	1.312,05	1.334,01
2008	948,08	1.111,87	1.252,81	1.405,32	1.548,08	1.305,05	1.387,96	1.359,35	1.385,95
2009	932,24	1.147,32	1.296,92	1.436,56	1.582,94	1.360,52	1.421,03	1.446,30	1.422,80
Jan.-mai./2009	878,58	1.106,55	1.246,29	1.384,82	1.551,09	1.314,40	1.378,91	1.361,24	1.377,67
2009									
Junho	909,19	1.147,72	1.266,09	1.402,91	1.501,92	1.317,11	1.370,44	1.377,27	1.370,92
Julho	900,63	1.135,41	1.288,19	1.420,89	1.505,13	1.316,77	1.378,56	1.431,24	1.382,25
Agosto	948,11	1.167,66	1.257,31	1.421,86	1.531,39	1.330,57	1.392,63	1.428,18	1.395,12
Setembro	909,29	1.194,88	1.262,90	1.416,41	1.543,28	1.310,06	1.393,42	1.452,58	1.397,56
Outubro	897,10	1.145,86	1.265,18	1.397,92	1.560,46	1.337,07	1.394,59	1.492,02	1.401,41
Novembro	887,05	1.169,46	1.274,82	1.473,78	1.710,81	1.385,15	1.481,71	1.513,33	1.483,92
Dezembro	1.299,46	1.274,08	1.717,10	1.780,85	1.886,89	1.757,52	1.746,52	1.854,78	1.754,10
2010									
Janeiro	912,52	1.131,66	1.265,68	1.466,99	1.552,48	1.405,94	1.414,19	1.505,82	1.420,61
Fevereiro	951,10	1.109,25	1.302,34	1.463,65	1.557,13	1.371,64	1.416,54	1.500,49	1.422,42
Março	925,90	1.160,78	1.273,39	1.485,38	1.558,11	1.423,62	1.424,48	1.480,01	1.428,37
Abril	956,52	1.192,48	1.264,86	1.447,43	1.526,03	1.413,77	1.404,12	1.427,59	1.405,76
Mai	990,30	1.171,72	1.300,07	1.441,55	1.525,66	1.413,33	1.407,19	1.441,61	1.409,60
Jan.-mai./2010	947,27	1.153,18	1.281,27	1.461,00	1.543,88	1.405,66	1.413,30	1.471,10	1.417,35

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

<sup>a</sup> Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.



TABELA VI.3

**Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação**

(Em R\$ de junho de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.238,33	776,53	1.108,41	1.789,58	961,27	1.218,30
2004	1.234,59	771,55	1.101,32	1.752,14	955,04	1.202,74
2005	1.223,91	804,68	1.106,59	1.818,20	974,20	1.221,20
2006	1.265,77	829,56	1.151,46	1.917,68	1.019,75	1.269,51
2007	1.277,70	870,95	1.178,12	2.035,83	1.086,77	1.310,02
2008	1.303,61	882,24	1.206,74	2.118,91	1.131,62	1.354,49
2009	1.334,20	926,01	1.244,48	2.231,40	1.169,11	1.397,47
Jan.-jun./2009	1.333,72	915,71	1.241,66	2.200,77	1.166,15	1.397,06
2009						
Julho	1.325,11	909,56	1.235,16	2.226,41	1.176,07	1.384,11
Agosto	1.316,02	951,87	1.236,79	2.264,96	1.172,82	1.397,23
Setembro	1.342,08	930,48	1.250,76	2.258,36	1.178,65	1.405,42
Outubro	1.336,49	937,84	1.249,66	2.280,48	1.185,94	1.405,21
Novembro	1.355,89	938,61	1.263,68	2.277,59	1.151,87	1.404,02
Dezembro	1.332,45	949,53	1.247,79	2.264,39	1.167,07	1.391,34
2010						
Janeiro	1.332,71	947,71	1.251,33	2.294,64	1.193,90	1.406,00
Fevereiro	1.355,44	1.014,34	1.285,39	2.263,34	1.185,45	1.422,24
Março	1.347,83	1.021,96	1.280,38	2.250,33	1.192,52	1.427,31
Abril	1.352,08	964,79	1.272,75	2.257,80	1.188,62	1.428,09
Mai	1.341,48	1.002,44	1.271,57	2.209,60	1.155,53	1.415,38
Junho	1.320,90	993,60	1.253,20	2.276,00	1.171,30	1.423,00
Jan.-jun./2010	1.341,74	990,81	1.269,10	2.258,62	1.181,22	1.420,34

Fonte: PME/IBGE.

TABELA VI.4

**Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação**

(Em R\$ de junho de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.261,55	748,06	1.116,77	1.803,14	915,21	1.204,83
2004	1.265,88	755,29	1.118,51	1.782,95	928,23	1.206,73
2005	1.263,31	790,71	1.132,03	1.870,36	958,47	1.235,41
2006	1.316,57	815,14	1.186,00	2.002,21	994,28	1.289,92
2007	1.338,50	866,36	1.224,17	2.136,62	1.056,09	1.335,66
2008	1.364,49	867,40	1.251,04	2.227,00	1.114,23	1.387,96
2009	1.381,30	913,99	1.279,56	2.320,60	1.148,85	1.421,03
Jan.-mai./2009	1.328,36	886,46	1.232,17	2.190,72	1.132,08	1.377,50
2009						
Junho	1.322,81	887,71	1.228,70	2.222,27	1.141,72	1.370,44
Julho	1.306,81	920,12	1.222,72	2.253,50	1.144,06	1.378,56
Agosto	1.338,17	903,79	1.241,70	2.249,28	1.158,82	1.392,63
Setembro	1.330,29	908,77	1.238,45	2.275,69	1.163,41	1.393,42
Outubro	1.349,50	920,35	1.254,66	2.282,14	1.126,81	1.394,59
Novembro	1.476,21	965,16	1.363,15	2.448,43	1.173,34	1.481,71
Dezembro	1.804,47	1.030,88	1.640,96	3.193,85	1.227,30	1.746,52
2010						
Janeiro	1.361,78	993,98	1.286,34	2.284,61	1.136,78	1.414,19
Fevereiro	1.351,48	995,03	1.277,66	2.256,63	1.160,24	1.416,54
Março	1.355,50	952,80	1.273,00	2.262,60	1.170,70	1.424,50
Abril	1.340,54	981,44	1.266,54	2.215,09	1.134,17	1.404,12
Mai	1.312,92	967,49	1.241,31	2.260,83	1.147,84	1.407,19
Jan.-mai./2010	1.356,63	994,50	1.282,00	2.270,62	1.148,51	1.415,37

Fonte: PME/IBGE.

## VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

### Salário mínimo real

(Em R\$ de junho de 2010)

Período		SMR
2003		162,23
2004		189,71
2005		227,09
2006		275,95
2007		317,03
2008		371,17
2009		439,01
	Jan.-jun./2009	431,08
2009	Julho	444,91
	Agosto	445,27
	Setembro	445,98
	Outubro	447,05
	Novembro	448,71
	Dezembro	449,78
2010	Janeiro	497,65
	Fevereiro	501,13
	Março	504,69
	Abril	508,38
	Maió	510,56
	Junho	510,00
	Jan.-jun./2010	505,40

Fonte: PME/IBGE.

## VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

### Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
Jan.-jun./2009	17,9	19,9	18,1	17,5	20,1	17,1	18,8	14,9	18,6
Julho	16,6	19,9	17,9	18,1	20,0	16,9	18,8	14,3	18,6
Agosto	18,0	21,3	17,8	17,6	20,2	16,8	19,0	13,2	18,6
Setembro	17,3	20,6	19,2	18,0	20,5	16,7	19,2	12,7	18,8
Outubro	17,5	20,3	18,7	18,1	20,1	17,3	19,1	15,3	18,8
Novembro	18,3	19,9	18,3	18,8	19,9	16,6	19,1	15,8	18,9
Dezembro	19,4	19,1	18,1	18,7	20,2	17,2	19,2	14,7	18,9
2010									
Janeiro	17,6	19,6	17,7	18,1	19,0	16,9	18,4	15,0	18,2
Fevereiro	18,8	19,2	17,4	17,6	18,6	15,8	18,1	14,8	17,8
Março	18,6	18,4	18,4	16,8	19,0	15,2	18,0	14,1	17,8
Abril	18,5	19,0	18,8	16,9	18,9	15,3	18,1	14,2	17,8
Mai	18,2	19,5	18,4	17,1	18,9	15,8	18,2	13,7	17,9
Junho	17,1	19,3	17,9	18	19,1	15,2	18,3	13,4	17,9
Jan.-jun./2010	18,1	19,2	18,1	17,4	18,9	15,7	18,2	14,2	17,9

Fonte: PME/IBGE e PME/Iparades.

TABELA VII.2

### Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
Jan.-jun./2009	23,5	21,2	16,5	22,2	16,3	17,4	18,7	19,6	18,8
2009									
Julho	23,6	21,8	16,7	22,9	15,9	16,7	18,7	19,0	18,7
Agosto	23,1	21,4	16,6	22,4	16,5	17,5	18,8	19,9	18,9
Setembro	23,3	20,4	16,6	22,5	16,4	17,9	18,8	19,6	18,8
Outubro	22,3	21,5	16,6	22,6	17,3	18,2	19,2	17,8	19,1
Novembro	23,0	22,3	16,8	22,4	16,7	18,3	19,1	17,2	18,9
Dezembro	23,7	22,3	17,0	22,5	16,4	18,7	19,1	18,2	19,0
2010									
Janeiro	23,2	22,4	16,8	22,5	16,5	17,5	18,9	17,6	18,9
Fevereiro	23,0	22,0	16,6	21,7	16,4	17,1	18,6	17,4	18,6
Março	22,6	22,8	16,0	21,7	16,5	17,2	18,6	18,4	18,6
Abril	22,1	22,0	16,0	21,0	16,3	17,4	18,3	18,2	18,3
Mai	21,3	22,3	16,2	21,3	16,4	17,2	18,4	18,1	18,4
Junho	20,4	22,2	15,8	20,8	16	17,8	18,1	17,7	18,1
Jan.-jun./2010	22,1	22,3	16,2	21,5	16,3	17,4	18,5	17,9	18,5

Fonte: PME/IBGE e PME/Iparades.

TABELA VII.3

**Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana**

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
Jan.-mai./2009	71,4	56,2	42,6	55,8	50,7	45,7	50,1	43,4	49,6
2009									
Junho	84,9	76,9	56,4	56,1	43,3	46,6	49,0	37,0	48,2
Julho	84,9	78,2	50,4	50,9	34,7	36,7	42,0	52,9	42,7
Agosto	63,0	69,3	47,1	42,3	50,3	48,0	48,1	42,0	47,7
Setembro	89,2	67,3	46,8	46,3	44,1	50,7	46,4	67,3	47,6
Outubro	59,6	48,3	37,8	56,2	46,2	45,1	46,6	60,8	47,5
Novembro	78,5	69,5	39,8	48,6	58,4	40,6	53,0	41,3	52,1
Dezembro	163,0	69,2	95,6	66,8	72,5	76,2	75,0	79,5	75,3
2010									
Janeiro	64,7	53,3	46,2	44,5	32,0	28,7	37,0	67,6	38,8
Fevereiro	73,4	65,8	56,5	48,7	25,8	34,8	35,8	35,2	35,8
Março	64,1	69,0	37,5	48,3	37,9	43,6	42,3	46,9	42,6
Abril	79,1	64,4	44,5	31,1	34,0	37,2	36,6	51,2	37,5
Maio	66,5	77,3	24,6	38,5	33,2	36,4	35,7	48,5	36,5
Jan.-mai./2010	69,5	66,0	41,9	42,2	32,6	36,1	37,5	49,9	38,2

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.4

**Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana**

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	9,6	35,7
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	11,1	34,5
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,3	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,0	29,4
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	1,1	24,6
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,6	20,9
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,6
Jan.-mai./2009	54,5	50,2	5,3	23,7	7,4	-0,1	17,7	3,7	16,7
2009									
Junho	50,4	49,3	7,9	10,3	11,5	-2,6	15,9	-2,3	14,5
Julho	49,9	62,8	4,9	12,2	6,9	-1,7	14,2	-7,6	12,4
Agosto	59,3	45,1	4,6	13,9	9,9	-2,5	15,5	-7,8	13,6
Setembro	45,4	31,6	11,9	18,2	6,8	-1,2	14,3	-7,3	12,5
Outubro	32,5	33,5	14,4	28,3	12,4	-7,3	19,8	-6,1	17,5
Novembro	66,5	41,3	5,9	30,2	18,6	0,7	25,8	-0,9	23,7
Dezembro	137,1	46,9	31,4	56,6	36,2	19,1	47,0	23,7	45,1
2010									
Janeiro	54,1	72,6	9,9	29,8	10,3	-8,8	19,8	9,6	19,0
Fevereiro	66,3	81,3	6,1	21,9	6,4	-6,3	16,5	-3,8	14,9
Março	51,2	81,9	3,1	27,9	5,3	-9,5	15,8	7,4	15,2
Abril	46,5	67,1	7,3	20,5	12,5	-6,6	18,2	-1,5	16,7
Maio	33,5	61,4	3,6	17,2	7,9	-4,1	14,4	-10,3	12,3
Jan.-mai./2010	50,3	72,9	6,0	23,5	8,5	-7,1	16,9	0,3	15,6

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

### **Revisão**

Luciana Dias Jabbour

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)

Maria Angela de Jesus Silva (Estagiária)

### **Editoração Eletrônica**

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Everson da Silva Moura

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Renato Rodrigues Bueno

Eudes Nascimento Lins (Estagiário)

### **Livraria**

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



**Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada**

**Secretaria de Assuntos  
Estratégicos**

**Ministério do  
Trabalho e Emprego**